



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Mestrado Acadêmico em História Social da Amazônia

IZA VANESA PEDROSO DE FREITAS

**O PATRONATO DAS LETRAS:
CULTURA E POLÍTICA NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO PARÁ (1930-1937)**

Belém
2007

IZA VANESA PEDROSO DE FREITAS

**O PATRONATO DAS LETRAS:
CULTURA E POLÍTICA NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO PARÁ (1930-1937)**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo (PPGHIS/UFPA).

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Freitas, Iza Vanesa Pedroso de

O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937) / Iza Vanesa Pedroso de Freitas; orientador, Aldrin Moura de Figueiredo. - 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

1. Barata, Joaquim de Magalhães Cardoso, 1888 - 1959. 2. Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 3. Pará - História - Séc. XX. 4. Intelectuais - Pará - Séc. XX. I. Título.

CDD - 22. ed. 923.2098115

IZA VANESA PEDROSO DE FREITAS

**O PATRONATO DAS LETRAS:
CULTURA E POLÍTICA NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO PARÁ (1930-1937)**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo (PPGHIS/UFPA).

Data de Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (PPGHIS/UFPA)

Avaliador: Professor Dr. Geraldo Mártires Coelho (PPGHIS/UFPA)

Avaliador externo: Professor Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (PPGHIS/UFRJ)

Suplente: Professora Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci (PPGHIS/UFPA)

Dedico esta dissertação
à **Maria**, à **Dona**
e a **Ed Carlos**

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta dissertação. Começo pelas pessoas que mais amo e que me acompanham em todos os caminhos que percorro inclusive os pedregosos: à minha família, especialmente, à **Maria, Dona e Ed Carlos**.

Agradecimentos ao meu ilustríssimo orientador, **Aldrin Figueiredo**. Obrigada pelo olhar cuidadoso sobre os capítulos, sobre a bibliografia e fontes e principalmente pela compreensão quando os meus limites no campo intelectual não me permitiam avançar. Ao professor **Geraldo Coelho** pela gentileza e paciência com que me recebeu ainda no processo de elaboração do anteprojeto de pesquisa; e principalmente, por ter participado da banca de qualificação de meu trabalho. Agradeço também pela prontidão nas inúmeras vezes que solicitei a sua ajuda. Professor, muito obrigada de coração! À professora **Magda Ricci** por ter participado da banca de qualificação, a quem também devo certamente grande parte do mérito desta; todas as suas críticas foram extremamente necessárias para a consolidação desta. Agradeço especialmente ao professor **Manoel Luiz Salgado Guimarães**. É uma honra tê-lo como avaliador.

Agradeço também à professora **Leila Mourão** que me acompanhou desde o início de minha trajetória na Linha de Pesquisa *História e Natureza*. Obrigada também por me ceder alguns dos exemplares da RIHGP. Gostaria de lembrar um professor que apesar de não ter participado diretamente do processo de construção desta, foi muito importante na concepção da proposta de pesquisa, sem ele esta dissertação não existiria, ou pelo menos não seria escrita por mim: professor **Pére Petit** que me apresentou pessoalmente o Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Agradeço aos dois mais estimados amigos do Mestrado que desde os tempos da graduação compartilham dos meus sonhos, estimulando-me sempre a superar as dificuldades, quando a bolsa de pesquisa era uma realidade distante e a nossa permanência no curso de Mestrado representava uma maratona muito difícil: **Gerson e Ana Carolina**. Não poderia deixar de agradecer também a três grandes amigas que fazem parte da família que construí em Belém: **Ivaina, Ana Paula e Irene**. Obrigada pelo companheirismo e pelas palavras de ânimo e de esperança.

Agradeço à secretária do Mestrado, **Ana Alice Vilhena**, que sempre me atendeu com bastante educação e respeito. Às funcionárias da **Biblioteca Pública “Arthur Vianna”**

(Obras raras e Microfilmagem/CENTUR/PA), do **Arquivo Público do Pará** (APEP) e da Biblioteca do Campus de Pesquisa do **Museu Paraense Emílio Goeldi** (MPEG) pela gentil colaboração durante a pesquisa. Agradeço a gentileza de **Alzira Rosa F. de Almeida**, funcionária da Biblioteca de Pós-Graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFPA), a quem devo a elaboração da ficha catalográfica desta.

À **Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior** (CAPES) por ter me confiado uma bolsa de pesquisa, com a qual foi possível empreender o trabalho e sobreviver em Belém no período do Mestrado.

Belém, 16 de abril de 2007.

Aqui, nesta Amazônia de todos os povos, o caboclo é o intérprete da conquista da Raça. Porque só ele rasga a pororoca e ri encima dos estrondos. Só a sua exaltação é anônima. Mas revela a vertigem da natureza enorme que acalenta no trabalho maravilhoso.

(Abguar Bastos, em discurso proferido em 26 de abril de 1931).

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	11
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	13
1) CAPÍTULO I: O ELOGIO AO PASSADO	20
1.1) OS INSTITUTOS ESTADUAIS E O “RESGATE” DO PASSADO.....	20
1.2) ENTRE COMEMORAÇÕES CÍVICAS E PROGRAMAS POLÍTICOS.....	25
1.2.1) O Centenário Brasileiro.....	26
1.2.2) Tricentenário da Fundação de Belém.....	30
1.2.3) Centenário da Revolução Pernambucana.....	33
1.2.4) Fundar ou refundar? Eis a questão.....	36
1.3) EM DEFESA DO EXTREMO NORTE DO BRASIL NASCE A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ.....	42
1.3.1) Continuidades e discontinuidades.....	43
1.3.2) Discontinuidades: entre fazer história e fazer política.....	47
1.3.3) Por uma identidade intelectual na Amazônia.....	51
2) CAPÍTULO II: O PATRONATO DE MAGALHÃES BARATA	54
2.1) A REVOLUÇÃO DE 1930.....	56
2.2) O BARATISMO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ.....	64
2.2.1) A efígie de Magalhães Barata.....	65
2.2.2) O <i>index</i> paraense.....	70
2.2.3) O discurso do Interventor federal.....	72
2.2.4) Patrocínio e poder público.....	75
2.3) OS SUJEITOS HISTÓRICOS.....	78
2.3.1) Cultura e política e os agentes do Estado.....	79
2.3.2) Diretorias.....	82
2.3.3) Conselhos diretores.....	85
2.3.4) A renovação nos quadros institucionais do IHGP.....	88
3) CAPÍTULO III: A AMAZÔNIA NO DOMÍNIO DAS ÁGUAS	91
3.1) NASCE A AMAZÔNIA.....	92
3.2) DA REDESCOBERTA DA AMAZÔNIA.....	96
3.3) A REVISTA DO IHGP E A CONCEPÇÃO DE AMAZÔNIA.....	100

3.3.1) Primeira fase: naturalismo e evolucionismo.....	100
3.3.2) Segunda fase: jusnaturalismo.....	104
3.4) AMAZÔNIA NO DOMÍNIO DAS ÁGUAS.....	110
3.4.1) Tese 1ª (primeira): ampliação do Código Civil Brasileiro.....	109
3.4.2) Tese 2ª (segunda): domínio público x domínio particular.....	109
3.4.3) Tese 3ª (terceira): os mangues.....	110
3.4.4) Tese 4ª (quarta): os terrenos da marinha.....	110
3.5) AMAZÔNIA: ECOLOGIA E SOBERANIA.....	111
ÚLTIMAS PALAVRAS	114
REFERÊNCIAS	116
BIBLIOGRAFIA	116
FONTES CITADAS	120
ANEXOS	123

RESUMO

Esta dissertação discute os significados atribuídos à Interventoria de Magalhães Barata e à Amazônia pelos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará no período de 1930 a 1937. As principais fontes analisadas correspondem aos volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e aos artigos do Jornal Folha do Norte. A partir da produção desses intelectuais e em diálogo com a bibliografia selecionada, este estudo procura compreender como se constrói a relação entre o Instituto e o Estado e como se define a concepção de Amazônia em uma temporalidade social, na qual se estruturam o imaginário da Revolução de 1930.

Palavras-Chave: Política, Intelectuais, Amazônia

ABSTRACT

This dissertation discusses meanings about Magalhães Barata's government and about Amazonia attributed by intellectuals associated to *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* in period since 1930 to 1937. The principal materials it analysed in this study correspond to tomes of Review of *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* and articles of *Folha do Norte* Journal. From intellectuals' publication and dialogue with selected bibliography on this study searches comprehend how the relation between Institute and State it built and how the conception of Amazonia it defined in a social temporary that it structures the imaginary of Revolution of 1930.

Key words: Politics, Intellectuals, Amazonia

LISTA DE SIGLAS

IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHG	Instituto Histórico e Geográfico Estadual
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
PPHIS	Programa de Pós-Graduação em História
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SECULT	Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO

Acredito que a introdução de um livro deve começar pela história do seu nascimento, da idéia, ou idéias fundadoras que levaram o autor a enfrentar o desafio, agradável e único, de escrever, de produzir a narrativa e fruir da sensualidade da escrita, uma outra dimensão, por assim dizer, do prazer do texto a que se referia Roland Barthes (COELHO, 2005, p. 17).

Acreditamos também que essa deve ser a finalidade da introdução em uma obra, qualquer que seja a sua natureza; por esse motivo as nossas considerações iniciais tratam da trajetória da pesquisa. Pode ser até que o leitor não encontre muitos frutos maduros pela frente, mas com certeza encontrará frutos “possíveis” que brotaram de um período de inquietações e de descobertas. Portanto, para nós é fundamental sintonizarmos o leitor ao universo desta dissertação a partir das condições objetivas em que ela foi produzida.

O ponto de partida

Começamos por descrever o momento em que nos apaixonamos pela temática da pesquisa. A paixão aconteceu à “primeira vista” ainda durante o período da graduação em História (UFPA), no curso da disciplina Historiografia I, cujas exigências curriculares possibilitaram um contato mais fecundo com a historiografia brasileira do século XIX e início do século XX.

A contribuição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi a que mais nos chamou a atenção, motivando-nos a elaborar uma monografia para a obtenção do conceito final na referida disciplina. Nessa monografia, analisamos o discurso pela definição da “nacionalidade brasileira” presente nos volumes da Revista do IHGB no período do Estado Novo (1937-1945)¹. A elaboração dessa monografia foi um estímulo que acabou impulsionando-nos a realizar no ano de 2001, após o término da disciplina, uma pesquisa documental sobre o IHGP.

¹ Consultamos os volumes da Revista do IHGB na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará, no setor de Obras Raras.

Essa pesquisa documental² foi coordenada pelo professor doutor P ere Petit. Mas, infelizmente, nossas atividades nesse período tiveram de ser interrompidas, haja vista que as fontes encontravam-se em estado de deterioração, o que implicou na suspensão da consulta durante um período consideravel (2001-2003). Porém, em 2004, tomamos conhecimento de que tais fontes voltaram a ser disponibilizadas. Desse modo, tivemos a possibilidade de retomar a pesquisa documental, nascendo em nós o desejo de construirmos um trabalho mais sistematico sobre o IHGP que culminou com a elaboração do Anteprojeto de Pesquisa, com o qual concorremos e fomos contemplados com uma vaga no curso de Mestrado em História Social da Amazônia (PPHIS/UFPA).

Perspectivas teórico-metodológicas

O período de gestação desta dissertação durou de março de 2005 a abril de 2007. As fontes consultadas durante o período da pesquisa fazem parte do acervo do APEP, da Biblioteca Pública do Estado do Pará (Obras raras e microfilmagem/ CENTUR/PA) e da Biblioteca do Campus de Pesquisa do MPEG. Tratam-se principalmente dos volumes da RIHGP (1917-1970); e das notas publicadas no Jornal “Folha do Norte” (1900;1917; 1930-1937).

Esta dissertação tem por finalidade a compreensão do discurso dos intelectuais vinculados ao IHGP no período de 1930-1937, atentando principalmente para a reivindicação desses sujeitos históricos por uma identidade intelectual que fosse capaz de legitimar o estatuto de cientificidade do IHGP no contexto amazônico. Para alcançarmos tal finalidade, elegemos algumas categorias³ norteadoras que nos ajudaram a compreender o objeto de estudo, são elas: intelectuais, cultura e política.

De acordo com Marcos Antônio Lopes (2003, p. 41), a palavra *intelectual* aparece apenas no século XIX. Porém, como afirma Norberto Bobbio, se “o nome é relativamente recente, mas o tema é antigo” (apud. LOPES, 2003, p. 41). O conceito ao que mais se assemelhou o termo *intelectual*, antes deste aparecer na literatura científica, é o de “intelligentsia” que representa um grupo formado por “juristas, doutores, clero, militares,

² Realizada na Biblioteca Pública Estadual “Arthur Vianna” (Obras raras/ CENTUR/PA).

³ Segundo Marcel Mauss, categorias são: “princípios de juízos e raciocínios (...) constantemente presentes na linguagem, sem que estejam necessariamente explícitas, elas existem ordinariamente, sobretudo sob a forma de hábitos diretrizes da consciência, elas próprias inconscientes” (apud. LARAIA, 2000, p. 96).

profissionais liberais, professores” (PAMPLONA, 2003, p. 6), cujas características principais repousavam na: “acumulação dos lugares de prestígio das instituições culturais e (na) combinação de várias atividades” (MALHANO, 2002, p. 32).

Durante os Oitocentos, em que se alimentou um ambiente de dependência cultural com em relação ao Estado, este se tornaria a única e efetiva fonte de validação cultural e prestígio social para os intelectuais (PAMPLONA, 2003, p. 7). Na primeira metade do século XX, já não podemos afirmar que o Estado continua sendo a única fonte de validação cultural e de prestígio social para os intelectuais. Porém, a herança do século XIX ainda é sentida nas primeiras três décadas do século XX, isto é, nesse período ainda persiste uma forte ligação entre o Estado e os intelectuais; o diferencial desse período é que o Estado deixa de ser a única para se tornar a principal fonte de validação cultural e de prestígio social, com o estabelecimento das relações de patronato.

Outras categorias tão fundamentais quanto a já elucidada é a categoria de *cultura* e a de *política*. Não fazemos aqui alusão à categoria “cultura política”⁴ porque nosso entendimento é de que a *cultura* e a *política* são campos relacionais, mas autônomos; há pontos de convergências sem dúvida, mas esses campos possuem regras próprias. Além disso, as disputas entre antropólogos e cientistas políticos por uma definição mais precisa para o conceito de *cultura política* acabaram por provocar uma confusão de sentidos no emprego do termo. Mas é, sobretudo, devido à vinculação da noção de *cultura política* à preocupação contemporânea com as condições de desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos⁵ que preferimos não a empregar aqui.

A categoria *cultura* talvez seja ainda hoje a que mais suscita reflexão e debate. Segundo Clara Emília Malhano (2002, p. 33), *cultura* é um termo que deriva do vocábulo latino “cultivar” e foi usado pela primeira vez nas ciências humanas e na história em 1750. Mas é somente em 1850 que esse termo apresenta-se na acepção que as ciências sociais e históricas o utilizam atualmente, isto é, como o conjunto de atributos peculiares das sociedades humanas que não podem ser explicados pela herança biológica. Tal termo é empregado por Norbert Elias (1990, p. 62) no sentido de processo, consoante à idéia de civilização.

⁴ Cultura política é definida por CARNEIRO e KUSCHNIR como o “conjunto de atitudes, crenças, sentimentos, que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (1999, p. 1).

⁵ “... em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da idéia de um modelo de comportamento político das democracias participativas” (CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999, p. 4).

Na obra “A Interpretação das culturas”, Clifford Geertz define *cultura* a partir da perspectiva simbólica:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GUEERTZ, 1989, p. 15).

Há dois problemas diluídos nesse conceito: o primeiro deles é que Geertz usa o termo *cultura* em vários sentidos, provocando uma confusão entre a metodologia de análise cultural e o próprio conceito de cultura; o outro problema diz respeito ao distanciamento que Geertz mantém da noção de conflito social e da noção de poder nos fenômenos culturais. Acreditamos que apesar desses problemas, há um aspecto na definição que Geertz elabora que merece ser destacado: os símbolos e significados são compartilhados por atores sociais membros de um mesmo sistema cultural.

A *cultura*: “... significa linguagem, as suas representações comportam morfologias, corpos ao mesmo tempo materiais e simbólicos” (COELHO, 2005, p. 47), portanto, os símbolos e significados são continuamente reinventados e articulados por esses atores sociais. Esses atores por sua vez fazem parte de uma ordem global que é ao mesmo tempo parcial e produz, na mesma medida que é produzida por uma cultura específica.⁶ Segundo Raymond Williams, a *cultura* deve ser encarada: “como o **sistema de significações** mediante o qual necessariamente (...) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (2000, p. 13, grifo no original).

E quanto à *política*? Esclarecemos que utilizamos essa categoria respeitando a ponderação de Michel Foucault que reconhece a política como apenas uma das instâncias do poder nem sendo essa a principal⁷. Concebemos o termo *política* como define Max Weber: “a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’” (s.d., p. 55). Acreditamos que o

⁶ Nesse sentido, preferimos a posição materialista que dá ênfase à: “uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais” (WILLIAMS, 2000, p. 11/12). Raymond Williams, definindo a *sociologia da cultura*, defende que tal ordem não é somente constituída, mas é também constitutiva.

⁷ “A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder” (FOUCAULT, 2004, p. 75). Lembrando também Roberto Machado (2000, p. XI): “O que aparece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, as ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz”.

Estado encontra formas na esfera pública para exercer o poder, estabelecendo relações com frações da sociedade: os sócios do IHGP podem ser pensados como uma dessas frações da sociedade paraense nos anos 30.

Esta dissertação foi dividida em três sucintos capítulos: *O elogio ao passado*, *O patronato de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata*, e *Visões de Amazônia: entre natureza e civilização*. No primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre o contexto de fundação dos IHGs, analisando os processos de fundação (1900) e refundação (1917) do IHGP; além de sistematizarmos a trajetória da RIHGP. O segundo capítulo é uma tentativa de compreendermos o discurso dos intelectuais direcionado à Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935). No terceiro capítulo, nossa preocupação é a de capturar a Amazônia dos anos 30, através dos olhares dos intelectuais do IHGP, compreendendo a lógica interna da linguagem construída por esses sujeitos históricos.

O modelo a ser seguido

O IHGB foi o primeiro instituto de pesquisa e documentação criado no Brasil, tornando-se a inspiração e o modelo perseguido pelo IHGP e pelos IHGs de uma forma geral. A origem do IHGB está ligada à outra instituição fundada em 1827: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A proposta de criação do IHGB foi apresentada ao conselho administrativo da SAIN em 18 de agosto de 1838 pelo marechal Raymundo da Cunha Mattos (1776-1839) e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). As motivações para a sua criação não estavam restritas apenas a interesses culturais, havia também interesses políticos em jogo.⁸

Em outubro de 1838, com a parecer positivo da SAIN, fundou-se o IHGB no Rio de Janeiro ao modelo do *Institut Historique de Paris* criado em 1833. Ao aglutinar membros da elite econômica e literária carioca, o IHGB dedicava-se ao que no plano político consistia na construção da memória e da história nacional (JANOTTI, 1998). Nesse sentido, essa instituição centralizou durante o século XIX o debate acerca da definição do caráter nacional

⁸ Os autores da proposta de criação do IHGB atribuíram à instituição uma importância intelectual e política, de forma que a construção do conhecimento deveria partir “de normas aceitas pela comunidade científica internacional, sem, contudo, negligenciar questões políticas principalmente aquelas ligadas ao nascente estado” (RODRIGUES, 2005, p. 2).

brasileiro⁹. Quanto à historiografia que os intelectuais do IHGB produziram, ela encontra-se no cerne de uma explicação para a história do Brasil vinculada à condição de classe de seus produtores (COELHO, 1981). Além da preocupação em fundar uma historiografia nacional, os membros do IHGB tinham a intenção de elaborar uma história em consonância com os modelos europeus, modelos esses baseados na exaltação e glória à pátria (SCHWARCZ, 2005).

Os intelectuais reunidos no interior do IHGB tomaram para si a tarefa de pensar o Brasil a partir de postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de origem da Nação (GUIMARÃES, 1988). Segundo ainda Manoel Luis Salgado Guimarães (1988, p. 2):

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.

Os sócios do IHGB, em sua maioria, desempenhavam funções públicas, eram “conselheiros, senadores, procuradores, desembargadores e secretários de Estado” (RODRIGUES, 2005, p. 2/3)¹⁰. Isso teve sérias implicações quanto à idéia de nacionalidade brasileira, pois se a história era o instrumento para se forjar a nacionalidade, “Como traços marcantes desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

A invenção da nação consolidava-se em meio ao processo de centralização e de burocratização do Estado, onde o IHGB desempenharia o papel de “um núcleo de aperfeiçoamento” aos funcionários do Estado, tornando-se um *locus* de acesso às “idéias importantes para a formação da nação” (RODRIGUES, 2005, p. 2).

A partir da segunda metade do século XIX, o IHGB no desempenho de seu papel ganhou indiscutível reconhecimento como instituição científico-cultural graças ao intenso ritmo de atividades que a instituição empreendia nesse período: dentre suas realizações,

⁹ “A maior ou menor homogeneidade dependeria do grau de uniformidade e controle dos governos sobre os indivíduos e a sociedade” (CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999, p. 3).

¹⁰ Cf. também GUIMARÃES (1988, p. 6): “Um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado”.

destacavam-se o favorecimento à pesquisa literária e o estímulo à vida intelectual do país. Além dessas realizações, o estreitamento dos laços entre os círculos intelectuais e os meios oficiais garantiu grande prestígio à instituição¹¹.

Como afirma Manoel Luis Salgado Guimarães, a definição da Nação brasileira representa a idéia de civilização no Novo Mundo. Daí o IHGB ser visto como uma instituição colaboradora no processo civilizador¹² do país e não se tornar um agente solitário nesse processo, como reconhece Aláudio de Oliveira Melo, sócio do IHGP, no discurso proferido em homenagem ao mesmo Instituto:

Os Institutos estaduais, seguindo a mesma orientação do **Instituto mater**, vem procurando executar aquelas normas para o integral desempenho da missão que lhes foi atribuída. É uma tarefa digna dos melhores encômios e merecedora dos maiores aplausos (RIHGP, 1952/65, p. 27, grifo nosso).

¹¹ Antes mesmo de assumir o trono, D. Pedro II em 1839 já havia aceitado o título de *Protetor* do IHGB e após a sua ascensão, destinou ao IHGB uma atenção especial, conquistando grande favoritismo entre os seus consócios, comparecendo inclusive de forma assídua às reuniões da Associação (SCHWARCZ, 2002)¹¹. Segundo Geraldo Mártires Coelho (1991, s.p), ao aceitar o título de *Protetor* do IHGB, D. Pedro II tornar-se-ia responsável pela origem de um “mecenas” que perduraria até o fim do Império. Nem após a proclamação da República ou a condenação ao exílio, fez de D. Pedro II uma figura apagada dentro do IHGB: “Mesmo após haver deixado o Brasil, o Monarca continuaria a representar a figura principal do IHGB, objeto de reverência e de culto por parte dos membros da instituição, constantemente lembrado como protetor insubstituível da Casa” (Ibid., 1981, p. IV).

¹² Ver Norbert Elias, “Da Sociogênese dos Conceitos de ‘Civilização’ e ‘Cultura’” em *O processo civilizador*, volume 1, p. 21-64.

CAPÍTULO I

1) O ELOGIO AO PASSADO

1.1) OS INSTITUTOS ESTADUAIS E O “RESGATE” DO PASSADO

A criação dos Institutos Históricos e Geográficos Estaduais deu-se em um contexto específico, constituindo-se em um fenômeno do século XX. Os dois primeiros dos IHGs foram criados ainda no século XIX: o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), fundado em 28 de janeiro de 1862 e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em dez de novembro de 1894. Mas, a maioria dos IHGs foi criada na primeira metade do século XX¹³.

Esse período coincide com o processo no qual se procurava na historiografia brasileira fazer um balanço do que já havia sido produzido até então acerca da história nacional em uma perspectiva de insistente busca pelo passado.¹⁴ O “resgate” do passado brasileiro tornou-se, portanto, o grande desafio principalmente para os IHGs.

A legitimidade científica e cultural dessas instituições construía-se juntamente com o processo de demarcação peremptória das fronteiras do país, ou melhor, de definição do território brasileiro. É de suma importância relacionar esse processo com as motivações dos IHGs.

¹³ No sítio oficial do IHGB, são citadas 23 instituições congêneres entre Institutos Estaduais e outras (Cf. www.ihgb.org.br/ihgb6.php).

¹⁴ Essa busca incessante pelo passado não é uma prerrogativa do século XIX, desde o século XVI, Maquiavel (1469-1527) já manifesta uma preocupação demasiada com o passado da humanidade, defende em seus Discursos, livro I, cap. XXXIX: “aquele que estudar cuidadosamente o passado pode prever os acontecimentos que se produzirão em cada Estado e utilizar os mesmos meios que os empregados pelos antigos. Ou então, se não há mais os remédios que já foram empregados, imaginar outros novos, segundo a semelhança dos acontecimentos” (apud. SADEK, 2002, p. 19). Porém, é no século XIX, que se busca positivar esse passado.

Não se trata apenas do processo no qual se definiam os limites político-administrativos do país, há uma clara preocupação de resguardar a integração do território brasileiro, mantendo a dita unidade nacional a partir de um sentimento de pertencimento¹⁵ cultural entre seus habitantes. Em outras palavras, trata-se de uma “identidade pelo espaço”: elemento-chave no discurso que se sustenta no período. Porém, tal discurso legitima o Estado como ente dominante, empurrando o “povo” para um lugar secundário nesse processo, isto é, empurra-o para o lugar de subalterno, “tudo isso envolto numa linguagem altamente cientificista, que apenas ‘constata’ pela ‘observação empírica’ os ‘fatos’” (MORAES, 1991, p. 4).

A história e a geografia, que davam nome aos IHGs, muito mais do que meras nomenclaturas constituíam-se nos principais pilares do exercício de reconstrução de um passado positivo para o país. Na sociedade brasileira, uniu-se história e geografia como forma de representação do passado, pois a iniciativa de se implantar e construir uma memória coletiva pautava-se nos aspectos espaciais da “nação brasileira” (ARRUDA, 2000). Significa que a concepção de nação aos poucos se mesclava à noção de território brasileiro, como observa Lúcia Lippi de Oliveira (apud. ARRUDA, 2000, p.48), a nação brasileira como “porção de espaço” estava se constituindo em uma ideologia que era ao mesmo tempo nacional, espacial, geográfica e territorial.

No início do século XX, o processo de construção de uma identidade nacional permitiu que imagens acerca das regiões brasileiras fossem construídas como partes integrantes desse todo que era o “território brasileiro”. Essa idéia é muito recorrente, por exemplo, na narrativa produzida por Euclides da Cunha tanto em “Os Sertões” (1902), obra sobre o Nordeste brasileiro, quanto em “À Margem da História” (1909) obra sobre a Amazônia.

De acordo com Nicolau Sevcenko (1983, p. 139), a concepção das regiões brasileiras na obra de Euclides da Cunha recai no papel específico que “... cada região define (...), decorrendo do seu desempenho conjunto uma solidariedade tácita obtida pela complementaridade das funções parciais”. Significa que cada região tem um papel histórico específico; talvez essa tenha sido a maior inspiração do discurso regionalista da época. O

¹⁵ Tal sentimento não significa inclusão total dos seus habitantes, pois é excludente na medida em que não se leva em consideração as populações indígenas e negras no Brasil, pois segundo Gilmar Arruda (2000, p. 49): “O que parece duvidoso é atribuir a estes processos a formação de um sentimento de pertencimento que pudesse mobilizar a população [...] [pois] o projeto dos IHGs excluía da definição da nação desejada os índios e os negros. O povo também não foi visto com bons olhos”.

regionalismo surge e se desenvolve “... em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização” (CHIAPPINI, 1995, p. 4). Daí o discurso regionalista ganhar força no início do século XX com o conjunto das transformações materiais da *Belle Époque*.¹⁶

Como reação à centralização do Estado-nação, o regionalismo não pode ser encarado a partir da dicotomia entre o “local” e o “universal”, aliás, em sua essência essa dicotomia é falsa na medida em que “as especificidades regionais alcançam uma existência que as transcende” (CHIAPPINI, 1995, p. 9/10). Desse modo, o fortalecimento nos meios literários e artísticos desse discurso regionalista trouxe à superfície a constatação de que a homogeneidade cultural brasileira só poderia ser mantida a partir do reconhecimento das diversidades regionais. Nesse contexto, passa-se a reconhecer um ponto de intersecção entre as várias regiões brasileiras. A idéia de região acaba por sustentar a própria representação de território e de história pátria, como um claro elogio à unidade nacional à medida que se defendia a sobreposição da “unidade” na “diversidade”¹⁷.

Com o avançar do século XX, a concepção de “território/nação” mescla-se à de “território/região”. Desde o final do século XIX, os estudos regionais estavam conquistando cada vez mais um espaço significativo no âmbito da Geografia, principalmente, em contextos intelectuais como o da Alemanha e o da França, exercendo influência inquestionável sobre o Brasil. Nesse período, o conceito de região ganha força na Alemanha, com os estudos de Friedrich Ratzel (1844-1904) e na França com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) (FONSECA, 1999).

Na concepção de Ratzel, as diferenciações regionais surgem do poder que a natureza exerce sobre o homem, determinando inclusive o seu comportamento. A região singular de Ratzel é em essência uma “região natural” porque, para esse geógrafo, os atributos naturais são responsáveis pela definição das características da região. Já Vidal de La Blache defende que o homem, através de sua cultura e técnicas, pode interferir na natureza.

Respeitando as diferenças entre as abordagens de Ratzel e de Vidal de La Blache, há uma aproximação entre elas: ambas teorias reconhecem que cada região possui suas particularidades. Apesar dos avanços conquistados pelas críticas encampadas por Vidal de La Blache à concepção determinista de Ratzel, as limitações em termos teórico-metodológicos quanto ao conceito de região persistiram. As fragilidades das teorias de Ratzel e Vidal de La Blache correspondem ao próprio contexto positivista em que esses teóricos estavam inseridos, além do pioneirismo pelo qual ambos são lembrados sobre a referida temática (FONSECA, 1999).

A maior crítica que se faz atualmente a essas concepções positivistas de região é que o naturalismo ainda que reconhecendo a relação homem-natureza acabou escamoteando

¹⁶ “... são exemplares as transformações pelas quais viria a passar a sociedade da antiga Corte do Império, o Rio de Janeiro, que teria no traçado da cidade, nas formas de sociabilidade da elite e nos efeitos sobre as classes trabalhadoras expressões dessas mudanças. No entanto, as transformações urbanísticas ocorridas, já nos anos 1890, nas capitais das distantes províncias do Pará e do Amazonas anteciparam e estimularam o que viria a acontecer, no início do século, na capital da República. A atuação das elites, movidas por expectativas progressistas e estimuladas pelo dinamismo da economia, alteraram (*sic*) de forma marcante a situação da Amazônia brasileira” (DAOU, 2004, p. 17/18).

¹⁷ “... a História de um determinado Estado ou província (do país) repete os acontecimentos da história do Estado brasileiro, que se erradia de seus centros de decisão” (SILVEIRA, 1990, p. 23).

“a relação dos homens entre si, pelo peso atribuído às condições naturais (meio) na constituição da vida social, ou seja, como determinação desta última. O elemento humano é componente da paisagem” (SILVEIRA, 1990, p. 20/21). No entanto, não nos interessa aqui a revisão historiográfica acerca desse assunto; interessa-nos sim compreender que no início do século XX, a construção da idéia de “região” vai alimentar o debate no interior dos IHGs e que a noção de “região natural” é que predomina quanto às representações da Amazônia.

O alcance dessa noção é tamanho que chega a extrapolar a sua própria validade nos idos de 1920. No âmbito da intelectualidade amazônica, por exemplo, essa veia naturalista persistiu por muitos anos. A obra de Peregrino Junior¹⁸ publicada em 1960, intitulada “Panorama Cultural da Amazônia” é uma das que reproduzem a influência do discurso naturalista. Nessa obra, o autor busca uma explicação para as inúmeras obras literárias de cunho regionalista que foram produzidas acerca da região amazônica até os anos 50:

¹⁸ Identifica-se em suas obras como PEREGRINO JUNIOR, mas seu nome completo é João Peregrino da Rocha Fagundes Junior. Nasceu em 1898; formou-se médico pela Faculdade do Rio de Janeiro. E como escritor fundou vários Jornais como *O Independente* em Nova Cruz (RJ), *A Gazeta de Notícias* e *O Espectador* em Natal (RN) e depois que se mudou para Belém (PA) passa a colaborar no jornal *Folha do Norte*, *A Tarde* e *A Rua*, além de secretariar a Revista *A Semana* e fundar a Revista literária *Guajarina*. Membro da Academia Brasileira de Letras e do Conselho Federal de Educação, foi também presidente da União Brasileira de Escritores. Tem vários trabalhos publicados: *Jardim de melancolias* e *Vida fútil* (crônicas); *Doenças e constituição de Machado de Assis*; *Panorama cultural da Amazônia* (obra que citamos); *Um Drama no seringal*; *Pussanga*; *Histórias da Amazônia*; entre outros trabalhos. Morreu em 1983. (Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”). Cf. também <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/peregrinojunior.htm>.

A imaginação do homem, na Amazônia, é uma diátese geográfica. A terra amazônica – o “suporte rígido” de Ratzel – trançando o destino dos seus habitantes com cega brutalidade, marca fundamente a sensibilidade do homem. Para compreendê-la é essencial conhecer o ambiente em que *êle* nasceu. As suas qualidades e defeitos decorrem da sua própria geografia. O caráter do homem amazônico é a saturação das suas infinitas melancolias – a do rio e da floresta, - *êle* se contrai sobre si mesmo, para fugir nas asas afoitas da imaginação. [...] Há [sic] pois uma fatalidade geográfica que conduz o homem da Amazônia – seja o índio, o caboclo ou o cearense – ao mistério dos mitos e à poesia das lendas. A natureza, ali é que desencadeia a vocação lírica e mística, pelo medo, pela beleza e pelo mistério (ROCHA JUNIOR, 1960, p. 12-14, grifo nosso).

A noção de Amazônia como “região natural” permanece no imaginário intelectual por décadas, assim como a teoria de Vidal de La Blache é revisitada inclusive por aqueles que representam uma renovação significativa nos meios historiográficos da primeira metade do século XX, como Lucien Febvre (1878-1956), da primeira geração da Escola dos *Annales*.¹⁹

Nesse período, o regionalismo vai ganhando espaço nas produções literárias, históricas e geográficas e, conseqüentemente, passa a orientar os esforços historiográficos pela reconstituição do passado brasileiro, enaltecido pela história de cada região. Desse modo, a preocupação central dos IHGs em divulgar e preservar fatos e personagens da história nacional alia-se cada vez mais aos esforços de se fazer conhecer também a história da sua cidade, do seu Estado, da sua região.

Para endossar tal discussão basta verificarmos a criação dos IHGs, o IAGP, por exemplo, foi fundado em comemoração à Independência do Brasil; mas também juntamente com a história nacional, os membros do IAGP ressuscitam em sua fundação um fato muito importante da história regional: a restauração de Pernambuco do poder dos holandeses. Outro exemplo que se pode lançar mão é o caso do IHGSP; seus membros-colaboradores ousam a afirmar nas páginas da Revista desse mesmo Instituto que a história de São Paulo é a história do Brasil (SHWARCZ, 2005).

Diante dessas considerações, afirmamos que no interior dos IHGs, o registro da história regional não se deu na contramão da história nacional. Os fatos históricos e os importantes vultos da história regional estavam intrinsecamente atrelados aos fatos e vultos da história nacional, produzindo assim uma idéia de complementaridade histórica. Se o IHGB tinha por missão resguardar a história nacional, aos IHGs cabia a tarefa de resguardar a história regional, mantendo-as umbilicalmente ligadas no sentido de preservar a memória coletiva da nação. Foi exatamente com esse intuito que nasceu o IHGP.

¹⁹ Não devemos esquecer que Vidal de La Blache e Ratzel tiveram uma grande importância para a formação de Lucien Febvre: “... foi importante para Febvre o geógrafo alemão Ratzel. (Considerado por Febvre) (...) um dos pioneiros da geografia humana (...); atribuía, porém, diferentemente de Vidal de la Blache, maior influência ao meio físico sobre o destino humano” (BURKE, 1992, p. 25). Ver também Rosa Maria G. Silveira (1990, p. 21/22): “... Essa amplitude (da Geografia lablachiana) deu margem a especialidades, entre as quais, a Geografia Histórica, de que foi expoente Lucien Febvre, com sua obra *A Terra e a evolução humana*, e que tratava da organização do espaço no tempo”.

1.2) ENTRE COMEMORAÇÕES CÍVICAS E PROGRAMAS POLÍTICOS

O IHGP foi criado em comemoração ao Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil no dia três de maio de 1900, juntamente com a Academia Paraense de Letras²⁰ e a Liga Humanitária do Estado do Pará. A fundação do IHGP deu-se sob a égide do governo estadual de José Paes de Carvalho²¹ que havia incluído no programa de comemoração do Centenário Brasileiro a criação do “Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará” como foi primeiramente chamado²².

Poucos anos depois, a maioria dos sócios do IHGP dispersou-se, priorizando outras atividades que não as vinculadas ao Instituto. A dispersão de seus membros fez essa Associação praticamente desaparecer. Porém, a comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém que ocorreu em 1916, estimulou a reinstalação do IHGP, que contou com o apoio do governador do Estado, Lauro Nina Sodré e Silva²³. Fundado por ocasião da comemoração do Centenário Brasileiro e refundado em comemoração ao Centenário da Revolução Pernambucana, o IHGP tornou-se uma instituição científico-cultural bastante atuante no Pará no contexto pós-1917.

1.2.1) O Centenário Brasileiro

Antes da criação do IHGP, uma outra sociedade foi fundada, exercendo bastante influência sobre a idealização do Instituto. Em sete de setembro de 1879, foi criada a

²⁰ “... *Realisa-se em a noute 3 (sic) do corrente, no Theatro da Paz, a installação solemne da Academia Paraense. Todas as pessoas que se interessam pelo desenvolvimento das letras entre nós* estão convidadas a abrilhantar o *acto*” (FOLHA DO NORTE, Belém, 02 de maio de 1900, p. 2, grifo nosso).

²¹ José Paes de Carvalho (1850-1943) era médico e político. Tomou posse como governador do Estado do Pará em primeiro de fevereiro de 1897, permanecendo no governo até 11 de fevereiro de 1901 quando assumiu seu sucessor, Augusto Montenegro. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano (Cf. ROCQUE, 2001, p. 85). Cf. também http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Paes_de_Carvalho.

²² Cf. DIÁRIO DO PARÁ, Belém, 06 de agosto de 2000, p. 6.

²³ Lauro Sodré nasceu em 1858 e morreu em 1944. Depois de sua formação militar, seguiu carreira política e tornou-se um importante estadista. Após a proclamação da República, foi oficial do gabinete de Benjamim Constant e eleito para a Assembléia Nacional Constituinte, contribuiu com a redação da Carta Republicana. Foi o primeiro governador constitucional do Pará, empossado em 24 de junho de 1891. Também foi eleito senador da República, cargo que ocupou em legislaturas sucessivas. Foi candidato à Presidência da República, e voltou a governar pela segunda vez o Pará em 1912 até 1917. Autor de “Crenças e Opiniões” e “Palavras e Actos”, também colaborava em jornais da época. (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

Sociedade “15 de Agosto”, cuja finalidade era festejar anualmente a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”. Os pontos convergentes entre o IHGP e a Sociedade “15 de Agosto” são: (a) ambas as Associações nasceram por ocasião de uma comemoração histórica ou cívica; (b) os membros da Sociedade “15 de Agosto” depois passaram a ser sócios efetivos do IHGP; (c) Até o local destinado às reuniões dessas Associações era o mesmo prédio, local onde residiam o Barão de Guajará (1830-1912) e o Visconde de Arary (1806-1879). No dia 28 de janeiro de 1942, tal prédio foi doado pela Prefeitura de Belém, na gestão municipal do professor Abelardo Condurú²⁴, sócio do IHGP, para servir como sede social ao mesmo Instituto.²⁵

Quase vinte anos depois, em 1898, a criação do IHGP foi prevista para ocorrer em 1900 quando se comemoraria o Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil seguindo o modelo das festas nacionais²⁶. A preparação efetiva para a fundação do IHGP ocorreu apenas em duas reuniões: a primeira sessão, que visava organizar a criação do IHGP, planejada para o dia 26 de março de 1900 não ocorrera devido à ausência do governador do Estado, José Paes de Carvalho. A comissão promotora dos festejos do Centenário Brasileiro preferiu suspender a sessão e consultar primeiramente o governador do Estado, antes de tomar qualquer decisão sobre a programação do evento, deliberando assim o adiamento dessa sessão para o dia 29 de março²⁷, cuja reunião foi registrada pela imprensa local:

Compareceram *hontem* [29 de março] à sessão, na *Bibliotheca* Pública, os srs. dr. Governador do Estado, dr. Gentil Bittencourt, presidente da comissão, Arthur Vianna, secretário, 1º tenente Ignácio Cunha, dr. Henrique Santa Rosa, Candido Costa, Bernardino Pinto Marques, dr. Barroso Rebello, João Luiz de La Rocque, professor Vilhena Alves e Pedro Delgado.

A comissão *adoptou* como bases *geraes* do seu programa de festejos o seguinte:

²⁴ Abelardo Leão Condurú (1889-1976) lançou sua carreira política no discurso que proferiu durante a campanha de Afonso Penna, na época candidato à presidência da República, posteriormente se vinculando ao Partido Republicano Federal. Abelardo Condurú combateu os lemistas e confessou ter participado do atentado ao Jornal “A Província do Pará”. Pertenceu ao Congresso do Estado, foi membro do movimento de 1930, tendo participado da Revolução que colocaria Magalhães Barata no governo, nomeado por esse, prefeito de Belém. Em 1935, Abelardo Condurú rompeu com Magalhães Barata, elegendo-se Senador Federal pela Assembléia Constituinte. Durante o Estado Novo, foi nomeado pelo Interventor federal José Malcher novamente prefeito de Belém, deixando a prefeitura apenas para ocupar uma das diretorias do Banco da Borracha (Cf. ROCQUE, 1981, p. 11/12).

²⁵ Aláudio de Oliveira Melo. “Recordando uma instituição cultural”, artigo da RIHGP, 1952/65, p. 27-30.

²⁶ “As festas do IV Centenário não fugiram às regras das comemorações. Constituiu-se uma comissão de nomes ilustres que tentou levar a diante seus preparativos. (...) Os trabalhos preparatórios acenavam para a importância e mesmo para a necessidade de se comemorar o aniversário da nacionalidade. (...) Entre as instituições envolvidas pode-se citar como a mais importante a Associação do VI Centenário, criada especialmente para a comemoração dos festejos, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (OLIVEIRA, 2000, p. 5).

²⁷ CF. FOLHA DO NORTE, Belém, 27 de março de 1900, p. 1.

Dia 3 de maio: [...] grande sessão cívica, com a *instalação* do instituto histórico, às 8 horas da noite, no teatro [da Paz] (FOLHA DO NORTE, Belém, 30/03/1900, p. 1).

Depois de um intervalo de quase um mês, ocorreu a segunda sessão em 27 de abril de 1900, encerrando o ciclo de preparação para as festas do Centenário Brasileiro e conseqüentemente para a fundação do IHGP²⁸. Presidiu essa sessão Arthur Vianna²⁹, primeiro secretário do Instituto, visto que o presidente e o vice-presidente do IHGP não compareceram à reunião. No dia seguinte, em uma longa nota publicada no Jornal “Folha do Norte”, os nomes dos dezoito membros presentes eram citados um a um, além dos nomes daqueles que não puderam comparecer, justificando por escrito a sua ausência:

Às 9 horas da manhã de *hontem* no salão de honra da *Bibliotheca* Publica do Estado, acharam-se presentes, para trabalhos *preparatorios* da *instalação solemne* do instituto histórico, *geografico e ethnografico* do Pará, os srs. Desembargador Gentil Bittencourt, tenente-coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, dr. Francisco de Paula Pinheiro, Manoel de Miranda Simões, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, dr. Jacques Hubes, Francisco T. de Vilhena Alves, dr. Ignácio Moura, Estephanio F. da Silva, Antonio da Costa e Silva, tenente-coronel Aureliano Guedes, dr. Raymundo Alvares da Costa, dr. Eladio Lima, [sic], major Thomaz Cavalcante, dr. Theodoro de Brito Pontes, tenente Manoel Ignácio da Cunha e dr. Estephanio Barroso.

Justificaram o seu não comparecimento os srs. dr. Enéas Martins, dr. Virgilio Cardoso de Oliveira, dr. Barroso Rebello, cônego Domiciano Perdigão Cardoso e dr. João de Palma Muniz (FOLHA DO NORTE, Belém, 28 de abril de 1900, p. 1).

Nessa mesma sessão, que seria a última antes da solenidade de instalação do IHGP, além da programação do evento, os presentes membros escolheram o representante do Instituto em nível nacional, discutindo também outros aspectos relacionados ao expediente da Associação:

²⁸ “Amanhã, às 9 horas do dia, reúnem-se em sessão, no edifício da *Bibliotheca* Pública, os *socios* do Instituto Histórico, *Geographico* e *Etnographico*, e **as pessoas que desejarem cooperar na constituição deste**” (FOLHA DO NORTE, Belém, 26 de abril de 1900, p. 1, grifo nosso).

²⁹ Arthur Octavio Nobre Vianna (1873-1911) foi jornalista, professor, historiador e escritor. Formou-se em Farmácia, morreu quando estudava Medicina no Rio de Janeiro. Como jornalista, colaborou no Jornal *Mocidade* e *Folha do Norte*. Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado, organizando e anexando à Biblioteca, o Arquivo Público. Editou os Anais de 1902 a 1906. Publicou as seguintes obras: *Notícia histórica sobre o Pará; Festa populares; As Fortificações*, ligeira notas sobre a epidemia de febre amarela no Pará; *Escorço histórico da epidemia de Choleramorbus no Pará; Dr. Américo Santa Rosa; Notícias sobre a vida e trabalhos do professor Severiano Bezerra de Albuquerque; Lista dos Governadores do Pará*, desde o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco até o Dr. José Paes de Carvalho, etc. Fora um dos fundadores da Mina Literária, da Sociedade de Estudos Paraenses, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Academia Paraense de Letras (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

Além da discussão e resolução de vários *assumptos* de interesse da sociedade, os *quaes* ficaram todos decididos, foi unanimemente resolvido que se *telegraphasse* ao eminente paraense sr. **José Veríssimo** solicitando-lhe que aceitasse **a representação do Instituto perante a comissão central do centenário brasileiro, na Capital Federal.**

Também *resolveo-se* que fosse solicitado ao sr. governador **a necessária permissão para o funcionamento provisório do estabelecimento em uma das salas da Bibliotheca Publica.** [...]

Essa importante sessão *solemne* [sessão de instalação] terá uma parte musical, confiada a competentíssimos professores, sob a hábil regência do maestro Gama Malcher.

O sr. dr. Alvares da Costa fez entrega à *directoria* do instituto de uma memória manuscrita sobre o <<descobrimento do Brasil>>. De *accordo* com os estatutos, esse trabalho será enviado à *comissão* de história para dar o seu parecer (FOLHA DO NORTE, Belém, 28 de abril de 1900, p. 1, grifo nosso).

Chegado o grande dia da comemoração do Centenário Brasileiro em Belém, além das “festas populares” que aconteceriam em ruas da cidade como as festas da rua “Três de maio”, informava-se aos leitores do Jornal “Folha do Norte” acerca da programação oficial, as ditas “festas oficiais”, incluindo nessa categoria obviamente a instalação das associações paraenses:

AS FESTAS DE HOJE

Segundo os programas publicados, haverá hoje o seguinte: [...]

As festas officiais

[...]

- Sessão cívica no teatro, às 8 da *noute*: *Installam-se* diversas associações (FOLHA DO NORTE, Belém, 03 de maio de 1900, p. 2).

Essa sessão cívica seria marcada pela instalação no Estado do Pará de importantes Associações. Duas delas muito parecidas, pois arregimentariam futuramente sócios comuns, isto é, os intelectuais vinculados ao IHGP quase em sua totalidade correspondem também aos membros da Academia Paraense de Letras. Esses intelectuais circulavam no interior dessas duas instituições buscando reconhecimento no campo intelectual.

No Teatro da Paz, às vinte horas, dava-se início a tão esperada sessão comemorativa do Centenário Brasileiro que instalaria as Associações paraenses: a Academia Paraense de Letras; a Liga Humanitária; e o “Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará”. Abriu-se a sessão solene com as palavras do presidente do ato, Henrique Santa Rosa³⁰, membro da Academia Paraense de Letras e primeiro presidente do IHGP.

³⁰ Henrique Américo Santa Rosa nasceu em 1860. Engenheiro, historiador, ensaísta, geógrafo e político. Formou-se em Engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Republicano e abolicionista, Henrique Américo de Santa Rosa desempenhou importantes cargos no exercício de sua profissão. Foi diretor-geral das

Em seguida, Ignácio Moura³¹ discursou representando a comissão promotora das festas do Centenário Brasileiro. Depois foram proferidos os discursos dos representantes das respectivas Associações que se instalariam nesse dia: por primeiro foi solicitado o discurso do representante da Academia Paraense de Letras, Passos Miranda; depois a Liga Humanitária foi representada por Castro Pinto³²; e por fim, proferiu seu discurso Barroso Rebello, representando o Instituto.

Para encerrar a sessão, trechos musicais foram executados por uma orquestra sob a direção de José da Gama Malcher³³. Terminada a sessão comemorativa às 23 horas³⁴, estava, portanto, instalado em Belém do Pará o “Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará”.

1.2.2) Tricentenário da Fundação de Belém

Obras Públicas e Colonização do Pará, chefe da Comissão de Saneamento de Belém. Publicou entre outras obras: *Mapa Geral do Pará; Belém e a sua tipografia; História do Pará; Descrição física do Pará; Limites do Amazonas e Pará, História do rio Amazonas* (1926, Belém) (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de obras Raras ou valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

³¹ Professor e engenheiro civil, Ignácio Moura (1857-1929) trabalhou no governo Lauro Sodré, sendo um dos construtores da Estrada de Ferro de Bragança. Foi deputado provincial por duas vezes durante o Império; na República, foi deputado estadual em várias legislaturas. Membro-fundador da Academia Paraense de Letras, tornou-se também um dos presidentes mais lembrados do IHGP. Dentre sua vasta obra encontram-se “A Exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895” (Belém, 1895); “Vultos e descobrimentos do Brazil e da Amazônia” (Belém, 1900; autoria conjunta com Estephânio Silva). Porém, a maior referência de sua produção foi o livro que escreveu sobre a viagem de 1896 ao burgo de Itacaúna: “De Belém a São João do Araguaia Valle do Tocantins” (Rio de Janeiro, 1910). Mais tarde nos anos 20, outros livros foram publicados como “A Luz de outr’ora: contos e ligeiros estudos” (Belém, 1920); “Um Grande Brasileiro” (Belém, 1925) que escreveu com Justino Barroso; “A Amazônia do Futuro” (Pará, 1926) de autoria conjunta com Paulo Eleutério; “Ensaio de Educação Moral e Cívica” (Belém, 1928) (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

³² João Pereira de Castro Pinto (1863-1944) bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1886. Foi Promotor Público em Mamanguape e Juiz Federal substituto. Era monarquista, abolicionista e jornalista. Elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte pela Paraíba, sendo reeleito em 1896. Renunciou ao mandato e viajou ao Rio de Janeiro, passando a exercer o cargo de Redator Oficial do Senado. Retornou ao Nordeste, assumindo a promotoria de justiça de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, e em seguida a de Fortaleza, Ceará. No Estado do Pará, a convite do Presidente Paes de Carvalho, exerceu a Chefia de Gabinete da Presidência da Província, sendo ainda, professor de Lógica do Ginásio Paraense e redator do Jornal *A Província do Pará* (Cf. <http://www2.aplpb.com.br/academicos/cadeira33.htm>).

³³ Político e advogado paraense, José da Gama Malcher (1872-1956) foi Intendente Municipal, Senador do Estado, Deputado Estadual pelo partido Republicano Liberal em duas legislaturas. Exerceu o cargo de diretor geral da Fazenda, em todo o período administrativo de Enéas Martins. Em 1920, foi candidato ao governo de Estado pelas forças conservadoras, não logrando a eleger-se. Quinze anos depois, foi indicado candidato de conciliação ao Governo do Pará, sendo eleito pela Assembléia Legislativa. Sua principal preocupação, inicialmente, foi a de pacificar a política paraense, que vivia uma de suas fases mais conturbadas. Em 1938, por ocasião da decretação do Estado Novo, de Governador passou para Interventor, função que ocupou até 1942, quando Magalhães Barata retornou ao Executivo do Estado. Foi presidente do Banco da Borracha, atualmente Banco da Amazônia. Suas obras: *PARÁ. Governador (1937-1938: J. C. Gama Malcher)*; e *O Governo José Malcher e as rodovias do Pará* (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

³⁴ Cf. FOLHA DO NORTE, Belém, 04 de maio de 1900, p. 2.

A atuação dos intelectuais paraenses na primeira década do século XX estava muito mais vinculada à Academia Paraense de Letras do que ao próprio IHGP. Porém, a partir de 1917, como disse o orador do IHGP, Luiz Estevão de Oliveira: “O Instituto principia a tecer a sua própria história” (RIHGP, 1919/1920, p. 371)³⁵. Essa Associação tornar-se-ia a partir desse momento uma das instituições mais atuantes na vida intelectual do Estado do Pará, não sendo mais relegado à sombra da Academia Paraense de Letras como na primeira década do século XX.

O ato de 1917 inaugura uma nova fase na história do IHGP e ganha um novo significado no imaginário da sociedade letrada da época. No contexto da comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém³⁶, a criação do Instituto em 1900 perdeu totalmente a sua importância, porque: “todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (BACZKO, 1985, p. 309).

No imaginário dos sócios, a refundação da Associação em 1917 torna-se o monumento mais importante da sua história, isto é, a sessão magna de seis de março de 1917 seria considerada pelos intelectuais do IHGP o marco fundador da Instituição. A retomada, em 1917, das atividades vinculadas ao IHGP representava para os seus sócios a “evolução” intelectual do Estado do Pará. Discurso que se constrói arraigado à trama objetiva dos processos sociais que se desenrolaram por ocasião da comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém, pois como disse Geraldo Mártires Coelho (1991: s.p.), as corporações acadêmicas ou as associações culturais, de acordo com a natureza das suas funções ocupam um espaço e desempenham um papel que são próprios da trama objetiva dos processos sociais dos quais fazem parte.

A refundação do IHGP constituiu-se, pois, em uma forma de extensão do programa da comemoração cívica de 1916: “por injunções da história e do dever cívico, cabenos no momento, a tarefa mais que toda grata de comemorar o tricentenário da fundação da cidade de Belém do Grão-Pará, e tão magna responsabilidade deve ser assumida com coragem mesclada de satisfação e ufania” (BRAGA, 1915, p. 11 apud. MORAES, 2006, p. 48).

³⁵ Trecho do discurso proferido na sessão comemorativa do aniversário do IHGP, no dia seis março de 1919, no qual o orador referiu-se à refundação do IHGP em 1917.

³⁶ Em 1916, comemorava-se o Tricentenário da Fundação do povoado que deu origem à cidade de Belém. Segundo Ernesto Cruz: “*Aquêle* memorável dia 12 de Janeiro de 1616 trazia recordações de lutas, glória e orgulho. Principiava a integração histórica e dramática da Amazônia, no domínio de Portugal. Havia de *receber* o Brasil íntegra e grandiosa, dois século depois” (RIHGP, 1952/1965, p. 24).

Os intelectuais estavam completamente envolvidos com o espírito da comemoração do Tricentenário de Belém ressuscitado em 1915, quando tais intelectuais preparavam essa epopéia cívica. Assim como no Centenário Brasileiro, formou-se uma comissão para organizar as festas centenárias; o chamado “comitê patriótico”³⁷ foi composto por nomes ilustres com a tarefa de edificar o programa das comemorações de 1916. Para esse evento foram organizados desfiles públicos, edição e publicação de documentos, elaboração de insígnias, festivais, exposições temáticas e construção de monumentos.³⁸

Essas comemorações tinham por finalidade demarcar o aniversário da “nova” Belém³⁹. Nesse contexto: “Inaugurava-se no Pará um interesse pela popularização de relíquias históricas e pela divulgação dos registros do passado em logradouros e espaços públicos” (FIGUEIREDO, 2001, p. 160/61), porque o passado conquistava um lugar privilegiado – “o livro, o museu e a memória” (Ibid., p. 172). O desafio dos intelectuais era mantê-lo nesse lugar. Daí os intelectuais reunirem os maiores esforços na reconstituição do passado amazônico. Um exemplo bastante elucidativo trata-se da arrecadação de “vários utensílios e relíquias de valor histórico” para compor a “Galeria Histórica”, uma iniciativa de artistas e literatos, em reunir retratos e ou fotografias de vultos históricos para a exposição.

O clima de entusiasmo gerado pela comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém levou os intelectuais ao debate acerca da necessidade de se criar uma instituição que estivesse empenhada no estudo dos aspectos peculiares da história do Estado do Pará e da Amazônia, “... o recado mais preciso desses literatos foi certamente da capacidade das fontes da história de resistirem ao tempo. O fôlego dos documentos foi uma arma na mão dos historiadores do passado” (Ibid., p. 113). Essa arma a qual Aldrin Figueiredo refere-se consistiu em um instrumento exclusivo do IHGP, visto que essa Associação foi criada com essa finalidade. Vejamos a circular elaborada acerca da idéia de “fundação” (lê-se refundação) do Instituto:

Belém, 19 de fevereiro de 1917.

³⁷ “Ignacio Moura, Theodoro Braga, Palma Muniz e Henrique Santa Rosa, comporam (sic) o núcleo principal do amplo grupo que se constituiu em vista da comemoração do tricentenário de Belém” (MORAES, 2006, p. 15).

³⁸ “Marcada para dezembro de 1915 e janeiro de 1916 as festividades tricentenárias contaram com uma programação composta, em resumo, por desfiles cívicos, construção do ‘monumento perene à memória do fundador da cidade’, elaboração do álbum histórico ‘destinado a rememorar os ‘Grandes Vultos’ que pelos seus feitos se tem recomendado à veneração pátria’, selo e hino oficiais; realização de festivais e exposições; e realização de congressos” (MORAES, 2006, p. 16).

³⁹ A tese de doutorado de Aldrin FIGUEIREDO, “Eternos Modernos”, trata especificamente sobre a construção dessa idéia de Belém nova. A referência completa consta na bibliografia da dissertação.

Desejando corresponder a vontade do exmo. sr. dr. Governador do Estado e ao desejo do povo paraense em *commemorar* a data de 6 de março, centenário da Revolução Pernambucana [...] vimos lembrar á v. exc. a *idéa* de fundarmos nesta capital; nesse dia o <<Instituto Histórico e *Geográfico* do Pará>> o qual tenha por fim:

- a) – Estimular o estudo *chorographico* de todo o Valle *Amazonico*;
- b) – *Analysar* devidamente o movimento histórico do nosso Estado, *biographando* a *actividade* social dos seus maiores homens em qualquer posição para que tivessem trabalhado;
- c) Publicar mensalmente uma revista, em que venham exarados trabalhos inéditos sobre esses *assumptos*;
- d) Instituir em local *proprio*, o <<Museu Histórico e *Geographico* da *Amazonia*>> para onde sejam recolhidas as *reliquias* de homens *notaveis* nas *sciencias*, letras e artes, que aqui tenham *moirejado* ou contribuísem, por outro modo, para nossa evolução; mapas estatísticos e *geographicos* da nossa região ou referentes ás nossas *industrias* e lavoura e todo quanto possa representar o nosso passado. (FOLHA DO NORTE, Belém, 24 de fevereiro de 1917, p. 3).

Essa circular, encaminhada ao governador Lauro Sodré, foi assinada por Ignacio Moura, que depois se elegeu presidente do IHGP, e pelo presidente da Associação da Imprensa do Pará, Luiz Barreiros. Como o poder político precisa rodear-se de representações coletivas que legitimem o seu controle, Lauro Sodré não tardou em responder também formalmente ao apelo desses intelectuais.

O então governador do Pará acena positivamente à iniciativa dos sócios do Instituto. A partir de seu incentivo, Lauro Sodré teve seu nome vinculado a uma sociedade cultural, sendo para sempre lembrado como o governador que estimulou o “desenvolvimento intelectual” do Estado do Pará. Logo depois foi homenageado pelos sócios do IHGP, recebendo o título de “presidente de honra” da Associação. Lauro Sodré manifestou seu total consentimento e apoio ao desejo dos consócios do IHGP:

... *Applaudo* e louvo a iniciativa que tomaram de fazer a *commemoração* do feito glorioso de 1817 com a fundação desse *nucleo* de homens *intellectuaes*, que se *propoem* estudar as cousas de nossa *geographia* e as figuras de nossa historia.

[...]

E dou-me pressa de exprimir-lhes os meus votos para que levem a bom *exito* a tarefa e para que *della sahiam* os *fructos beneficos* que devemos esperar todos os que desejamos á nossa terra um *periodo* fecundo de progresso e engrandecimento *moraes* (FOLHA DO NORTE, Belém, 28 de fevereiro de 1917, p. 2).

Lauro Sodré conseguiu, a partir de seu apoio ao ato de refundação do IHGP, cristalizar a sua imagem como o estadista “esclarecido”, defensor das letras, como foi considerado por Jorge Hurley entre tantos paraenses ilustres como Julio César, José Veríssimo, Tito Franco, Barão de Guajará, dom Romualdo Coelho, dom Romualdo de Seixas, Justo Chermont, Serzedello Corrêa, Barão de Marajó: “Nessa brilhante *constellação* de

homens de valor, [...] o astro de maior grandeza. *Ninguém o supéra. Ninguém o empana*” (RIHGP, 1938, p 265).

Além do incentivo do governador do Estado do Pará, era imprescindível também reunir os esforços dos sócios efetivos do IHGP no sentido de organizar a solenidade de refundação e empreender posteriormente as atividades sociais do Instituto. Deu-se, então, início ao processo de reinstalação do IHGP com base na comemoração do Centenário da Revolução Pernambucana. Além disso, a refundação do IHGP também efervesceu no mesmo contexto de fundação do “Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas” (IGHA), criado em 25 de março de 1917, em sessão solene no prédio da antiga Câmara Municipal, prédio que mais tarde seria doado para abrigar a sede do mesmo Instituto, em Manaus (AM).

1.2.3) Centenário da Revolução Pernambucana

A comemoração do Centenário da Revolução Pernambucana foi um símbolo importante no discurso fundador do IHGP⁴⁰. Essa comemoração como fato heróico alimentou ainda mais a imaginação dos membros do Instituto que aparentemente manifestaram um desejo comum pela “criação” do IHGP em 1917. Em verdade, essa comemoração cívica escondeu as tensões no interior da Associação, tensões que se desencadearam em torno da própria idéia de “fundação” do IHGP, visto que houve o protesto de um sócio que discutiremos mais à frente.⁴¹

Quanto à reinstalação propriamente dita, ressaltamos que as reuniões preparatórias para o ato de reinstalação do IHGP foram realizadas no Grêmio Literário Português durante o mês de fevereiro de 1917. Os sócios Ignácio Moura e Luiz Barreiros foram os principais articuladores dessas reuniões que tinham como intuito trazer ao cenário regional a instituição que se tornaria o órgão arregimentador da intelectualidade paraense nos próximos anos:

Começamos por um punhado de espíritos intrépidos reunidos no salão do Grêmio Literário Português, na noite de 26 de fevereiro do ano passado e, após duas sessões preparatórias resolvemos fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, na noite

⁴⁰ Segundo Bronislaw Baczko (1985, p. 311), um discurso consiste na forma que o imaginário social encontra para se tornar inteligível e comunicável e pela qual são reunidas as representações coletivas em uma dada linguagem. Essa linguagem encontrou forças no simbolismo que a Revolução Pernambucana havia produzido até então.

⁴¹ Referimo-nos ao discurso pela “refundação” do Instituto representado por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.

de 6 de março, *solenizando* por essa forma o primeiro centenário da Revolução Pernambucana de 1817 (RIHGP, 1918, p. 231).

Assim como na comemoração do Centenário Brasileiro e do Tricentenário da Fundação de Belém, no Centenário da Revolução Pernambucana também foi formada uma comissão de intelectuais, cuja responsabilidade seria organizar a sessão comemorativa da referida festa cívica, isto é, a sessão magna de refundação do IHGP:

Por designação do presidente [do instituto], uma *commissao* composta dos drs. Luiz Barreiros Honorato Figueiras e Raymundo Trindade esteve *hontem* em combinações com a *directoria* da Associação da Imprensa sobre o acto *solenne* da inauguração do Instituto, que *deverá-se* fazer com a festa destinada a *commemorar* no *thetro* da Paz, o centenário da Revolução Pernambucana iniciativa do nosso grêmio de jornalistas (FOLHA DO NORTE, Belém, 28 de fevereiro de 1917, p. 2).

Mas por que o Centenário da Revolução Pernambucana? Essa comemoração cumpriu um papel bastante específico no processo de reinstalação do IHGP, sendo capaz de reunir em torno da Associação, as representações coletivas de que a mesma precisava para se auto-afirmar como instituição cívica:

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará [...] se funda aos aplausos entusiastas do povo, um tributo mais seguro do Estado à comemoração da primeira data centenária da sorridente *Revolução* [Pernambucana] que nos deveria trazer a **Independência** e a **República** (RIHGP, 1917, p. 5, grifo nosso).

Em primeiro lugar, a vinculação entre a Revolução Pernambucana e a reinstalação do IHGP fez dessa última uma manifestação pública em homenagem aos “patriotas pernambucanos” que haviam lutado pela Independência do Brasil: “... cujos *heroes*, na sua maioria, [teriam sido] [...] sacrificados” (FOLHA DO NORTE, Belém, 06 de março de 1917, p. 2). Desse modo, os intelectuais sócios do IHGP seriam antes de tudo “compatriotas” dos heróis pernambucanos, estando prontos para entregar as suas vidas ao sacrifício que a luta pelo avanço intelectual no Estado do Pará e na Amazônia exigia.

Ademais, reinstalar o IHGP em comemoração ao Centenário da Revolução Pernambucana era o mesmo que reconhecer tal Associação sendo de cunho científico-cultural, cujos princípios mantinham-se fiéis à República. Como uma iniciativa fundamentalmente republicana, a sessão converter-se-ia em um verdadeiro elogio ao novo regime e à vitória da

República sobre o Império, sustentando a representação dos intelectuais paraenses como “republicanos convictos”, pois se alegava na época que da Revolução Pernambucana: “surgiram os primeiros alicerces para o *regimem* republicano” (FOLHA DO NORTE, Belém, 06 de março de 1917, p. 2).

Além disso, esse evento não deveria ser visto como um ato isolado. Nesse sentido, reinstalando o IHGP na ocasião da festa do Centenário da Revolução Pernambucana, os intelectuais paraenses tinham a possibilidade de aproximar o IHGP de outra instituição com mesma finalidade e natureza. Na ocasião da reinstalação do IHGP, forja-se uma relação de amizade entre os sócios do IHGP e os sócios do “Leão do Norte”, isto é, o IAGP, cujo reconhecimento já estava amplamente difundido no âmbito nacional e internacional. Em outras palavras, trocava-se a afinidade regional do IGHA pelo prestígio do IAGP. Sendo o primeiro congênere regional do IHGB, isto é, o primeiro IHG fundado no país, o IAGP reforçaria, ao se fazer representar na sessão de reinstalação do IHGP, a importância que tinha o ato de 1917 não somente para a Amazônia, mas para todo o país.

Depois da montagem do palco e do cenário, iniciava-se o espetáculo com a entrada dos atores em cena. Dentre os sócios e convidados presentes que prestigiaram a sessão magna de reinstalação do IHGP, compondo a mesa estavam: *Ignacio Moura*, o presidente do Instituto; *Luiz Barreiros*, presidente da Associação da Imprensa do Pará; *Luiz Estevão de Oliveira*, representante do IAGP; e o governador do estado, *Lauro Nina Sodré e Silva*. Os protagonistas nesse espetáculo eram sem dúvida, os paraenses Ignacio Moura, o presidente do Instituto, e Lauro Sodré, o governador do Estado.

Considerado nos festejos do Centenário da Revolução Pernambucana “o inspirador da comemoração”⁴², Lauro Sodré como presidente da sessão, tornou-se a peça-chave no ritual de refundação do Instituto: “... a vontade popular colocou o vulto laureado e viril, sacerdote e vítima, profeta e falangiário, para dirigir esta festa, o filho mais querido desta terra, um apóstolo da República que se chama Lauro Sodré (Aplausos prolongados)” (RIHGP, 1917, p. 5).

A sessão magna de reinstalação do IHGP configura-se, portanto, na celebração de um ato político, no qual o Estado era tão necessário quanto o próprio IHGP: “O pontífice (Lauro Sodré) fala e lhe obedecemos; a sua idéia, seguem-lhe os discípulos, para comemorar tão faustosa data” (RIHGP, 1917, p. 5/6). E assim, Ignacio Moura, presidente do Instituto

⁴² Cf. FOLHA DO NORTE, Belém, 06 de março de 1917, p. 2.

concluiu a sua alocução: “... ele [Lauro Sodré] tem uma frase mais elevada que as outras <<está fundado nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará>> (Palmas prolongadas em toda a assistência)” (RIHGP, 1917, p. 5/6, grifo no original).

1.2.4) Fundar ou refundar? Eis a questão

O discurso pela “fundação” do Instituto em 1917, cujos defensores eram Ignacio Moura e Luiz Barreiros, não convenceu a todos os consócios do IHGP, enfrentando esse discurso certa resistência por parte de um intelectual paraense que bradou pelo reconhecimento da criação do IHGP no ano de 1900 e não em 1917, como queriam os consócios citados. Trata-se de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, sócio-fundador do Instituto nas “duas fundações” (1900 e 1917). Ele foi o representante do discurso que defendeu a criação do Instituto em 1900 e, conseqüentemente, a sua refundação em 1917.

Ao se manter vinculado ao Instituto desde a sua criação em 1900, Bento Aranha não concordou com o que estava presente na circular datada de 19 de fevereiro de 1917, cujos argumentos organizados por Ignacio Moura e Luiz Barreiros justificavam a fundação do IHGP em 1917: “O nosso velho e estimado confrade de imprensa, Bento Aranha, procurou-nos *hontem* para nos informar que a proposta para fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará não é perfeitamente cabível” (FOLHA DO NORTE, Belém, 25 de fevereiro de 1917, p. 3).

O discurso dissidente de Bento Aranha construiu-se sobre uma base em que a essência da contestação era a veracidade dos fatos, visto que o ato de 1917 foi apresentado por Bento Aranha revestido de outro significado que não o atribuído pelos dois confrades. Essa outra versão para 1917, questionava o discurso pela “fundação” a partir essencialmente de dois contra-argumentos: (1) o IHGP já havia sido fundado em 1900; e (2) as motivações para criação do Instituto não eram verdadeiras.

Segundo Bento Aranha “... em 1900, *commemorando* o quarto centenário do descobrimento do *Brazil*, foi a Instituição desse nome aqui inaugurada com toda a *solemnidade* no Theatro da Paz” (FOLHA DO NORTE, Belém, 25 de fevereiro de 1917, p. 3). Portanto, não se podia fundar uma instituição que já tinha sido fundada há dezesseis anos; o mais acertado seria referir-se ao ato de 1917 como a refundação ou reinstalação do Instituto, o que foi feito a partir da década de 50. Em 1917, o discurso pela “fundação” do IHGP era contraditório à “verdade” dos fatos.

O argumento de que era necessário fundar o IHGP para se criar a sua Revista também não convenceu Bento Aranha, na medida em que a própria Instituição criada em 1900, já havia publicado três números da Revista: “O Instituto mantinha uma revista de que

sahíram tres números, fazendo parte de sua redação, entre outros, (...) (o próprio) Ignacio Moura” (FOLHA DO NORTE, Belém, 25 de fevereiro de 1917, p. 3). Bento Aranha queria, em verdade, chamar a atenção para o fato de que Ignacio Moura não somente havia testemunhado a fundação do Instituto em 1900 como também teria participado das atividades de publicação da Revista do Instituto.

Não se contentando apenas em mobilizar a imprensa local, Bento Aranha encaminhou a Ignacio Moura documentos que comprovavam a criação do IHGP em 1900⁴³. A nota publicada no Jornal “Folha do Norte” que registrou a insatisfação do consócio foi concluída assim: “Não há, pois necessidade de **fundar, mas de reviver o instituto que já existe**” (FOLHA DO NORTE, Belém, 25 de fevereiro de 1917, p. 3, grifo nosso).

Esse discurso, apesar de parecer distante da opinião da maioria dos sócios do Instituto, acabou despertando um voto de confiança: Francisco Pondé, em carta ao secretário do Jornal “Folha do Norte”, relatou uma conversa que teve com o primeiro secretário do “Instituto *Geographico e Historico* da Bahia” em visita a essa instituição. Escreveu tal carta a fim de mobilizar a opinião pública no sentido de reviver o IHGP e não de fundá-lo como queiram Ignacio Moura e Luiz Barreiros

Ele evocou as palavras de Bento Aranha, ressaltando o discurso pela “refundação” do Instituto: “... o sr. dr. Bernardino de Sousa, mostrou-me *alli* três números da revista a que se refere o sr. major Bento Aranha, pedindo-me na mesma *occasio* que agitasse aqui a *ideia* de retirar o <<Instituto>> do esquecimento a que parecia votado” (FOLHA DO NORTE, Belém, 28 de fevereiro de 1917, p. 2). Continuando sua explanação, Pondé refere-se claramente ao IHGP criado em 1900:

É motivo de grande jubilo para mim (...) o que se refere ao *assumpto* e aproveito a *opportuidade* para confiar ao seu digno *secretario* a nobre incumbência de pugnar pelo **soerguimento daquele Instituto** cuja utilidade ninguém poderá desconhecer (FOLHA DO NORTE, Belém, 28 de fevereiro de 1917, p. 2, grifo nosso).

Nesse embate, apesar de todos os esforços de Bento Aranha, os sócios do IHGP, ao priorizar um discurso unificado que justificasse o ato de seis de março de 1917, optaram pelo discurso de “fundação” defendido por Ignacio Moura e Luiz Barreiros. As notas de

⁴³ Cf. na já citada nota do jornal FOLHA DO NORTE, Belém, 25 de fevereiro de 1917, p. 3.

jornais, os documentos não foram capazes de assegurar ao discurso pela “refundação” do IHGP a solidez de que precisava para se impor como memória coletiva do Instituto.⁴⁴

No processo de reinstalação do IHGP, veio à superfície um discurso que foi autorizado a representar “arbitrariamente” a Associação naquele momento. Em verdade, trata-se da voz que conseguiu gritar mais alto, calando as outras vozes diferentes; trata-se, pois, do discurso que se sobrepôs, revigorando a memória coletiva da Associação.

Em essência, houve uma escolha por esse discurso; uma escolha dos intelectuais sócios do IHGP por um passado que foi reinventado a partir da mentalidade social da época. É o que Aldrin Figueiredo (2001, p. 113/114), afirma acerca do passado que se conhece atualmente: “... tudo, ou grande parte, do que sabemos sobre o passado, a começar pelas legítimas fontes da história, foi forjado pela arrumação, seleção, compilação e ‘descoberta’ desses literatos-historiadores”.

Mesmo sem concordar com os seus consócios, Bento Aranha fez-se presente à sessão magna de reinstalação do Instituto para prestigiar a sua dita “fundação”, assinando inclusive a “Ata da sessão de instalação do Instituto Histórico Geográfico do Pará”. É impossível determinarmos qual foi, na época, a verdadeira intenção de Bento Aranha ao comparecer àquela sessão, na medida em que ele a considerava ilegítima. Mas podemos supor que, com o respaldo intelectual de que ele já desfrutava por fazer parte da Associação, a sua ausência poderia confirmar a sua desvinculação do IHGP. Além disso, o que deveria predominar era a coesão dos sócios e não as diferenças entre eles, a fim de se sustentar um único discurso que representasse as aspirações do Instituto naquele momento.

Havia, portanto, a necessidade de se manter certa homogeneidade ideológica no interior do IHGP. O que isso sugere? Que em verdade essa homogeneidade não existe. Assim como se compilou determinadas fontes históricas em função de um passado desejado e se relegou ao esquecimento outras fontes, assim também se impôs uma unicidade no discurso da Associação.⁴⁵

Nesse sentido, é um grande equívoco acreditar que as instituições são em sua essência exatamente como elas se apresentam, pois a aparente homogeneidade é sustentada

⁴⁴ “Esses imaginários intervêm *ativamente* na memória coletiva, para a qual, (...) **os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram**” (BACZKO, 1985, p. 312).

⁴⁵ “Na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim de significar outras e de exercer um comando sobre as práticas” (BACZKO, 1985, p. 306).

para alimentar o prestígio dessas instituições, forjando uma identidade para elas. Essa pseudo-homogeneidade⁴⁶ é uma forma que as instituições encontram para sobreviver. Daí, a insistência dos membros do IHGP por um discurso unívoco, que na época deveria corresponder ao discurso pela “fundação” do IHGP em 1917. No Quadro 1, apresentamos a relação dos membros do IHGP em 1900 e em 1917.

⁴⁶ Acerca desse ponto, faz-se uma crítica à obra de Lilia Moritz Schwarcz, “O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil”, na qual a autora propõe modelos institucionais ao analisar a atuação de museus, faculdades e institutos, no recorte de 1870 a 1930, conduzindo a sua discussão em torno dos traços comuns entre essas instituições em detrimento de suas diferenças. Apesar de reconhecer que o perfil homogeneizador dessas instituições “camufla realidades e discursos diversos em sua essência” (SCHWARCZ, 2005, p. 135), a autora não explora com profundidade em que tais instituições distanciam-se umas das outras, nem as divergências no interior de cada uma delas e chega a afirmar: “ao lado das querelas internas aos institutos, **sobressaía certa intenção comum que os identificava**” (Ibid., p. 136, grifo nosso). A insistência, portanto, é sempre pelo que as une, aparecendo com frequência no seu trabalho expressões generalizantes do tipo: “Os institutos corporificam...”, “Os institutos significaram...” (Ibid., p. 137).

QUADRO 1: SÓCIOS FUNDADORES DO IHGP⁴⁷	
1900	1917
1. Dr. Alfredo Sérgio Ferreira	1. Dr. Abel da Gama e Abreu Chermont
2. Dr. Américo Santa Rosa	2. Dr. Alcindo Comba do Amaral Cacela
3. Antônio da Costa e Silva	3. Dr. Aldebaro de Albuquerque
4. Dr. Antônio Firmo Dias Cardoso	4. Dr. Alípio Dias Maia
5. Senador Antônio José de Lemos	5. Álvaro Antônio Pires
6. Dr. Antônio Passos de Miranda	6. Dr. Américo Dantas Ribeiro
7. Armando Gentil	7. Dr. Américo Vitruvius Gonçalves Campos
8. Dr. Arthur Lemos	8. Dr. Angelino Rodrigues Lima
9. Arthur Octávio Nobre Viana	9. Dr. Antenor Cavalcante
10. Dr. Augusto Olympio de Araujo e Souza	10. Padre Antônio Cândido da Rocha
11. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha	11. Dr. Antônio Martins Pinheiro
12. Dr. Bento Miranda	12. Desembargador Augusto Borborema
13. Bernardinho Pinto Marques	13. Dr. Augusto Eduardo Pinto
14. Prof. Celestino Ferreira	14. Augusto Ferreira
15. Cônego Domiciano Herculano Perdigão Cardoso	15. Augusto de Matos Pereira
16. Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará)	16. Dr. Augusto Octaviano Pinto
17. Monsenhor Domingos Maltez	17. Benedito Duarte Soeiro
18. Dr. Eládio de Amorim Lima	18. Benedito Lopes David
19. Dr. Emil August Goeldi	19. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha
20. Dr. Enéas Martins	20. Dr. Carlos Estevão de Oliveira
21. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves	21. Constantino E. Wan-Meyel
22. Dr. Estephânio Barroso	22. Dr. Deodoro Machado Mendonça
23. Estephânio Francisco da Silva	23. Domiciano Perdigão
24. Dr. Euphrosino Nery	24. Dr. Eládio de Amorim Lima
25. Comandante Felipe Duarte	25. Dr. Emanuel de Almeida Sodré
26. Dr. Flávio Cardoso	26. Enéas Calandrine Pinheiro
27. Prof. Francisco Ferreira de Vilhena Alves	27. Dr. Ezequiel Antunes de Oliveira
28. Francisco José de Sales	28. Dr. Francisco Caribé da Rocha
29. Dr. Gentil Bittencourt	29. Dr. Francisco de Paula Pinheiro
30. Dr. Genuíno Amazonas de Figueiredo	30. Gilberto da Silveira Moreira
31. Dr. Henrique Santa Rosa	31. Heráclito Ferreira
32. Dr. Higino Amanajás	32. Dr. Honorato de Castro Figueiras
33. Dr. Ignacio Baptista de Moura	33. Dr. Higino Amanajás
34. Dr. Jacques Huber	34. Dr. Ignácio Baptista de Moura
35. Dr. João Antônio Luiz Coêlho	35. João Alfredo de Mendonça
36. Cônego João Ferreira de Andrade Muniz	36. João Baptista Cearense Cileno
37. João Lúcio de Azevedo	37. João Baptista de Moura Carvalho
38. João Luiz de La-Rocque	38. Dr. João Baptista Pena de Carvalho
39. José Antônio Pereira Guimarães	39. Dr. João de Palma Muniz
	40. Dr. Joaquim de Arruda Falcão
	41. Dr. José Alves Maia
	42. José Carvalho

⁴⁷ Reproduzimos os nomes dos sócios-fundadores como estão identificados nas fontes, isto é, preservamos o tratamento que lhes era conferido: “Dr. (doutor), Senador, Prof. (professor), Desembargador, Cônego, Cel. (coronel),” entre outros. Dispomos os nomes por ordem alfabética, mas nas fontes originais a apresentação dos sócios não obedece a tal critério.

40. Dr. José Barbosa Rodrigues	43. Prof. José de Castro Figueiredo
41. Dr. José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó)	44. Prof. José Coutinho de Oliveira
42. Dr. José Olintho Barroso Rebello	45. José Dias da Rocha
43. Dr. Justiniano de Serpa	46. José Eustachio de Azevedo
44. Dr. Justo Chermont	47. Dr. José Ferreira Teixeira
45. Luiz Demétrio Juvenal Tavares	48. Cel. José Joaquim Pereira de Araújo
46. Manoel Baena	49. José Maria Leone
47. Manoel Ignácio da Cunha	50. Dr. Lauro Chaves
48. Manoel Miranda Simões	51. Dr. Lauro Nina Sodré e Silva
49. Dr. Misael Corrêa Seixas	52. Dr. Lucídio Freitas
50. Prof. Otávio Pires	53. Dr. Luiz Estevão de Oliveira
51. Prof. Raimundo Bertoldo Nunes	54. Dr. Luiz Lôbo
52. Cel. Raimundo Ciríaco Alves da Cunha	55. Prof. Manoel Braga Ribeiro
53. Dr. Raimundo Meschiades Alves da Costa	56. Prof. Manoel Dias Maia
54. Prof. Sabino Henrique da Luz	57. Manoel Leopoldino Leitão Cacula
55. Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell	58. Dr. Manoel Manços da Silva Vilaça
56. Dr. Theodoro de Brito Pontes	59. Manoel Valente Cordeiro
57. Major Thomaz Cavalcante	60. Prof. Manuel Luiz de Paiva
58. Victor Manoel de Azevedo Barranca	61. Desembargador Napoleão Simões de Oliveira
59. Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira	62. Dr. Ophir Pinto Loyola
	63. Pedro de Almeida Genú
	64. Dr. Pedro Cabral Pereira Fagundes
	65. Prof. Raimundo Bertoldo Nunes
	66. Cel. Raimundo Ciríaco Alves da Cunha
	67. Raimundo José Martins Bessa
	68. Cônego Raimundo Ulisses Penafort
	69. Dr. Renato Santa Rosa
	70. Cônego Ricardo da Rocha
	71. Dr. Severino Silva
	72. Silvestre Monteiro Falcão
	73. Simpliciano Torres
	74. Dr. Theodoro Braga

O quadro 1 foi construído a partir dos dados que constam no § 1º do Art. 4º do Estatuto da Associação de 1968. Como podemos observar em 1917, sete membros vinham da primeira fundação do IHGP em 1900 e correspondiam a quase 10% (9,45%) do total de membros em 1917. Dos sete membros destacados no quadro, apenas dois deles pronunciaram-se publicamente acerca do ato de 1917, sendo que o restante manteve certa neutralidade.

Os membros que participaram das duas fundações foram: Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Cônego Domiciano Herculano Perdigão Cardoso, Eládio de Amorim Lima,

Higino Amanajás⁴⁸, Ignacio Baptista de Moura, Raimundo Bertoldo Nunes e Raimundo Ciriaco Alves da Cunha⁴⁹.

Sete membros testemunharam a primeira fundação do Instituto, mas apenas um mostrou-se incomodado com a idéia de uma “nova” criação para o IHGP. Acreditamos, portanto, que um discurso uniformizador ganha espaço no interior de uma instituição porque é construído socialmente em um dado momento histórico. Ele conquista uma aceitação social por conta das necessidades históricas daquele contexto específico, portanto, como herança da comemoração do Tricentenário de Belém, o ato de 1917 consolidou-se, vencendo o discurso pela “fundação” do IHGP, apesar dos contra-sensos.

1.3) EM DEFESA DO EXTREMO NORTE DO BRASIL NASCE A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Em 1900, em analogia à RIHGB criada em 1839, publicou-se o primeiro número da RIHGP. Em seguida, apenas mais dois números foram publicados. Suspendeu-se a sua publicação até 1917; no mesmo ano de sua refundação, os sócios do IHGP retomaram a edição de sua Revista e esse periódico voltou a ser publicado: “Foi geralmente bem aceito pela Imprensa Nacional o 1º número da nossa Revista” (RIHGP, 1918, p. 233)⁵⁰.

⁴⁸ Educador, contista e político paraense, Higino Amanajás morreu em 1921. Colaborou no semanário *Estrela do Norte*, além de fundar e redigir o *Abaetéense*. Filiado à antiga escola conservadora, foi eleito por várias vezes deputado à Assembléia Legislativa. Investia na propaganda abolicionista durante a República, sendo eleito deputado, logo após a Constituinte do Estado. Administrou a Imprensa Oficial. Autor de várias obras didáticas, dentre as quais se destaca *Alma e coração*. Escreveu também: *Contos e lendas paraenses. Noções de educação cívica: para uso das escolas primarias do Estado do Pará Local* (1898) (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

⁴⁹ Nasceu em 1859 e morreu em 1922. Exerceu o magistério no Colégio Inglês, de George Doron e em 1884, de instrução primária, na Sociedade dos Caixeiros. Professor normalista titular em 1878, foi nomeado professor da Escola Pública Mazagão, mas no ano seguinte abandonou o magistério, pois foi nomeado, por concurso, para a Secretaria da Província, indo logo servir, a pedido, na Recebedoria das Rendas Provinciais. Mais tarde foi chefe de Seção do Tesouro Provincial, contador do Tesouro Público do Estado e inspetor dessa Repartição. No governo do Dr. Augusto Montenegro, entrou em gozo de aposentadoria. Foi colaborador na imprensa paraense. Não tendo podido seguir a carreira militar, inscreveu-se na Guarda Nacional, onde foi galgando os sucessivos postos, até o de tenente-coronel. Suas obras: *Pequena chorographia da Província do Pará* (Belém, 1887); *Geographia especial do Pará : para uso das escolas primarias* (Pará, 1894); e *Paraenses illustres* (Paris, 1896 e Pará, 1900) (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

⁵⁰ Como venceu a idéia de fundação e não a de refundação do IHGP, a Revista de 1917 foi considerada pelos sócios do IHGP como o primeiro volume publicado.

Apesar da publicação da Revista do IHGP ser voltada principalmente às necessidades locais (tiragem, páginas, etc.), os sócios do IHGP aspiravam por um alcance mais amplo para esse periódico. Eles desejavam que a publicação da Revista do IHGP atendesse aos círculos intelectuais nacionais e internacionais, a fim de que esse periódico fosse uma referência tanto para a intelectualidade brasileira quanto para os intelectuais estrangeiros, daí a Associação trocar: “... a sua revista com os **congeneres do Brasil e do estrangeiro**” (RIHGP, 1918, p. 233, grifo nosso).

A finalidade da Revista do IHGP era tornar a Associação uma entidade com amplo respaldo nacional e internacional, como afirma Aláudio de Oliveira Melo, orador do IHGP: “... pela tarefa empreendida em *pról* da difusão da história e geografia amazônicas, (o IHGP) é entidade conhecida em todo o Brasil e no exterior, mantendo intercâmbio cultural com as instituições congêneres” (RIHGP, 1952/65, p. 27).

A apresentação da Revista do IHGP cabia à comissão de redação que tinha como tarefa revisar e selecionar os trabalhos a serem publicados, escolhendo as temáticas sobre as quais tais trabalhos deveriam tratar, além é claro da escolha dos nomes a serem biografados e das obras raras que deveriam ser republicadas e/ou resenhadas. Além de trabalhos em várias áreas de interesse e formação, constavam nas páginas desse periódico: atas de importantes sessões, relatórios de atividades realizadas pelo Instituto, relatórios de governo, alocações e conferências proferidas pelos seus sócios, homenagens cívicas aos grandes homens da história pátria e da história do Pará e da Amazônia, transcrições de documentos históricos.

1.3.1) Continuidades e descontinuidades

Nos primeiros dois anos após a refundação do IHGP, sua Revista foi publicada consecutivamente, isto é, em 1917 e 1918. Posteriormente, sua publicação passou a corresponder a biênios: em 1920, publicava-se o número da Revista do IHGP correspondente ao biênio de 1919/1920; em 1922, o número de 1921/1922.

Não ocorreu como deveria a publicação do biênio de 1923/1924. A Revista do IHGP voltou a ser publicada em 1926 e depois ocorreu um novo intervalo, mas dessa vez de quatro anos (1927-1930), ou melhor, correspondendo tal intervalo a dois biênios. Quanto a

esse intervalo, a comissão de redação⁵¹ explicou-o, eximindo o Instituto de qualquer responsabilidade sobre tal interrupção. Notificou em 1931, por meio da própria Revista do IHGP que:

Motivos evidentemente alheios e superiores a sua vontade obrigaram o Instituto a interromper a publicação da Revista que, ora, volve a circular no seu volume VI, correspondente aos anos IX a XIII, relativo ao primeiro semestre do corrente ano de 1931 (RHIGP, 1931, p. 11).

A comissão de redação da Revista do IHGP salientou que essa interrupção deu-se em função dos limitados recursos materiais de que o IHGP dispunha para publicar os exemplares. Em 1931, através do Decreto nº 259, como solução para esse problema de ordem material: “O governo revolucionário do Pará” na pessoa do Interventor Federal, Magalhães Barata (1888-1959), “reconhecendo a utilidade (pública) do Instituto Histórico, ampara e favorece essa associação científica” (RIHGP, 1931, p. V). Através do decreto citado, Magalhães Barata obrigava as prefeituras municipais do Estado do Pará a canalizar recursos para a manutenção do IHGP, principalmente no tocante à publicação de sua Revista:

O capitão Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo provisório da República, usando de suas atribuições [...]

Decreta:

Art. 1º - As Prefeituras Municipais do Estado do Pará deverão concorrer, mensalmente, para a manutenção do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e publicação regular de sua revista semestral... (RHIGP, 1931, p. VI/VII).

Desse modo, no volume de 1931, era transcrito integralmente o Decreto nº 259 que estimulou a publicação semestral da Revista do IHGP. A iniciativa do Interventor federal, Magalhães Barata, era elogiada nas páginas da Revista pelos sócios do Instituto em gratidão pela assistência que o interventor prestava à associação:

A sua regular publicação semestral a que, *dora* em diante, obedecerá , - apraz nos deixar assinalado, - *deve*ml-a ao decisivo apoio que ao Instituto houve por bem dispensar o capitão Joaquim de Magalhães Barata, honrado Interventor Federal, pela forma concretizada no decreto n. 259 de 31 de março ultimo (RIHGP, 1931, p. 11).

⁵¹ A comissão de redação nesse período era formada pelo **diretor de redação:** Dr. Luiz Barreiros e pelos **redatores:** Jorge Hurley, Paulo Eleutherio, Abguar Bastos e João Penna de Carvalho.

Com o apoio de Magalhães Barata, pela primeira vez, a Revista do IHGP foi publicada consecutivamente no período de quatro anos (1931-1934), visto que essa era uma das principais finalidades do IHGP reconhecida pelos seus sócios, dada à importância do periódico:

Que não tem falhado a sua missão [do IHGP], *dil-o* o período de labor com que, desde então, vai edificando os seus anais.

E não falhará, assim o ajudem, os que podem e devem *fazel-o* dentro de sua obra de perseverança e de fé, por meio da qual não desaparecerão, de todo, das tradições e dos antigos costumes regionais, os traços que, do tempo e do espírito da época podem ser coligidos e conservados, para recordar, com desperta emoção nacional, a vida característica da população do extremo norte do Brasil (RIHGP, 1931, p. 11).

Em 1935, a publicação da Revista não ocorreu. É claro que a comissão de redação não emitiu nenhum juízo acerca desse fato. Mas em 1936, para a tranquilidade dos sócios do Instituto, a Revista do Instituto voltou a ser publicada, em seu volume X dedicado à comemoração do Centenário da Cabanagem. Tal temática atravessou todos os trabalhos publicados nesse volume, tornando-se o fio condutor da produção do IHGP no ano de 1936. Os sócios do IHGP, ao contrário do que se propuseram a fazer, comemoraram, em verdade, a derrocada do movimento cabano, enaltecendo a figura do General Andréa, o maior inimigo da revolução.

No ano de 1937, não houve publicação. A Revista voltou à circulação apenas em 1938 quando foi publicada integralmente a obra de Jorge Hurley, *Noções de História do Brasil e do Pará*, com o subtítulo: “De acordo com o programa de ensino primário do estado do Pará, em comemoração ao tricentenário da partida de Cameté, a 28 de outubro de 1637, da expedição de Pedro Teixeira, à conquista da Alta Amazônia para o Brasil”. Esse volume XI foi o último publicado na década de trinta e o último também em um período de um pouco mais de uma década, pois a Revista apenas voltou a circular no ano de 1951, com o seu volume correspondente aos anos de 1939 - 1951:

Por doze longos anos, desde 1938, não circula a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ.

E bem de ver que, na execução do nosso programa, não seria *licito*, deixar de cumprir imperativo estatutário e uma das principais finalidades do Instituto.

Circunstâncias superiores, a isso nos *contrangeram*, com *pezar* para o nosso empenho de divulgar o que se torna essencial ao conhecimento da História e das tradições paraenses (RIHGP, 1939-1951, s.p.).

Após o ano de 1951, a Revista do IHGP enfrentou mais um corte em sua publicação: o mais longo de toda sua trajetória, pois a publicação do volume XIII ocorreu apenas em 1965. Assim como os “motivos alheios e superiores” que levaram à interrupção na publicação da Revista do IHGP entre 1926 e 1931; as “circunstâncias superiores” que provocaram o intervalo entre 1938 e 1951; entre 1951 e 1965, “circunstâncias imperiosas” provocariam um novo corte na trajetória da Revista.

Mais uma vez a justificativa da comissão de redação⁵² foi apresentada de forma superficial: “Tendo sido interrompida durante o período de 14 anos, por **circunstâncias imperiosas**, a publicação desta Revista, volta a circulação” (RIHGP, 1965: sp, grifo nosso). Depois de 1965, houve um intervalo de dois anos, sendo publicado um novo número da Revista em 1968. O volume de 1970 seria o derradeiro dessa fase da história do IHGP, vale ressaltar que o volume foi editado correspondendo ao biênio de 1969/1970⁵³.

No início, a Revista do IHGP foi impressa pelas Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado); depois passou a ser impressa pelas Oficinas Gráficas do Instituto Dom Macedo Costa (Escola Profissional do Estado). Em seguida voltou a ser impressa no Instituto Lauro Sodré e, em sua última fase, foi impressão pela Imprensa Universitária do Pará vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁵² A comissão de redação nesse período era composta por: Georgenor de Souza Franco, Jarbas Gonçalves Passarinho, José Marcos dos Santos e Aláudio de Oliveira Melo.

⁵³ Esse volume não o encontramos completo, portanto, preferimos não incluí-lo no quadro 2.

QUADRO 2: REVISTA DO IHGP				
Volume/Fascículo	Ano	Número de Páginas	Itens	Número de Autores
I	I - Novembro de 1917	100	12	10
II	1918	235	12	12
III	1919/20	383	11	10
IV	1922	614	10	6
V	1926	160	15	7
VI	1931	300	18	16
VII	1932	350	20	16
VIII	1933	261	14	11
IX	Dezembro de 1934	317	11	12
X	1936	534	14	9
XI	1938	590	1	1
XII	1939-51	156	15	15
XIII	1952/65	244	49	ca. 23
XIII	1952/65	244	49	ca. 23

1.3.2) Descontinuidades: entre fazer história e fazer política

Quanto às suspensões na publicação da RIHGP, precisamos entender que os poucos recursos de que a Associação dispunha para a publicação da Revista contribuíram significativamente para que em vários momentos fosse suspensa a sua publicação. No início da década de 20, a saída para manter a publicação da RIHGP foi editá-la em biênios para reduzir os gastos. Porém, mesmo mantendo a publicação em biênios, o IHGP não conseguiu publicá-la com regularidade.

Uma outra saída fazia-se necessária. Portanto, os sócios do IHGP aproximaram a Associação do Estado, para que este confiasse ao IHGP alguma ajuda financeira no sentido de viabilizar a publicação da RIHGP. Essa solução parece ter dado certo, pois nos primeiros quatro anos do governo de Magalhães Barata, quando o Instituto passou a receber regularmente incentivos das prefeituras dos municípios paraenses, esse periódico foi publicado ininterruptamente. Porém, o atrelamento do IHGP ao Estado resolveu o problema da carência de recursos materiais, mas gerou um problema político no tocante à transição de

governos⁵⁴. Basta observarmos que as interrupções na publicação da RIHGP coincidem com os períodos de resistência aos governos vigentes e de transições políticas no Estado do Pará, atentando para a falta de esclarecimento que cercava a justificativa da comissão de redação da RIHGP.

Em 1924, ocorreu a primeira interrupção desde a refundação do Instituto. Na esfera nacional, o presidente Arthur Bernardes, em 1924, enfrentou a sublevação de um movimento militar liderado por Isidoro Dias Lopes em São Paulo. No Estado do Pará, era governador Antônio Emiliano de Souza Castro (1875-1951), cujo governo foi considerado por Carlos Rocque (2001, p. 147): “Dos mais impopulares de toda a História do Pará” devido à crise econômica e política que o Pará enfrentava em sua diligência⁵⁵.

Em Manaus, um grupo de militares liderado por Magalhães Barata tomou o governo de assalto. O movimento expandiu-se para o Baixo Amazonas, conquistando Óbidos e Santarém. Em Belém, o 26º Batalhão de Caçadores fora destacado pelo governo estadual para conter o movimento no Baixo e Médio Amazonas, o que gerou grande resistência por parte desse grupo de militares, desencadeando a conhecida Revolta de 1924. No governo estadual, depois da repressão ao levante de 1924 no Baixo e Médio Amazonas, o Pará experimentou relativa estabilidade, porém na Intendência de Belém, de 1923 a 1929, essa estabilidade não ocorreu⁵⁶. Além de que, com a derradeira crise da borracha em 1925, os intelectuais passaram a ver a história do Pará em uma perspectiva de crise, de decadência.

⁵⁴ Observemos a história do IHGB: na proclamação da República em 1889 e com o conseqüente exílio de D. Pedro II, os membros dessa Sociedade temiam perder os incentivos que o Imperador destinava à instituição, o que poderia relegá-la ao esquecimento, concorrendo inclusive para o seu desaparecimento. Daí “À vista das perspectivas não definidas para o IHGB diante do exílio de Pedro II e, por conseguinte, da perda das garantias asseguradas pelo Estado imperial à instituição, o pensamento da associação, reconhecendo a realidade da República, assimilará o novo regime como portador da uma ordenação capaz de comprometer a continuidade a associação” (COELHO, 1981, p. 36).

⁵⁵ O governo no Pará enfrentava dívidas exorbitantes, baixa arrecadação e a total aniquilação de créditos externos, tudo isso levando ao atraso no pagamento dos vencimentos do funcionalismo público e à necessidade de corte de gastos através da demissão em massa dos funcionários que serviam ao Estado.

⁵⁶ Com a morte de Cipriano José dos Santos em 1923, Abel Chermont assumiu a Intendência temporariamente. No mesmo ano, foi então nomeado para o cargo José Olinto Barroso Rebelo que permaneceu no cargo até 1925. Depois foi a vez de Waldomiro Rodrigues dos Santos, nomeado pelo novo governador Dionísio Ausier Bentes. Rodrigues dos Santos foi intendente até 1926, afastado por problemas de saúde, sucedendo-o Antônio Crespo de Castro, que após a confirmação da morte de Rodrigues dos Santos, foi empossado pelo governador na época. José Maria Camisão foi o sucessor de Crespo de Castro e ficou na Intendência até 1929. Nesse mesmo ano, o novo governador, Eurico Vale, nomeou Antônio Faciôla para administrar Belém. Depois da Revolução de 1930, uma Junta Provisória assumiu o governo do Pará e nomeou para a Intendência, primeiro, Ismael de Castro e depois José da Gama Malcher, ambos ocupando a Intendência apenas por dias. Com a nomeação de Magalhães Barata para a Interventoria Federal, assumiu o padre Leandro Pinheiro já como prefeito de Belém, pois o Interventor extinguiu o cargo de intendente e criou o cargo de prefeito, ambos com as mesmas atribuições (ROCQUE, 2001, *passim*).

Na década de 30, ocorreram quatro interrupções na publicação da RIHGP: em 1930, 1935, 1937 e em 1939. O clima de instabilidade provocado pela agitação do movimento de 1930 e em seguida pela vitória da Revolução de 1930 no Pará pode ter contribuído para a não-publicação da Revista, visto que muitos dos sócios do IHGP faziam parte desse movimento⁵⁷. Em 1935, com o agravamento da crise política no Pará provocada pelas disputas entre a oposição ao governo de Magalhães Barata e os seus defensores, houve o afastamento do referido Interventor Federal e protetor do Instituto, havendo a conturbada transição ao governo de José da Gama Malcher⁵⁸.

Desse modo, a publicação da RIHGP não ocorreu nesse ano de 1935. Em 1937, com o golpe de Estado, o Estado Novo foi decretado por Getúlio Vargas, mais uma vez a publicação da Revista não ocorreu. No ano de 1939, o governo de Gama Malcher começou a enfrentar pesadas críticas, apesar dele se manter no governo até 1943.

Nos anos 40, a concepção de história passou por uma reformulação que já vinha amadurecendo desde o final da década de 30. A divulgação do pensamento dos *Annales*, fundado em 1929 com a criação de sua Revista, contribuiu decisivamente para essa mudança. Até 1939, os seus fundadores, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre, construíram uma obra comum. Após a morte de Marc Bloch em 1944, já sob a direção de Lucien Febvre, os *Annales* conquistaram um grande reconhecimento e uma ampla aceitação nos círculos intelectuais europeus⁵⁹. A contestação à velha concepção de história moldada segundo o pensamento romântico ganha força nesse período.

Como o Brasil aproxima-se muito do contexto intelectual e cultural francês⁶⁰, também aqui se fez sentir essa crise, principalmente no interior das instituições culturais que destinavam à história, um lugar privilegiado no corpo de suas atividades. A concepção de história defendida pelo IHGP era a mesma do IHGB, isto é, uma concepção pautada em um forte apelo pedagógico que orientasse os jovens ao patriotismo, exaltando a figura dos antepassados, isto é, a história era a “mestra da vida que se cultua” (IGLÉSIAS, 2000, p. 62), portanto:

⁵⁷ Abelardo Condurú, Abel e Guilherme Chermont, Abguar Bastos, Ismaelino de Castro, Leandro Pinheiro, José da Gama Malcher, Paulo Eleutherio, entre outros.

⁵⁸ Nesse período, ocorreram rupturas com o governo de Magalhães Barata por parte de sócios do IHGP como Abguar Bastos e Paulo Eleutherio.

⁵⁹ “De fato, em 1945, não há mais hostilidade; toda a juventude da Universidade corre para a história dos *Annales*” (BRAUDEL, 1992, p. 24).

⁶⁰ Essa proximidade é constada desde o início do século XX, quando analisamos o período da *Belle Époque*; o próprio IHGB foi idealizado no Institut Historique de Paris.

... ao Instituto Histórico, evocando o passado e fixando o presente, compete encaminhar criteriosamente a mocidade e o povo no estudo do civismo, [...], incentivando, pela emulação e pelo exemplo, a mocidade ao culto dos nossos heróis e mártires, cuja abnegação fortalece as novas gerações (RIHGP, 1931, p. V/VI).

Desse modo, a dissolução da velha idéia de monumentalidade provocou forte impacto ao IHGP. Essa crise coincidiu também com uma outra crise, a de ordem financeira. Sem grandes incentivos por parte do Estado, os sócios enfrentaram muitas dificuldades para manter o Instituto em funcionamento, acabando por interromper suas atividades por um longo período.

Na segunda metade do século XX, o IHGP continuou sem receber auxílios suficientes do Estado para manter o seu periódico e suas atividades, visto que durante trinta anos (1940-1960), a Associação publicou apenas quatro números de sua Revista, o que corresponde à proporção de um volume para quase oito anos de atividades.

Defendemos, portanto, que a aproximação entre o Instituto e o Estado determinou a própria trajetória não somente da RIHGP, mas também da própria Associação. Acreditamos que as interrupções na publicação da RIHGP estão relacionadas à falta de recursos para a manutenção do Instituto. Mas, acreditamos também que tais interrupções mantêm-se diretamente ligadas à dinâmica das relações estabelecidas entre o Instituto e o Estado, ora devido à forte presença do Estado no interior da Associação, como na década de 30; ora pela total ausência do Estado no sentido de concorrer à assistência do Instituto, como nas décadas seguintes.

Dos anos 40 até os anos 60, um aspecto novo parece agravar a decadência da Associação e conseqüentemente concorrer para extinção da RIHGP: o fortalecimento de novas abordagens históricas, trazendo à baila novas fontes e problemáticas, novas formas de tratamento dos fatos e personagens históricos acabam contribuindo para que poucos números da RIHGP fossem publicados, acabando por encerrar a trajetória da Revista do IHGP. A partir da década de 70, o IHGP é totalmente abandonado por parte dos governos e dos seus próprios sócios. Nas décadas subseqüentes, a Associação perde completamente o seu lugar no cenário político e intelectual do Estado do Pará.

1.3.3) Por uma identidade intelectual na Amazônia

Como podemos constatar, a trajetória da RIHGP foi bastante fragmentada desde a sua criação em 1900 até 1970. Isso sugere as dificuldades que a própria Associação enfrentou para manter suas atividades sociais e para manter o único periódico que editava e publicava vinculado à Instituição. Apesar da publicação esparsa nesse período, a RIHGP foi sem dúvida o veículo de maior importância para os membros da Associação. Através das suas páginas, os intelectuais do IHGP documentavam as diferentes formas como percebiam a realidade que os cercava e como as representavam dentro do campo científico⁶¹, que segundo Pierre Bourdieu (2004) é um campo “... de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Ibid., p. 22/23).

As representações da realidade que os sócios do IHGP articularam dentro do campo científico, em verdade, implicavam em suas pretensões de fazer da Amazônia, um *locus* de produção⁶², com pretensões científicas que se organizam dentro do campo intelectual.

Sabemos que a história, no final do século XIX e início do XX, estava se constituindo como ciência. O que interessava aos sócios do IHGP era a consolidação de pressupostos científicos que contemplassem as especificidades da região amazônica. Nesse sentido, a RIHGP tornou possível senão o nascimento, mas pelo menos a difusão da ciência “amazônica”, isto é, a difusão de uma ciência produzida pelos intelectuais da Amazônia, com base em um conhecimento acerca da região e construído a partir das experiências culturais vivenciadas nessa “porção do território pátrio”. Os sócios do IHGP reivindicavam o reconhecimento do Instituto como um órgão representativo da região e não somente do Estado do Pará.

De acordo com essa reivindicação, a RIHGP foi considerada pelos sócios do Instituto uma arma poderosa para fazer dessa Associação, uma entidade que perseguia a “verdade histórica” de seu tempo: “... nossa REVISTA, [é um] órgão necessário à colaboração

⁶¹ Entende-se como campo “**literário, artístico, jurídico ou científico** [...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20, grifo no original).

⁶² Para lembrar novamente Pierre Bourdieu (2004, p. 19): “Todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura etc., são objetos de análises com pretensões científicas”.

que devemos ao conhecimento dos *fastos* regionais, **como contribuição do Pará à Historiografia Brasileira**” (RIHGP, 1939-1951: sp, grifo nosso).

A Revista do IHGP significava para os intelectuais, além da consolidação do conhecimento científico acerca da e na Amazônia, significava também a consolidação dos traços típicos do Instituto; a concretização do papel desempenhado pela Associação frente aos círculos acadêmicos e à sociedade da época:

... o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, [...] [é uma] **associação de homens de letras que se dedicam aos estudos históricos, especialmente do registro e pesquisas dos fatos da Amazônia** [...] que [...] **muito pode concorrer ainda, em prol e benefício das novas gerações que, em suas selecionadas produções e deduções históricas,** encontrarão os melhores ensinamentos cívicos, morais e patrióticos (RIHGP, 1931, p. V, grifo nosso).

Como reivindicavam uma representatividade intelectual para o Instituto para além dos limites locais, os seus membros esforçaram-se por construir uma identidade intelectual para a Associação pautada em um discurso declaradamente regionalista:

A **intelectualidade amazônica** age, neste momento, sob o impulso do patriotismo, para comemorar a data centenária da Revolução pernambucana, que nos trouxe as alvoradas da Independência e da República, fundando nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP, 1917, p. 3, grifo nosso).

Ao se sentirem os verdadeiros protagonistas na conquista do “progresso intelectual” do Estado do Pará e da Amazônia, os membros do IHGP desejavam fazer da Associação uma alavanca de projeção política e intelectual na sociedade letrada da época. Para esses intelectuais, embora participando de outras associações culturais, como a Academia Paraense de Letras, havia a preocupação deles em elevar o IHGP a um *locus* de aceitação social diferenciado, construindo uma identidade intelectual para a Associação baseada em atributos e valores culturais e políticos.

Os sócios do IHGP elegeram como a principal finalidade da Associação realizar “o registro honesto da história passada, presente e futura, cabendo-lhe acompanhar, anotando todos os fatos importantes ocorridos no Brasil, no exterior e **particularmente na Amazônia**” (RIHGP, 1931, p. V, grifo nosso). Desse modo, realizava-se no IHGP a sua conformação com

a lógica dos IHGs, visto caber a eles a função de legitimar suas especificidades regionais, garantindo certa hegemonia cultural (SCHWARCZ, 2005).

Enquanto para os sócios do IHGP, a Amazônia, em sua totalidade, é o grande foco das investigações históricas, para os sócios do IGHA⁶³, é o Estado do Amazonas que ocupa o centro dessas investigações, visto que a Amazônia não aparece em sua finalidade:

No parágrafo 2º, do artigo 1º de seus Estatutos, a finalidade do IGHA está enumerada: “o estudo, a discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geografia, da História e das ciências a elas conexas, nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações concernentes ao Brasil e especialmente ao Estado do Amazonas” (ROCQUE, 1968, p. 896).

O IHGP, pela sua natureza e finalidade, para os seus sócios implica em uma Instituição representativamente regional, enquanto o IGHA não passava de uma instituição apenas local. Como Instituição regional o primeiro estava incorporado “... às funções culturais do Estado, como órgão necessário a sua existência na **formação histórica de nossa nacionalidade**, neste longínquo trecho do território pátrio” (RIHGP, 1931, p. 12, grifo nosso). O que isso significa? Significa que como *intelectualidade amazônica* ao mesmo tempo em que os sócios do IHGP desejavam capturar as peculiaridades da região amazônica, fortalecendo o discurso regionalista no domínio científico-cultural e político, esses intelectuais também estavam preocupados em colaborar no debate da intelectualidade brasileira, fornecendo uma explicação histórica para a “nacionalidade brasileira”. Como veremos no próximo capítulo, esse discurso foi amplamente difundido devido à vitória da Revolução de 1930.

⁶³ “Fundado a 25 de março de 1917, em Manaus. Sua sessão de instalação solene deu-se no prédio da antiga Câmara Municipal da capital amazonense (...) Na ocasião, a diretoria eleita foi a seguinte: Presidente: Bernardo Azevedo da Silva Ramos; 1º Secretário: Agnello Bittencourt; 2º Secretário: Coronel Henrique Rubin; Orador: Vivaldo Palma Lima (relator do 1º Estatuto); Tesoureiro: coronel Antônio Clemente Bittencourt; Relator da 1ª Comissão do Corpo Administrativo: Manuel Miranda Simões” (ROCQUE, 1968, p. 896).

CAPÍTULO II

2) O PATRONATO DE MAGALHÃES BARATA

A revolução brasileira foi uma ressurreição. É a primavera de nossos destinos. Podem os homens falhar, (...), pode a ditadura não corresponder, pode a nossa capacidade para a organização revolucionária ficar aquém das aspirações nacionais, mas ela [a revolução], como a alma mesma do povo, sobreviverá aos nossos erros, aos nossos ódios (ARANHA, 1931 apud. BORGES, 1998, p. 162).

O discurso de Oswaldo Aranha proferido em 21 de dezembro de 1931 versa sobre a vitória em âmbito nacional da Revolução de 1930. Depois de 24 de outubro do mesmo ano⁶⁴, muitas vezes levantaram-se por todo o país em defesa da Revolução e de seus representantes. A Revolução brasileira, como foi chamada pelos seus defensores, representou para o Brasil na Era Vargas, o que a “Tomada de Bastilha” em 14 de julho de 1789 representara para a França no final do século XVIII e início do XIX⁶⁵.

Por várias décadas, o espírito revolucionário manteve-se vivo graças à celebração de um conjunto de símbolos inspirados na vitória do movimento de 1930, transformando-se em insígnias articuladas para legitimar o exercício do poder tanto por parte de Getúlio Vargas no Brasil, quanto por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata no Estado do Pará.

Nesse período, o Estado, tanto no âmbito federal quanto no estadual, passa a reinventar a nação brasileira a partir da reelaboração de antigos significados e da incorporação de novos. Se no segundo reinado, por exemplo, forjava-se a corporificação da nação brasileira na pessoa do imperador Pedro II, a partir da Revolução de 1930, a luta simbólica pela

⁶⁴ A fraude no pleito eleitoral de 1930 que conferiu a vitória a Júlio Prestes, candidato indicado por Washington Luís, gerou um clima de revolta contra o presidente paulista. E, em 24 de outubro de 1930, a cúpula do exército depôs Washington Luís e empossou em três de novembro, Getúlio Vargas, o candidato da Aliança Liberal. Como estratégia para garantir a submissão política das oligarquias e a conseqüente centralização do poder, Getúlio Vargas restringiu as decisões políticas estaduais e nomeou interventores para cada estado brasileiro com a finalidade de consolidar em nível regional a autoridade e as práticas políticas do novo dirigente do país. No Pará, a vitória da Revolução trouxe ao governo em 11 de novembro de 1930, Joaquim de Magalhães Barata, o Interventor Federal de Getúlio Vargas (Ver DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 311-319 e ROCQUE, 2001, p. 155-157).

⁶⁵ De acordo com Bronislaw Baczko, nos primeiros anos da Revolução Francesa, aparecem duas importantes tendências no tocante à consolidação do imaginário revolucionário: (a) A “geração espontânea do simbolismo e do ritual revolucionários”; e (b) A “sua transformação em emblemas e instituições que rodeiam o novo poder, glorificando-o e atestando a sua legitimidade” (BACZKO, 1985, p. 321).

definição da nação brasileira inclui a supremacia do regime republicano e a legitimação da autoridade do seu representante de Estado. O Estado passa a ser visto como o ente catalisador da consciência nacional. O seu representante, portanto, torna-se o condutor dos brasileiros à “verdadeira” nação brasileira. Desde quando nasceu o Estado brasileiro em 1822, a noção de nação é confundida com a noção de Estado.⁶⁶

Antes mesmo da independência do Brasil, a idéia de nação já se configura como uma ideologia política. Durante a primeira república, os projetos relacionados ao processo de construção da nação brasileira tornam-se mais específicos; porém, é com Getúlio Vargas, a partir de 1930, que a ideologia nacional ganha maior projeção na política:

... depois da Revolução de 30, o regime Vargas levou à frente, pelo alto, um projeto modernizante que trouxe tanto a construção do Estado como a da nação para um primeiríssimo plano. De fato, a ideologia autoritária (...) encontrava agora respaldo não apenas dentro do aparato de Estado, mas também em amplos setores da sociedade anteriormente excluídos da arena política. Tal ideologia provia justificativa tanto para o fortalecimento do Estado como para a incorporação de novos setores sociais que emulavam a nacionalidade (REIS, 1988, p. 8).

Nesse período, desponta um discurso de reivindicação pelo “novo”⁶⁷ que está circunscrito principalmente à noção de “campo”, pois o que está em jogo é a legitimação desse governo que se consolida a partir da vitória da Revolução de 1930 e que luta contra as “antigas” representações de república ou de nacionalidade associadas aos grupos políticos dominantes na primeira república. No Estado do Pará, ainda há um outro aspecto a acrescentar à interpretação desse discurso: os anos 30 traziam marcas profundas do modernismo consolidado nos anos 20⁶⁸.

A reivindicação pelo “novo” faz-se presente em todo o repertório revolucionário tanto nos meios políticos nacionais quanto locais: expressões como “a nova era”, “a nova

⁶⁶ Desde a definição de nação em Max Weber (1946) até a definição em Marcel Mauss (1969), segundo Elisa Reis, há uma fusão entre a idéia de Estado e de nação ou nacionalidade: “Esta simbiose (...) insinua de forma bastante convincente, creio, o caráter ideológico do processo de construção da nação, sua constante atualização da legitimidade do Estado” (REIS, 1988, p. 2).

⁶⁷ Ver a análise de Kátia MENDONÇA, 2002, p. 67-90. Para a autora “essa visão do novo incorpora uma ‘mentalidade cíclica’, para usar uma expressão de Muhlmann, (...) Expressões simbólicas disso serão, no plano do imaginário político, tanto o ‘Estado Novo’ de Vargas, a ‘Revolução’ de 1964 ou a ‘Nova República’ de Tancredo Neves e José Sarney, quanto o ‘Brasil Novo’ de Collor que, como os anteriores, projeta a imagem de um herói fundador” (MENDONÇA, 2002, p. 70-71). Apesar de não ser o alvo da argumentação da autora, a Revolução de 1930 pode ser tranqüilamente incluída nesse raio de análise.

⁶⁸ No Pará, nos anos 20, havia um grupo denominado de “‘Os Novos’, reunidos através da revista *Belém Nova*, órgão local de veiculação de idéias modernistas” (FIGUEIREDO, , p. 307).

república”, “a nova nacionalidade”, a importância dos “novos” ganham muita força nos discursos públicos e estudos da época.

Despontam sujeitos históricos específicos nesse processo que se reinventa a nação. Esses sujeitos lançaram um novo olhar sobre o regime republicano e sobre os representantes de governo vinculados ao sucesso da Revolução de 1930. Tratam-se dos intelectuais vinculados ao IHGP, cuja atuação deve ser pensada em um tempo/espço determinado e, sobretudo, articulada com a atuação de outros sujeitos em outros campos que não o intelectual. Nesse tempo/espço, cultura e política tornaram-se “irmãs siamesas”. Buscamos, portanto, investigar como esses intelectuais dialogaram com todo o aparato simbólico produzido em torno da Revolução de 1930, aproximando o IHGP dos interesses do Estado e como assimilaram o governo de Magalhães Barata como um patronato⁶⁹.

2.1) A REVOLUÇÃO DE 1930

“Triunfo na metrópole da Amazônia”, “a liberdade que chegou entre balas e canhões”, “patriótica aventura”, “culto ao verdadeiro nacionalismo”, “santa cruzada” foram algumas das metáforas produzidas em torno da Revolução de 1930, cuja riqueza de sentidos pode ser resumida na chamada do Jornal “Folha do Norte” em 30 de outubro de 1930: “Os acontecimentos que empolgam a Nação brasileira em suas culminantes realidades”. Na primeira página consta a saudação do coronel Landry Salles Gonçalves ao povo paraense:

⁶⁹ Patronato no sentido que Raymond Williams define. Para ele, há quatro tipos de patronato, porém, algumas vezes, as características desses tipos distintos de patronato cruzam-se. O patronato de Magalhães Barata é resultado desse cruzamento: do primeiro tipo, o patronato de Magalhães herda os valores de responsabilidade e honra para com os seus protegidos; do segundo, a proteção do Interventor federal alimenta a especialização dentro das organizações sociais onde ele atua; do terceiro tipo, observamos o fato de que a proteção não está simplesmente condicionada a relações de troca econômica, incluem-se aí relações de reputação e mais uma vez de honra; do quarto tipo, temos o patrocínio; e do último tipo, o caráter público da proteção (Cf. WILLIAMS, 2000, p. 38-44).

POVO PARAENSE! – O *Exercito* brasileiro consciente da sua alta responsabilidade como força garantidora do rio e território *nacionaes* não podia mais suportar que continuasse o *villipendio* do nosso *regimem* que tanto nos aviltava perante o mundo civilizado.

Para salvar a *Patria* tomou *elle* a *attitude* que *estaes* observando, orientado sob os mais *rigidos principios* da moral e do patriotismo.

È a ora que se impões aos brasileiros e que eu espero consolidada na Amazônia com o devotamento cívico dos seus *estoicos* filhos ((FOLHA DO NORTE, Belém, 30 de outubro de 1930, p.1).

A Revolução de 1930 torna-se, a partir desse enfoque, a vitória da liberdade tão esperada pelo povo brasileiro e paraense. Dessa forma, despertou-se, nos anos 30, a necessidade de se renovar o imaginário republicano em âmbito nacional e local. No Pará, os intelectuais do IHGP, por sua vez, participaram ativamente nesse processo de renovação, elegendo a “Legião de Outubro” como a instituição representante dos interesses revolucionários da época.

De acordo com os defensores da Revolução de 1930, apenas o movimento revolucionário seria capaz de frear o retrocesso em que se encontrava o Brasil e colocá-lo no caminho do “progresso”, instaurando uma nova fase, a fase revolucionária:

Era preciso reagir, eficazmente, rasgar os modelos abstratos, soprar o fenômeno restaurador. Então, Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba chamaram a si a centralização da **nova fase** (...)

Limpou-se o prisma. E, em vez dum (sic) ensaio gracioso, **as gerações irmanaram-se subconscientemente à primeira revolução verdadeiramente nacional** (RIHGP, 1931, p. 123/124, grifo nosso).

O ano de 1930, segundo os intelectuais, tornar-se-ia o marco da “nova era” na política brasileira:

Podeis orgulhar-vos, vós todos, de ser o Pará, na hora presente, um dos poucos Estados brasileiros onde a verdade revolucionária é *destemerosamente* cumprida. A largueza com que o Interventor paraense distribui a Justiça suplicada é o círculo que vai servir de base aos direitos proclamados pelas novas diretrizes nacionais entregues à Legião que ora se firma em nosso Estado. (RIHGP, 1931, p. 127).

Esse discurso aproxima-se muito do ideário da “Liga de *Educación* Política *Española*”. Tal Liga formada por “... intelectuais liberais preocupados com os rumos políticos do país (...) visava retomar o tema ‘regeneração da Espanha’”. Para isso, a Liga de Educação Política Espanhola: “... Propunha-se a estabelecer as bases de uma nova política contraposta à

velha política resultante da restauração. Trata de definir o papel dos intelectuais nesse processo, destacando-os como força organizadora e dirigente da sociedade espanhola” (BASTOS; RÊGO, 1999, p. 20/21).

No Brasil e no Estado do Pará, para se criar uma atmosfera de crença na passagem a uma “nova fase” da história política do país, isto é, na passagem à “nova República”, os sócios do IHGP direcionaram pesadas críticas à primeira república. A Revolução de 1930, para os intelectuais do Instituto, tornou-se o maior símbolo de combate aos abusos cometidos durante o período que antecedeu o movimento revolucionário, isto é, durante a primeira república. Observemos o trecho do discurso proferido pelo sócio do IHGP, Abguar Bastos⁷⁰:

A primeira República trazia na sua estrutura, **as lacunas indeléveis**, que Nabuco previu (...) (mas) os braços armados (o movimento revolucionário de 1930) mudaram o nosso destino e rasgaram, de rojão, **os sistemas incongruentes e bastardos** (RIHGP, 1931, p. 125, grifo nosso).

Outra voz que se levantou contra a primeira república, e é claro em defesa da república inaugurada com a Revolução de 1930, foi a do primeiro tenente Octavio Ismaelino Sarmiento de Castro⁷¹, sócio do IHGP. Para ele, a primeira república pode ser comparada ao Império, na medida em que:

“Metamorfoseou-se o cenário político (sobre a passagem do Império à República) mas permaneceram a **mentalidade escravocrata**. Trocou-se o **captiociínio** da carne (a escravidão negra) pelo **servilismo da consciência** (dos primeiros republicanos)” (RIHGP, 1931, p. 118, grifo nosso).

Segundo ainda Ismaelino de Castro, a primeira república representa o atraso do país, visto ser o lugar onde “... **se educava a mocidade do Brasil** tendo por teto o

⁷⁰ Escritor e jornalista, Abguar Bastos nasceu em 1904 fez parte da redação do Jornal *O Estado do Pará*. Participou do movimento revolucionário de 1930, tornando-se secretário da Junta Revolucionária de Governo e depois chefe de gabinete de Magalhães Barata. Rompeu com o Interventor federal em 1933. Foi deputado federal, mantido preso idealizou a RUPP (Revolucionários Unidos Pró-Pátria). Filiou-se à Aliança Nacional Libertadora. Dentre suas obras encontram-se *Terra de icainiaba*; *Certos Caminhos do Mundo*, *Safrá e Quatro Fogos*; *A Conquista Acreana e História da política Revolucionária no Brasil*; *Somanlu*; *Viajante da Estrela*; *A Hiléia, os monumentos Telúricos e os Mitos da Flora e da Pedra, entre outras* (Cf. ROCQUE, 1981, p. 24/25).

⁷¹ Escritor e político, oficial general do Exército, foi chefe militar da Revolução de 1930 no Pará, participando depois da Junta Revolucionária de Governo. Foi membro da Academia Paraense de Letras além do IHGP. Escreveu: *Maria China*; *Gotas de Glórias*, *Feira de Carapuças*; *Uma vida luminosa*; *Psicologia e Direito da Greve*; *O Preço de uma Insidia*; *Marechal de Ferro*; *O Sentido de Inferioridade Física como Dirimento Criminal* (Cf. ROCQUE, 1981, p. 361).

analfabetismo e comendo pão negro do **voto comprado**” (RIHGP, 1931, p. 107, grifo nosso). Esse aspecto representa outra aproximação entre o movimento revolucionário de 1930 e o movimento ligado à “Liga de Educación Política”, neste se conclama as novas gerações que se mantinham apáticas ao problema nacional para atuar, transformando as bases da política espanhola (BASTOS; RÊGO, 1999, p. 21).

O tom das críticas à primeira república, em verdade, realça a dita superioridade política da República de 1930 e, conseqüentemente, dos representantes do movimento revolucionário. Nesse contexto, a Revolução de 1930 foi reconhecida pelos intelectuais do IHGP como o marco fundador da verdadeira nação brasileira, porque traz uma “nova” realidade, aspirada pelo povo paraense: “Que todos os bons paraenses ajudem a *consolidar* a *victoria* da liberdade, cerrando fileiras ao seu lado em vez de *enfraquecel-as* com impatrióticas *dissenções* e intrigas de competições *pessoaes!*” (FOLHA DO NORTE, Belém, 30 de outubro de 1930, p.1).

No imaginário dos sócios do Instituto, a Revolução de 1930 tornou-se uma iniciativa de “moralização política”, Discurso parecido ao da Liga de Educação Política Espanhola que pregava a regeneração política na Espanha. A análise de Jorge Hurley⁷² é bastante esclarecedora nesse sentido: “A nova *Republica*, durante o *periodo revolucionario*, viveu às claras, *núa* de conveniências políticas, (...) (pôde) viver da verdade, com a verdade e para a verdade, que é a pedra *filosofal* do bom *caracter* e da boa moral!” (RIHGP, 1938, p. 532).

Esse ponto de vista também é defendido por Ernesto Cruz⁷³, outro intelectual do IHGP. Para ele, a Revolução de 1930 ao moralizar a política brasileira conseguiu assegurar à nação o que durante a primeira república, com a conduta desviante dos políticos que aturaram nesse período, não foi possível realizar. Segundo ainda Ernesto Cruz, tal iniciativa está atrelada a uma constelação de lutas históricas:

⁷² Historiador e magistrado, Henrique Jorge Hurley depois de cumprir sua carreira militar de 1898 a 1907, foi juiz substituto da Comarca de Baião e Marapanim/PA. Tornou-se promotor público de Curuçá, Macapá e Vizeu/PA, foi também juiz de Direito da Comarca de Afuá e Breves/PA e por último desembargador do Tribunal do Estado do Pará em 1934. Foi também membro da Academia Paraense de Letras e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo. Dentre suas obras: *A Cabanagem*, *Traços Cabanos*, e *História do Brasil e do Pará* são as principais. Faleceu em 1956 (Cf. ROCQUE, 1981, p. 865).

⁷³ Ernesto Cruz (1898-1970), médico, ocupou várias importantes funções, foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público, membro do Conselho Estadual de Cultura, membro da Academia Paraense de Letras, sócio correspondente do Instituto Genealógico Brasileiro. Dentre seus principais trabalhos encontram-se publicados “Noções de História do Pará”, obra aprovada pelas autoridades políticas da época e adotada no curso primário do Estado do Pará em 1937; “Nos bastidores da Cabanagem” de 1942 e “Belém: aspectos geo-sociais do município” de 1945 (Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou Valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

Depois de largo período de agitações partidárias, desencadeadas com o propósito de assegurar à Nação os postulados republicanos, desvirtuados a cada passo pelos falsos apóstolos do regime, **os revolucionários de 30, e os integrantes de outros movimentos anteriores depois de prolongada jornada, conseguiram triunfar, levando para o poder um programa sadio de brasilidade e de trabalho** (CRUZ, 1945, p. 278, grifo nosso).

A vitória revolucionária em 1930, como observamos no discurso de Ernesto Cruz, deve-se principalmente à atuação comprometida com os verdadeiros princípios republicanos. Nesse sentido, o presidente Getúlio Vargas e o Interventor federal no Estado do Pará, Magalhães Barata, foram conclamados pelos intelectuais do Instituto como os principais protagonistas na luta pelo “progresso” do país:

Grandes reformas foram traçadas e realizadas sob os auspícios e visão do **grande chefe nacional, dr. Getúlio Vargas.**

(...)

Tendo à frente dos seus destinos um dos vultos mais eminentes e destacados da revolução triunfante, o então tenente **Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, pôde o Estado satisfazer plenamente todos os seus compromissos com o país** (Ibid., p. 278, grifo nosso).

Essa idéia de progresso estava tão presente nos discursos da época que os intelectuais do IHGP atribuíram ao Interventor Magalhães Barata todo o mérito da “evolução” assistida na cidade de Belém graças ao legado que deixou aos paraenses a partir de sua participação na Revolução de 1930: “(A) Metrópole da Amazônia, (...) **evoluiu rapidamente, pelo dinamismo do grande Interventor.** (...) À frente da administração estadual está o mesmo homem **dinâmico, inteligente, trabalhador e idealista da revolução de 30**” (CRUZ, 1945, p. 278/279, grifo nosso).

Fazendo eco às palavras de Ernesto Cruz, Augusto Meira Filho também enaltece a Revolução de 1930 e seus líderes a partir dessa perspectiva de moralização política e de luta pelo progresso do país e do Estado do Pará. O major Magalhães Barata, no discurso desse sócio do Instituto, surge como o grande governante que suplantaria a crise política pela qual passava o Estado no período em que eclodiu a Revolução de 1930. Segundo Augusto Meira Filho, graças aos alicerces da Revolução de 1930, o Interventor Magalhães Barata conseguira imprimir:

(...) **à nossa terra uma administração perfeita, segura, correta e progressista**, ganhando, assim, da população paraense, a admiração e a simpatia que alimentariam toda sua vida política neste Estado, até sua morte, ainda, ocupando, a mais alta função pública de sua terra natal (MEIRA FILHO, 1973, p. 180, grifo nosso).

O clima de revolta generalizada, para esse membro do Instituto, foi o que garantiu a vitória do movimento de 1930, visto que desde as revoltas de 1922 e 1924, o país já aspirava por verdadeiras mudanças na política. Esse intelectual apresentou um balanço da década de 30, reconhecendo-a como um momento de crise⁷⁴, mas também como um período de esperança para os brasileiros, visto que tal década: “... representaria uma pequena deflexão nos costumes, estabelecendo novos princípios de engrandecimento” (Ibid., 1973, p. 181).

Para os sócios do IHGP, a Revolução de 1930 deve ser pensada a partir da lógica de ruptura política com a primeira república, trazendo novas diretrizes políticas para o país: “Cairia a república velha e o país tomaria, como tomou, novos rumos de progresso e liberdade” (MEIRA FILHO, 1973, p. 180). Nesse sentido, Augusto Meira Filho elogia a Imprensa por desempenhar um papel muito importante, contribuindo significativamente para a eclosão e sustentação da Revolução no Pará.

Em verdade, ao reconhecer a importância da Imprensa paraense, esse sócio do Instituto credita aos intelectuais que colaboraram nos jornais da época, a participação no processo que instauraria o triunfo revolucionário: “... O apito da ‘Folha’, o foguetão do ‘O Estado’ confirmariam os furos mais famosos da política local, de 1930 a 1950” (Ibid., p. 180/181)⁷⁵. Essa metáfora utilizada por Augusto Meira Filho significa que a vitória do “Governo revolucionário” só foi completa porque os intelectuais contribuíram decisivamente.

Em torno do ideário da Revolução de 1930, os intelectuais garantiram a defesa das instituições de apoio político ao Interventor Magalhães Barata. A “Legião de Outubro” foi uma dessas instituições e talvez a mais importante delas. Pode ser definida como uma organização remanescente do movimento revolucionário de 1930 que congregou as intenções tanto da “Legião Revolucionária” quanto do “Clube 3 de Outubro”.

⁷⁴ É crucial essa concepção de crise para legitimar o novo governo, visto que é só a crise que “revela uma textura histórica específica (...) (que) se explicitam e se ocultam determinações essenciais de sua organicidade (...) a situação de crise faz aflorar tendências latentes de determinados processos sociais” (BASTOS; REGO, 1999, p. 11).

⁷⁵ O autor refere-se ao fato de que em 24 de outubro de 1930 em Belém/PA quando: “Começou a circular, insistentemente pela cidade o rumor de que Washington Luís havia renunciado à Presidência da República, tendo, conseqüentemente, assumido uma Junta Governativa. O ‘foguetão’ de *O Estado*, ouvido até nos subúrbios, avisava que alguma coisa seríssima acontecera” (ROCQUE, 2001, p. 156).

A Legião Revolucionária surgiu a partir do apelo dos tenentes diante da ameaça das oligarquias regionais, que contestavam a autoridade do Governo Provisório, e dos políticos profissionais que participaram da Revolução de 1930, mas que haviam se afastado ou mesmo nunca haviam verdadeiramente aderido a ela:

Ainda no mês de novembro de 1930, os tenentes e seus aliados civis lançaram um manifesto propondo a criação da Legião Revolucionária, uma organização nacional que congregasse as chamadas “forças revolucionárias”. Com caráter civil e militar, um dos seus objetivos era reforçar o apoio popular ao Governo Provisório, garantindo a implementação das suas propostas (PANDOLFI, 2003, p. 21).

Já o Clube 3 de Outubro criado em fevereiro de 1931, sendo inicialmente presidido por Góis Monteiro:

Diferentemente da legião, (...) não pretendia ser uma organização de massa, mas um núcleo de pressão junto ao Governo Provisório e um centro de discussão e debate. A idéia era trazer o debate político para o clube, evitando que os conflitos entre os militares contaminassem os quartéis e acentuassem as cisões no interior das Forças Armadas (Ibid., 2003, p. 22).

Se a Legião Revolucionária reconhecia a participação de civis nos processos políticos e defendia os interesses do Governo Provisório, o Clube 3 de Outubro reconhecia apenas a contribuição militar no processo revolucionário, defendendo ampla participação dos militares nas decisões do Governo Provisório, isto é, em primeiro lugar buscavam satisfazer os interesses das Forças Armadas. Porém, ao criticar o federalismo oligárquico e ao defender um centralismo político, isto é, um Estado intervencionista pautado em um nacionalismo forte, o Clube 3 de Outubro aproxima-se bastante da Legião Revolucionária.

A “Legião de Outubro”, uma mescla da Legião Revolucionária e do Clube 3 de Outubro, instalada no Pará em 26 de abril de 1931, colocou-se à disposição do Interventor Magalhães Barata caso houvesse necessidade de uma intervenção armada no intuito de mantê-lo no poder. A maioria dos legionários fazia parte das Forças Armadas, principalmente do Exército, que na época reivindicou em troca de seu apoio político e militar maiores concessões políticas na Interventoria de Magalhães Barata.

Segundo os legionários, essa organização tinha por finalidade conduzir o Brasil aos novos rumos do progresso, uma vez que a Legião era a única força capaz de transformar a

conduta política brasileira, sendo ela a maior expressão do movimento revolucionário de 1930:

(...) formidável aglomerado de idéias e atos (...) **Ela é a entidade máxima a quem cabe velar pelo destino da nossa gente.** É o amparo organizado da Família, da Honra e da Educação. É a própria República integrada na proporção dos seus severos princípios (...)

“A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma (*sic!*) forma de Governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade”.

É justamente para assegurar esta verdade que se criou a Legião de Outubro (RIHGP, 1931, p. 126-128, grifo nosso).

Essa idéia de “progresso”, que se difundiu graças ao pensamento positivista, atravessou as primeiras décadas do século XX, constituindo-se na idéia-força do discurso revolucionário de 1930, principalmente, do ponto de vista dos intelectuais do IHGP⁷⁶. Porém, tal idéia já se faz presente em discursos revolucionários desde o século XIX, devido ao imaginário que se construiu em torno da Revolução Francesa. Além disso, a o brado dos defensores da Revolução de 1930 reclamava o exercício da vontade do povo, articulando símbolos nacionalistas:

Nacionalismo, que a Legião de Outubro aconselha, é a força de um povo que não acredita apenas nos governos nem nos programas, nem nas instituições: acredita, igualmente, na grandeza de todas as possibilidades e na fecundação harmoniosa da terra pródiga onde o seu lar foi assentado e é feliz (RIHGP, 1931, p. 128, grifo nosso).

Esse discurso nacionalista e salvacionista aproximou-se muito do discurso produzido anteriormente pelos militares na proclamação da república em 1889 e posteriormente no golpe de 1964, que paradoxalmente na prática representou a ausência da democracia e instauração da ditadura⁷⁷.

No regime republicano, tornou-se *práxis* os grupos políticos que ganham importância em dado momento histórico produzirem um discurso que desqualifica os

⁷⁶ De acordo com um dos maiores defensores da idéia de progresso, Johann Gottlieb Fichte (1999, p. 48) a missão mesma do intelectual, isto é, do “erudito” (como se refere o autor) é preservar: “a suprema supervisão do progresso efetivo da humanidade em geral e o constante fomento desse progresso”. Em outras palavras, o intelectual desempenharia nesse contexto o papel de divulgador ou de promotor da “civilização” (BASTOS; RÉGO, 1999, p. 21).

⁷⁷ Ver Kátia Mendonça, 2002, p. 21-63.

governos anteriores, quando esses atendem aos interesses dos grupos adversários, isto é, é sempre nos governos anteriores que a vontade do povo é ignorada. Dessa forma, os intelectuais do IHGP, participando da Legião de Outubro, vão cercar o governo de Magalhães Barata de um conjunto de símbolos⁷⁸ que alimenta a legitimidade política do Interventor.

2.2) O BARATISMO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Os intelectuais do IHGP, em elogio ao governo e à pessoa de Magalhães Barata, destinaram, por sua vez, um significativo espaço na Revista do IHGP para os assuntos referentes ao Interventor federal: relatórios de governo, retratos, pareceres. Até um discurso foi proferido pela inauguração do retrato do Major Magalhães Barata na “Galeria histórica” do IHGP.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nasceu em 1888. Em 12 de novembro de 1930, assumiu o “Governo revolucionário” recebendo-o do tenente-coronel Landry Salles. Governou o Pará como Interventor federal de 1930 a 1935. Em 1943, voltou a governar o Estado, assumindo práticas políticas semelhantes às de sua primeira Interventoria. Em 1955, foi eleito governador constitucional do Estado, mas não chega a terminar o mandato, morrendo em 1959, vítima de leucemia.

Durante os anos 30, a RIHGP exerceu a mesma função que a Revista “Cultura Política”⁷⁹ exerceu nos anos 40 durante o Estado Novo. Ambos periódicos podem ser comparados na medida em que se tornam tanto um veículo de informação ampla, quanto um veículo que promove os ideais do regime estado-novista, no caso da Revista “Cultura Política”⁸⁰; e no caso da RIHGP, os ideais de governo de Magalhães Barata.

Ao lado de governantes com significativa participação política como Lauro Sodré e José da Gama Malcher, que fizeram longa carreira política no Estado do Pará, ao lado também de presidentes do IHGP como Henrique Americo Santa Rosa; Magalhães Barata figurou no Instituto

⁷⁸ Entendemos aqui esses símbolos como “instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) (que tornam) possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’” (BOURDIEU, 2004, p. 10).

⁷⁹ “*Cultura Política* foi publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda durante a maior parte de seu período de existência, de março de 1941 a outubro de 1945. Editada por Almir de Andrade, pode ser considerada o principal ‘órgão teórico’ de difusão do regime estado-novista, tendo como propósito “a organização da cultura, com um conteúdo socialmente útil e um sentido de orientação para o bem comum, coerentes e solidários ambos com a orientação geral do Estado e com o próprio ritmo da vida política” (Andrade, 1942a: 9)” (CODATO; GUANDALINI JR., 2003, p. 2/3).

⁸⁰ *Ibid.*, 2003, p. 3.

como “presidente de honra” e “sócio honorário”. Porém, apenas ele, como Interventor federal, recebeu o título atribuído pelos sócios do IHGP de “protetor e consolidador do Instituto”. Essa homenagem corresponde à assistência que prestou o Estado à Associação durante o Governo revolucionário.

2.2.1) A efígie de Magalhães Barata

Para ser ouvido e julgado pelo povo de minha terra, estou eu aqui neste posto, com a serena convicção de que neste *biennio* administrativo, que a data de hoje encerra, tudo tenho feito para transformar em *actos*, para fixar em realidades, *aquillo* que preguei na minha atormentada existência de revolução, durante oito longos e ininterruptos *annos* de *luctas* sem tréguas (RIHGP, 1933, p. 5, grifo nosso).

No posto de Interventor federal, Magalhães Barata investiu bastante na reprodução de sua imagem pessoal como representação máxima do Estado. Suas fotografias apareciam em vários periódicos da época: a Revista do IHGP não representa exceção; nos seus volumes durante os anos 30 são reproduzidas várias fotografias do Interventor federal. Analisamos especificamente a fotografia que consta no volume VIII da RIHGP publicado em 1933, no qual os sócios do Instituto reproduzem o discurso de Magalhães Barata na ocasião da comemoração do segundo aniversário de governo em 1932.

Essa prática dos sócios do IHGP em destinar aos retratos um papel crucial na abordagem de sua Revista, como intervenção no sentido de “preservar” a memória da instituição ou reinventá-la, em verdade, trata-se de uma herança do IHGB, cuja tradição repousa no culto aos “vultos pátrios”, não somente no domínio biográfico como no domínio iconográfico.⁸¹

Desde o século XIX, o retrato, no advento da fotografia e depois com a fotografia, serviu para elaborar uma imagem oficial da “nação brasileira” estritamente vinculada à imagem do representante do Estado e de seus colaboradores⁸². Na primeira metade do século XX, essa tradição

⁸¹ “O declínio dos monarcas, mas sobretudo (sic) o fortalecimento das nações, estimulam na Europa do século XIX o gosto pelos grandes homens e o interesse por seu culto (...) No Brasil, a tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos cabe principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas do Império” (ENDERS, 2006, p. 1).

⁸² Segundo Diamantino Trindade, Lais Trindade e Luis Garcia: “A fotografia serviu como instrumento de formulação de uma ‘imagem oficial’, ligada ao Imperador e que acabou sendo apropriada também pela elite cafeeira”. (2005, www.cefetsp.br/edu/sinergia/5p3c.html). Não verificamos na RIHGP, fotografias de Magalhães

ainda permanece no interior das instituições culturais, principalmente em relação àquelas que foram inspiradas nas tradições do século XIX.

Qualquer fotografia do Interventor federal que recortássemos das páginas da Revista do IHGP no período da primeira Interventoria (1930-1935) representaria bem o culto à Magalhães Barata. Vale ressaltar que nossa escolha pela fotografia abaixo foi determinada pelas condições em que se encontrava o acervo iconográfico da Revista do Instituto⁸³.



S. Exc. o Sr. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata,
Interventor Federal do Pará,
a quem o Instituto Histórico e Geográfico do Pará
deve relevantes serviços

Observando essa fotografia, há três aspectos para os quais devemos atentar: a farda do Exército; o cinto que aparece sobre a sua farda, mais especificamente sobre o ombro direito do Interventor; e por último, a postura em que Magalhães Barata é fotografado.

a) No acervo iconográfico da Revista do IHGP referente às fotografias de Magalhães Barata, percebemos uma regularidade: o Interventor federal aparece sempre com a farda do Exército,

Barata. Em 1938, a fotografia que foi publicada nas primeiras páginas da RIHGP foi a de José Malcher, atual governante estadual; também encontramos fotografias dos biografados, como exemplo, citamos a biografia do tenente-coronel Raymundo Ciriaco Alves da Cunha, biografado por Adolfo Pereira Dourado, a fotografia consta na página 135 da RIHGP de 1933.

⁸³ Referimo-nos à qualidade da imagem.

cuja representação está associada à sua participação na Revolução de 1930, rendendo-lhe a sua nomeação para a Interventoria do Pará.

b) Quando Magalhães Barata é fotografado com a farda que pode ser observada na fotografia acima, sempre está portando um cinto sobre a farda. Esse cinto prende-se a um outro que fica afivelado à cintura do militar e possui a exclusiva finalidade de facilitar a sustentação da arma do militar que está posta à cintura.

c) Magalhães Barata é intencionalmente capturado pela ótica do fotógrafo com sua feição inspirando seriedade. Há apenas um plano fotográfico, plano esse em que o Interventor federal está no centro e nada concorre com ele. Magalhães Barata porta-se como se estivesse em permanente continência, não está de frente para a câmara, encontra-se com o rosto projetado levemente virado à direita, sugerindo prospecção e imponência, como ele próprio define: “no desempenho de minhas *funções publicas* procedo de **vizeira erguida**, cheio de bastante coragem, com **sinceridade e franqueza, lealdade, boa fé e melhor das intenções**” (RIHGP, 1933, p. 8, grifo nosso). O Interventor tem o busto fotografado, como na maioria dos monumentos que representam os “vultos históricos” encontrados em logradouros ou praças públicas.

Esses detalhes parecem sem importância a um olhar apressado, porém, tais detalhes articulados produzem significados fundamentais no processo de instrumentalização da imagem. Essa fotografia analisada é bastante elucidativa nesse sentido, pois sua conotação repousa na imagem de um Interventor federal que está sempre a postos, referimo-nos à farda do Exército e ao cinto transversal, quando se trata da defesa dos interesses do povo. É, portanto, um governante sério, sóbrio e imponente: “O labor desse *illustre* guerreiro que honra e dignifica a farda que enverga” (RIHGP, 1934, p. 268). Há profunda recorrência do sentimento de patriotismo, eternizando Magalhães Barata sobre a tríade: “o homem, a lenda e o político”, subtítulo dado por Carlos Rocque à biografia do primeiro, publicada em dois volumes e lançada em 1998 pela Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará (SECULT).

O retrato de Magalhães Barata pode ser comparado ao retrato de Duque de Caxias no segundo plano da fotografia de Costa e Silva em 1967 reproduzida no jornal “O Cruzeiro”⁸⁴:

(...) um Caxias engalanado, com o peito recoberto por medalhas, que se impõe (...) A imponência da imagem de Caxias está representada em seu rosto, virado levemente à esquerda, enquanto que Costa e Silva olha para frente, para a câmara fotográfica. São duas expressões distintas: a de Caxias apresenta um olhar que não é embaçado, vazio e sem brilho como o de Costa e Silva, mas sóbrio, austero e autoritário. A importância da imagem de Caxias, em segundo plano, é revelada quando se imagina

⁸⁴ “... a revista *O Cruzeiro* estampa em sua capa: ‘General Costa e Silva, o executor da revolução’. A foto, de busto, apresenta em primeiro plano o general fardado; em segundo plano se tem, em maior dimensão e ostentando uniforme de gala, quadro com a pintura de Caxias; na base inferior esquerda, em destaque vermelho, a chamada: ‘O Brasil tem novo presidente’” (MENDONÇA, 2002, p. 22).

a mesma foto sem ela: o referencial ao tema mítico do herói seria certamente interdito a um personagem que, no olhar, não se impõe” (MENDONÇA, 2002, p. 23/24).

No domínio simbólico, as fotografias de Magalhães Barata servem para projetá-lo no imaginário da sociedade da época como um “herói” comprometido com os verdadeiros postulados da racionalidade revolucionária. O Interventor federal encontra-se sempre no centro, no primeiro e único plano, porque o seu lugar é no centro do processo revolucionário, como o executor da revolução no Pará. Nesse sentido, a apropriação da imagem não denota o mesmo significado que a imagem de Duque de Caxias na fotografia de Costa Silva: “a personagem principal não está na pessoa do executor da revolução (...) mas na instituição militar” (Ibid., p. 23).

A imagem de Magalhães Barata, manipulada no seu governo, é uma tentativa de eternizá-lo como o monumento vivo da Revolução de 1930. Na Revista do IHGP, ele é lançado como o protetor das letras como sugere a subscrição da fotografia: “S. Exc. o Sr. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Interventor Federal do Pará, a quem o Instituto Histórico e *Geographico* do Pará deve relevantes serviços” (RIHGP, 1933, p. sp.).

Em 1934, o governo do Interventor federal já enfrenta uma forte oposição, manifestando aparente desgaste. No entanto, no interior do IHGP, comemora-se a inauguração do retrato a óleo de Magalhães Barata na Galeria histórica do IHGP. Observemos a mesma farda, o mesmo cinto, mas agora há uma mudança: o Interventor é capturado de frente, parece até interagir com quem o contempla. Mais uma vez o mito do herói fundador apresenta-se.



Em discurso, Angelino Rodrigues de Lima, sócio do IHGP, profere:

Direi com relação a este Instituto, fundou-o o governo de Lauro Sodré, **consolidou-o o patriotismo de Magalhães Barata.**

(...)

Esta manifestação de apreço ao Major (...), *apondo* o seu retrato na sua galeria, tem, portanto, um cunho extraordinário de *grandiloqua* significação moral, exprimindo sentimentos dos mais lhanos do seu reconhecimento (Palmas. Muito Bem)

(...) fazer *o panegirico* neste Instituto do Major Magalhães Barata é encomiar o nosso Estado, felicitar a nossa própria *Patria* (RIHGP, 1934, p. 268-271, grifo nosso).

E encerrando o seu discurso, Angelino Lima não hesita em considerar o Interventor federal equiparando-o ao mesmo status de um Garibaldi, de um Bismarck, de um Bolívar, ou mesmo de um José Bonifácio e um Benjamin Constant: “Nós, os paraenses, temos, hoje, como teremos, amanhã, o Major Magalhães Barata como um perfeito *symbolo* de patriotismo e como a personificação da grandeza moral e material deste Estado e da consolidação desse Instituto” (RIHGP, 1934, p. 271). Não obstante, os sócios além de colocá-lo na Galeria histórica do IHGP, eles também colaboram com o culto ao Interventor Magalhães Barata através da expedição de pareceres acerca de obras em que a Interventoria de 1930-1935 torna-se o alvo de críticas.

2.2.2) O *index paraense*

Em Assembléia Geral, no dia sete de junho de 1934, o Instituto apresentou publicamente o parecer acerca do livro “Sobre os mosaicos do inferno” de autoria do bacharel José Ribeiro. Essa obra foi encaminhada ao IHGP para compor o acervo de sua biblioteca, porém devido ao seu conteúdo, ela cumpriu outro destino; o IHGP foi encarregado de investigar a validade da mesma. Até uma comissão foi nomeada pelo presidente do IHGP, Jorge Hurley, para esse fim. Os membros convocados para analisar o livro foram Angelino Rodrigues Lima, Cunha Coimbra e Manoel Braga Ribeiro:

A louvável finalidade que teve o Instituto Histórico *Geographico* do Pará, *submettendo* o livro (...) á apreciação de uma *comissão* para perquirir da verdade histórica que encerre, elaborando, afinal o seu parecer a respeito, deixa entrever o interesse e o zelo do mesmo Instituto sobre todos os *assumptos* que dizem respeito ao nosso glorioso Estado, e encontra exemplos no passado (RIHGP, 1934, p. 215).

Esse livro foi submetido à apreciação do Instituto por conter críticas vorazes aos abusos cometidos pelo Interventor Magalhães Barata em seu governo. O IHGP tinha por obrigação investigar a obra de José Ribeiro para revelar a “verdade” dos fatos. Em essência, tratava-se de outra tarefa confiada aos membros da comissão: eles deveriam negar a veracidade da obra, desconstruindo as acusações do autor contra o governo de Magalhães Barata. A atuação dos intelectuais do Instituto nessa questão garantiria mais confiabilidade à defesa do Interventor federal, porque se produziria, para lembrar Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr. (2003, p. 3) um discurso “mais elaborado (‘acadêmico’)”⁸⁵.

É claro que o verdadeiro motivo da intervenção do IHGP foi omitido e a desculpa que prevaleceu foi sustentada pela busca insistente da “verdade histórica”:

Para cumprirmos a incumbência que nos foi delegada, isto é, para exarmos o nosso parecer sobre o validamento desse livro, relativamente ao ponto de vista da verdade histórica que possa ter por escopo, procuraremos, com a mais absoluta **imparcialidade e rigorosa circumspecção** (...) **dizer do valor do livro em questão** (RIHGP, 1934, p. 216, grifo nosso).

Cumprindo a sua missão velada, a comissão elaborou um parecer que explora bem menos o conteúdo propriamente dito do livro e muito mais as possíveis causas que levaram o autor a criticar o governo de Magalhães Barata. O parecer sobre a obra de José Ribeiro perde totalmente o seu foco

⁸⁵ Ressaltamos que essa argumentação dos autores citados diz respeito à função da Revista *Cultura Política*.

central. Ao invés de se restringir à validade da obra, a comissão caminha no sentido de desqualificar o autor inclusive do ponto de vista pessoal: “... se trata de um trabalho que *objectiva represalias* tangidas e impulsionadas pelo **despeito**, desorientadas pela **paixão que obscurece a razão do seu auctor**” (RIHGP, 1934, p. 218, grifo nosso).

Avançando em sua análise, os membros da comissão reafirmam a condição em que se encontrava o autor quando escreveu a obra: “... sob a inspiração do **delírio que lhe perturbava o espírito, faltou aos postulados da verdade**” (RIHGP, 1934, p. 218, grifo nosso).

Como era de se esperar, conclui a comissão que a escrita do livro de José Ribeiro foi movida por um sentimento de vingança do autor em relação ao Interventor Federal. Portanto, a obra não tem validade histórica. E, os membros da comissão provam isso através de fatos acerca da vida do autor. Graças à Lei nº 2106, de três de novembro de 1922, foi concedida ao bacharel José Ribeiro a disponibilidade com 22 anos, um mês e quatro dias de serviços públicos prestados ao Estado do Pará e à cidade de Belém, isto é: “... com menos de 25 anos de serviço *publico* nesta terra, no *goso* da mais perfeita saúde, forte, *nedio*, sadio, valido, foi *elle disponibilisado* com os vencimentos *integraes* *daquelle* cargo que eram 720\$000 mensaes” (RIHGP, 1934, p. 219).

Como esse direito foi garantido a José Ribeiro por meio da lei citada, a comissão contra-argumenta no sentido de convencer os consócios de que apesar de legal, esse direito não era ilegítimo: “Dirá *alguem*: - era uma lei – a que nós *acrescentamos* mas, uma lei *immoral* que não consultou o interesse do Estado e do seu povo” (Ibid., p. 219). Segundo a comissão, diante da ilegitimidade dessa lei, é que Magalhães Barata baixou o Decreto nº 315, em abril de 1931, que revogava tal lei: “1º - ponha-se o paciente novamente em disponibilidade. 2º - promova-se a revisão do processo para *aproveital-o* *noutro* cargo si estiver em condições de validez e aposental-o si for invalido” (RIHGP, 1934, p. 222).

Acrescenta o referido decreto ao despacho do Chefe do Governo Provisório no Brasil, Getúlio Vargas, acerca dos aposentados e disponibilizados nas condições previstas que: “*Si* for nomeado para outro cargo equivalente em vencimentos e recusar *acceital-o*, deve ser cassada a disponibilidade, após *exgotar* os *prazos legaes* sem assumir o cargo” (RIHGP, 1934, p. 222). José Ribeiro negou-se a assumir o cargo que lhe foi imputado, então amparado pelo despacho acima citado, o Interventor Federal cassou a disponibilidade do bacharel. A comissão justifica que foi a partir dessa decisão de Magalhães Barata que José Ribeiro resolve vingar-se do Interventor, escrevendo o livro “Sobre os mosaicos do inferno”:

(...) a maldade deste livro onde a **infamia** assentou seus *arraiaes*, *expellindo toda sorte de inverdades as mais vis e perversas, tão repellentes e abjectas* (...)

Constata-se da leitura desse livro que são *atingidos* pelos esputos da **maldade** e do **ódio** que os inspiram todas aquellas individualidades *revolucionaria* ou não (...)

E em todo o livro notam-se *allusões ferinas e malsãs e deturpadoras da verdade e indenes de fundamento* contra *factos* da administração *publica* do Estado. (RIHGP, 1934, p. 223/24/25, grifo nosso).

E, a comissão é bastante enfática em sua conclusão: “um livro de tal *jaez* não pode *sero* digno da consideração dos homens de bem do nosso *Paiz*, não devendo de modo algum figurar nas estantes deste Instituto por não traduzir a verdade dos *factos* que vêm *occorendo* em nossa terra no tocante á administração” (RIHGP, 1934, p. 227).

Como sinal de protesto, a comissão impõe que o livro “... seja devolvido ao seu autor (...) em conseqüência de ser aberrantes de *critério*, por suas aleivosias ultrajantes e por ser altamente destoante da verdade *historica*, por *contraditorio* aos *factos* que presentemente defluem da *actualidade* político-adminstrativo do nosso Estado” (RIHGP, 1934, p. 227).

Assina o parecer Angelino Rodrigues Lima, como relator; Cunha Coimbra, “adduzindo as razões annexas a este”; e Manoel Braga Ribeiro. E, dessa forma, a obra “Sobre os mosaicos do inferno” de José Ribeiro passa a compor a lista dos livros “malditos” no Estado do Pará. A comissão depreende que pelas motivações que levaram José Ribeiro a escrever e publicar a obra “Sobre os mosaicos do inferno”, tal obra não condiz com a verdade.

2.2.3) O discurso do Interventor federal

Em novembro de 1932, “no *Palacio Theatro*, na noite do dia 12” (RIHGP, 1934, sp), o governo do Pará, comemorando o cumprimento do primeiro biênio do governo revolucionário, proferiu um discurso o Interventor federal que foi reproduzido em vários periódicos da época, inclusive naqueles cujos interesses eram restritos ao domínio científico-cultural, como é o caso da Revista do IHGP.

As primeiras páginas da Revista do IHGP publicada em 1933 foram destinadas ao referido discurso que foi reproduzido em sua íntegra. Nesse período, Magalhães Barata já se deparava com uma oposição organizada, como já assinalamos, inclusive entre aqueles que apoiaram a sua nomeação para a Interventoria no Pará. Os rótulos que o Interventor cria para sua oposição são os mais depreciativos possíveis: despeitados, ratazanas, imbecis, ridículos e pequeninos, maus e inconscientes, trapaceiros, invejosos, inimigos da revolução.

Tanta agressividade apenas confirma a hipótese de que depois de dois anos de mandato, o governo de Magalhães Barata já começava a apresentar sintomas de fragilidade, o governo já se sente ameaçado pela oposição. Como uma forma de proteção a essa ameaça, isto é, para se defender das

críticas acerca das práticas censuráveis em seu governo, Magalhães Barata previne-se frente à opinião pública:

... se após meu *termino* de governo, a devassa que, na minha administração deve vir, guiada pelas mãos dos que me sucederem, encontrar ponto de apoio em *quaesquer actos* serão *fructos* ou (...), da minha muito boa fé e confiança em auxiliares, ou da insidia, que apunhala pelas costas.

Jamais *fructo* de um interesse pessoal, de interesses de amigos ou de parentes, de uma teimosia insensata e impatriótica, ou de uma *inconfessavel* segunda intenção (RIHGP, 1933, p. 5).

Essa atitude defensiva de Magalhães Barata pode ser interpretada a partir de sua insistência em permanecer no governo do Estado do Pará⁸⁶. Na tentativa de desqualificar a atuação dos seus opositores, Magalhães Barata transforma as críticas acerca de seus atos em críticas acerca do governo revolucionário. Trata-se de uma estratégia para desviar a atenção: “Sei bem onde estão postas, de *lapis* em punho, *ás* escondidas, as vedetas *ridiculas* dos despeitados e legitimamente prejudicados, que anseiam pelo final do meu governo, **que *elles* classificam de governo de soldado**” (RIHGP, 1933, p. 6, grifo nosso). E continua em um ataque pernicioso:

Só porque eu os expulsei dos queijos – (...) – em que *elles* como ratazanas famintas e insaciáveis viviam, e ainda porque lhes tenho mostrado que de *taes typos* não me intimido, nem *delles* necessito, para me auxiliarem nesta obra *reconstructora* que vou levando a *effeito*, com a ajuda dos homens de bem, trabalhadores e amigos desta terra, apoiados todos nós pela opinião *publica*, que reconhece a lisura, sinceridade, honestidade com que nos desobrigamos de nossa *ardua* tarefa (RIHGP, 1933, p. 6).

O Interventor federal Magalhães Barata também desqualifica a oposição, rotulando-a com o estigma de traidores: “Eu conheço bem os homens que me cercam – os que, *exceptuados* os de conhecido sentimento de lealdade e sinceridade, não podem esconder os hábitos, costumes *vicios* e normas de proceder adquiridas na longa *éra* da Velha Republica” (RIHGP, 1933, p. 6).

Prevendo um fim apocalíptico para o seu mandato, Magalhães Barata até se lança como o “herói” protetor das massas, isto é, constitui-se como um “mito político” para usarmos a expressão de Kátia Mendonça (2002):

... quando esse dia de ajuste de contas chegar, eu confio que uma voz ao menos se levantará em minha defesa: - a voz do povo, desse povo que é **massa *anonyma*** que

⁸⁶ Para lembrar Pierre Bourdieu: “Do lado das classes dominantes, todas as estratégias, essencialmente defensivas, visam conservar a posição ocupada, portanto, perpetuar o *status quo*, ao manter e fazer durar os princípios que servem de fundamento à dominação” (2002, p. 32).

me prestigia e apóia, porque tudo tenho feito e farei por *ella*, **protegendo-a e defendendo-a das mãos e ganancias dos máos e inconscientes** (RIHGP, 1933, p. 7, grifo nosso).

Observamos também que Magalhães Barata considera o povo em uma acepção vaga, denominando-o de “massa anônima”. Esse conceito, segundo Pierre Bourdieu, é uma “denominação eufemística e imprecisa atribuída às classes dominadas” pelas classes dominantes como estratégia da ideologia populista (2002, p. 116). No seu discurso, Magalhães Barata cita várias benfeitorias realizadas durante o seu governo que figuram como exclusivas concessões às “massas anônimas” e por isso mesmo massas espoliadas; em outras palavras, é um claro apelo às práticas assistencialistas de seu governo:

E se esta voz silenciar, o que não espero, então *appelarei* para cada recanto de Belém, cada recanto do interior do meu Estado: aqui, **num melhoramento ou numa providencia implorada á minha auctoridade de governo, alli, numa rodovia ou estação de radio**, levada a *effeito* para a facilidade de *communições*; *acolá*, na *creação* de uma **escola**, ou de um **posto sanitario**, para *resurgimento* de uma raça forte, sadia e *instruida*, e mais além, na **rehabilitação dos direitos de um padre contra a prepotência de um rico**; a minha defesa, então, será, fatalmente feita, queiram ou não *aquelles* que ás *occultas* me combatem (RIHGP, 1933, p. 7, grifo nosso).

No discurso de Magalhães Barata, há uma apelação à fidelidade à lei; isto é, ao sustentáculo legal de seu governo que se baseia eminentemente na vitória da Revolução de 1930, mas em sua defesa, afirma que não é isso que o mantém apegado ao poder, e sim o desejo elevado de tornar próspero o Estado do Pará:

Só há uma vontade, a da lei, a dos regulamentos, e onde se cultiva o sentimento do cumprimento do dever. **Ahi, os nossos chefes não têm vontades pessoaes.** (...) **Labora em equívoco aquelle que me julgar apegado ao cargo que a Revolução designou-se.** Tenho, sim, a justíssima aspiração, como paraense, de concretizar em realidade o meu sonho de grandeza do nosso Estado. Tenho, sim o propósito de satisfazer tanto quanto possível o meu compromisso para com a revolução e os meus *conterraneos*, que em mim creram quando eu conspirava. **Tenho, sim a vontade incontida e soffrega, ardente e sincera, de bem servir a minha patria.** Quero tornar o meu Pará a terra da *abundancia*, do trabalho, do *commercio* livre e prospero, honesto e garantido, da gente sã e *alphabetizada* da gente livre nas suas *idéas* e *attitudes*, da gente eminentemente cívica, para bem e melhor conhecer a grande *patria* e poder melhor *amal-a* e *servil-a* (RIHGP, 1933, p. 9, grifo nosso).

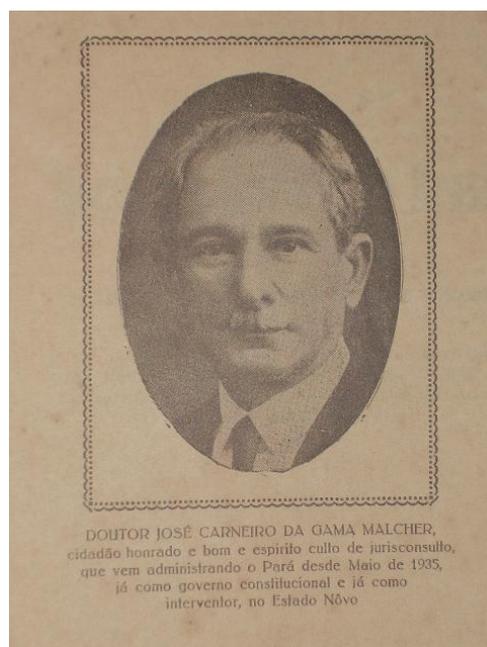
Há uma evocação no discurso de Magalhães Barata que define a vontade de governar a partir da consolidação da vontade do povo. Em verdade, há uma clara manipulação ideológica que forja esse ponto de intercessão entre o governo e o povo, porém, o movimento é inverso, pois para

Bourdieu (2004, p. 10), as ideologias, como produto coletivamente apropriado, servem às classes dominantes e essas por sua vez apresentam seus interesses particulares como sendo interesses universais.

Mas o que conduz o IHGP à postura de aceitar que um discurso em tom apelativo e ameaçador proferido por Magalhães Barata no aniversário de seu governo seja reproduzido nas páginas da Revista da Associação? Será que a permissão dos sócios do Instituto para fazer de sua Revista um instrumento de manipulação política está atrelada exclusivamente aos favores que o Instituto devia ao Estado devido aos incentivos que recebia para manter as atividades da Associação?

2.2.4) Patrocínio e poder público

Em 1938, José Malcher já havia assumido a Interventoria federal no Estado do Pará por conta da decretação do Estado Novo e continuava a garantir auxílios ao IHGP. A Revista do IHGP publicada nesse ano presta uma homenagem ao novo Interventor federal, reproduzindo em uma de suas primeiras páginas uma fotografia com a seguinte subscrição: “DOUTOR JOSÉ CARNEIRO DA GAMA MALCHER, **cidadão honrado e bom e espírito culto de juriconsulto**, que vem administrando o Pará desde Maio de 1935, já como governo constitucional e já como interventor, no Estado Novo” (RIHGP, 1938, sp., grifo nosso).



Enquanto vislumbramos, na Revista de 1938, uma tímida homenagem a José Malcher, a homenagem que se faz a Magalhães Barata é minuciosamente trabalhada: “Governo Magalhães Barata: *Areciação (sic!) Histórica*”. Enaltecendo a Interventoria de 1930-1935, Jorge Hurley, o autor da homenagem, enumera várias medidas tomadas pelo Interventor: a reincorporação de hectares de terra ao patrimônio do Estado: “Este relevante serviço, prestado pelo Interventor Magalhães Barata, ficará *ad-semper* registrado na História do Pará” (RIHGP, 1938, p. 536). Outro elogio do presidente do Instituto à Interventoria de Barata recai sobre a criação da Inspeção de Minas e Castanhais, “que *excellentés* resultados deu ao Estado”.

Além disso, Jorge Hurley destaca que o governo de Magalhães Barata estabeleceu o Serviço de Navegação do Estado; construiu estradas de rodagem; adquiriu alguns vapores (navios); aumentou o patrimônio imobiliário estadual através da apropriação de alguns prédios históricos; criou novos postos de saúde em Belém e no interior do Estado; executou melhoramentos no abastecimento de água potável; realizou a reforma de instrução primária pública; criou o Departamento de Educação Física e Escolas Normais Rurais; subvencionou a Escola de Engenharia.

Outras iniciativas de Magalhães Barata constam da reforma do prédio da Faculdade de Direito e do prédio do Ginásio Paraense; da aquisição de um laboratório para a Faculdade de Medicina. O governo também prestou auxílio ao IHGP, à Faculdade Livre de Odontologia, à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Pará, ao Instituto Gentil Bittencourt, ao Orfanato Antonio Lemos, ao Instituto Lauro Sodré, ao Museu Paraense (Emílio Goeldi). Instituiu o Juízo da Corregedoria; criou a Assistência Judiciária Cível; destinou benefícios à Colônia Reformatória de Cutijuba, à Associação Beneficente dos Funcionários do Pará; fundou uma Cooperativa comercial e fomentou suas atividades com um empréstimo que contraiu na Caixa Econômica Federal. Conclui Jorge Hurley que:

O governo *revolucionario* do Pará honrou os ideais da Revolução: foi um governo forte e progressista, *dahi* o prestígio de que goza em todo o Estado o tenente-coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que encarnou o mesmo governo em sua terra – a metrópole amazônica (RIHGP, 1938, p. 541).

Com essas palavras, o presidente do IHGP na época encerra a sua apreciação histórica acerca do primeiro governo de Magalhães Barata. Não devemos esquecer de que esse balanço é parte do livro de Jorge Hurley, *Noções de História do Brasil e do Pará* (1937), obra que contempla a ampliação da reforma da instrução pública do Estado do Pará ocorrida em 1933 cuja medida visou organizar o programa de História do Brasil e do Pará adotado no ensino primário:

A simples leitura do *programma actual* de ensino primário da Historia do Brasil e do Pará, despertou-me o desejo de ser útil aos distintos professores primários do Estado que, *difficilmente*, encontrariam, desdobrados em vários compêndios, todos os *themas* do programa (RIHGP, 1938, p. sp.).

No prefácio do livro de Jorge Hurley, assinado por Ophelia Boisson Levy Cardoso, a iniciativa do presidente do IHGP é louvada na medida em que seu livro torna-se: “... a verdadeira expressão da brasilidade”, sendo adotado nas Escolas pelos professores primários. Em outras palavras, todo esse elogio a Magalhães Barata, mesmo depois de sua deposição em 1935, é amplamente difundido nas salas de aula, isto é, esse livro torna-se um instrumento de formação de opinião acerca da Interventoria de Barata.

O afastamento de Magalhães Barata da Interventoria do Estado deu-se em função do abuso de poder, do incentivo à violência contra os dissidentes políticos e adversários, entre outros. O governo de José Malcher, assim como o de Magalhães Barata, também prestava auxílio ao IHGP, foi José Malcher que, inclusive, fomentou a publicação do livro de Jorge Hurley em 1937 e da Revista do IHGP em 1938. Se o elogio do Instituto ao governo de Magalhães Barata estivesse vinculado à troca de favores, a tendência mais criteriosa dos sócios do IHGP, a partir de 1935, seria a de destinar, a José Malcher o lugar que destinaram a Magalhães Barata, no período anterior, visto que o primeiro também destinava recursos para a manutenção do Instituto.

Além disso, José Malcher mantém uma relação conflituosa com o governo de Magalhães Barata, criticando abertamente a sua Interventoria, classifica-a como uma “perniciosa *actuação*”, baseada no “pessoalismo político” e no “caciquismo”, visto que, segundo José Malcher, na Interventoria de Magalhães Barata pôs-se “acima dos interesses *vitaes* da *patria* as ambições *pessoaes* de mando e poder” (MALCHER, 1948, p. 5).⁸⁷

A atuação de Magalhães Barata tão elogiada pelo presidente do IHGP, Jorge Hurley, por José Malcher fora bastante criticada:

Effectivamente, Senhores Deputados, **a organização vigorante subordinou de tal forma a administração municipal ao Executivo do Estado** que,

(absorveu) o Estado 34 a 40 % das rendas dos municípios **á título** de contribuições para educação, saúde, Departamento dos Negócios *Municipaes*, agricultura, *radios*, arrecadação de créditos pela Recebedoria e serviços de navegação, além de outras destinados a instituições diversas: Museu Paraense, Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Ibid., 1948, p. 6, grifo nosso).

⁸⁷ Esses trechos que seguem correspondem à mensagem de José Carneiro da Gama Malcher apresentada à Assembléia Legislativa do Pará em 16 de julho de 1936, em Belém/PA.

Para o IHGP, não poderia Magalhães Barata ser esquecido ou apenas lembrado como “ditador”, como afirma Maroja Neto, então presidente do Tribunal Superior de Justiça do Estado: “A sua administração, mesmo no *regimem dictatorial findo*, sempre se exerceu num ambiente desafogado, contribuindo para isso o *prestigio* e acatamento que V. Exc^a. tem dispensado às decisões do Poder Judiciário” (RIHGP, 1938, p. 539, grifo nosso).

Ainda que o Instituto contasse com o auxílio do governo de José Malcher, e os sócios do IHGP tivessem acesso às críticas acerca do mandonismo político de Magalhães Barata, o elogio a sua primeira Interventoria (1930-1935) persiste no discurso que é amplamente difundido na Revista do IHGP, mesmo depois de seu afastamento em 1935.

Defendemos, portanto, que todo elogio ao governo de Magalhães Barata está fundamentado no imaginário revolucionário do movimento de 1930, condicionando a atuação de Barata à vitória da Revolução de 1930. Em outras palavras, em torno do primeiro governo de Magalhães Barata construiu-se um apelo muito forte à tradição revolucionária. Compreendemos a aproximação deliberada entre o IHGP e o Estado⁸⁸ durante a primeira Interventoria de Magalhães Barata, como uma estratégia necessária para a sobrevivência de ambas instituições. Acreditamos que essa fidelidade por parte do Instituto a Magalhães Barata não se encontra apenas no plano da simples troca de favores; ela vai muito além de barganhas.

2.3) OS SUJEITOS HISTÓRICOS

Os indivíduos só podem ser pensados como “sujeitos” quando inseridos em um plano coletivo, isto é, na dimensão social onde interagem uns com outros. Entendemos “sujeito (como) o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (TOURAINÉ, 1992 apud. CASTELLS, 1999, p. 26). O que isso significa? Quando utilizamos o conceito de “sujeitos”, não estamos referindo-nos a “indivíduos” particularizados e deslocados da esfera social, mas estamos referindo-nos a indivíduos com “identidades” construídas.

⁸⁸ Ver nota de rodapé nº 7 (sete) de BORGES, 1998, P. 440: “... Também se assinala como importante a aproximação de Getúlio Vargas e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); ver Lucia M.P. Guimarães, *História em debate*, Anais do XVI Simpósio da ANPUH, Rio de Janeiro, 22 a 26 de jul. 1991, p. 73-82. Ver Ângela M.C. Gomes, *História e Historiadores*, Rio de Janeiro, fgv, 1996”.

As identidades envolvem processos de autoconstrução e individuação que organizam significados e não devem ser confundidas ou mesmo reduzidas aos papéis que os indivíduos desempenham na sociedade, visto que os papéis são definidos a partir de normas estruturadas por instituições e organizações da sociedade, cuja influência sobre os indivíduos depende de negociações com esses mesmos indivíduos. A abrangência das identidades é mais ampla do que a dos papéis porque constituem fontes de significados criados pelos próprios atores sociais, significados que se originam e são construídos a partir do processo de individuação desses mesmos atores (GIDDENS, 1991 apud. CASTELLS, 1999, p. 23).

Os sujeitos históricos que pretendemos capturar nesta dissertação são os intelectuais “sócios” do IHGP, cuja identidade está diretamente ligada ao processo de construção da autonomia intelectual na Amazônia. Resta esclarecer, que fazemos referência à autonomia intelectual no sentido de não haver uma preocupação sistemática por parte de tais intelectuais em inserir a sua produção a uma escola intelectual, a um método de abordagem ou mesmo a um sistema de pensamento determinado; o discurso que prevalece na década de 1930 é a preocupação com o “resgate” da história da Amazônia e do Pará.

2.3.1) Cultura e política e os agentes do Estado

Desde a fundação do IHGP em 1900, a composição dessa Casa já refletia a intercessão entre a intelectualidade paraense e a política, quer no exercício de funções públicas ou no âmbito das associações político-partidárias. Dentre os membros-fundadores do Instituto tanto em 1900 quanto em 1917, encontravam-se importantes agentes públicos como Antônio José de Lemos, que foi intendente de Belém, presidiu a Câmara Municipal e foi também senador; Justo Chermont que foi governador do Estado em 1890; José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó), primeiro intendente de Belém eleito diretamente em 1891; Enéas Martins, governador do Estado que promulgou a nova Constituição do Estado em 1914; Lauro Sodré que ocupou o governo do Estado em 1917; além dos desembargadores Augusto Borborema e Napoleão Simões de Oliveira com expressa participação na política paraense.⁸⁹

Na década de 1930, outros nomes podem ser evocados nessa mesma condição como o de Abguar Bastos; Abelardo Condurú; Alcebíades Buarque; Adolpho Pereira Dourado; Antonio Souza Castro; Domingos e Adalberto Acatuassú Nunes; Ernesto Cruz;

⁸⁹ Cf. os nomes citados no Quadro 1, na página 24/25, desta dissertação.

Eurico Valle; Frederico Villar; Fulgencio Simões; Jacob Cohen; Paulo Maranhão; Nilo Matos; Barroso Rebello; Leandro Pinheiro; Maroja Neto; Ismaelino de Castro; Avertano Rocha; Nogueira de Faria; Paulo Eleutherio; Arthur Porto; José da Gama Malcher; entre outros.

Os intelectuais do IHGP formavam a “elite letrada” do Estado do Pará na época e se mantinham vinculados à Associação, em sua maioria, muito mais por conta de sua atuação no âmbito da política do que mesmo por conta de sua atuação intelectual, artística ou literária. Claro está que alguns sócios conquistaram reconhecimento na Instituição devido a sua vasta produção tanto no domínio da geografia e da história, como também de outras ciências. Alguns desses sócios chegaram inclusive a desempenhar funções de diretoria ou coordenação em instituições de natureza acadêmica e/ou educacional.

Evocamos o nome de Jacques Huber que foi escolhido pelo próprio Emilio Goeldi para dirigir a seção de Botânica do Museu fundado pelo primeiro, o qual recebeu seu nome. Depois, Jacques Huber assumiu a direção do Centro de Estudos da Amazônia. Dentre sua vasta produção, suas obras principais são: *Arboretum Amazonicum*; *Materias para a Flora Amazônica*; *Matas e Madeiras Amazônicas*; *A viagem em companhia do Dr. Goeldi ao Contestado* (1895); *Excursões à ilha de Marajó* (1896); *Viagem ao rio Capim e Viagem ao Ceará* (1897); *Viagem ao Ucaili e Hualaa e Viagens a Santarém e Monte Alegre, ao Salgado e ao rio Guamá* (1898); *Viagem ao rio Aramã (Marajó)* (1900); *Excursão a Marajó, Camaran* (1902); *Excursão a Santo Antônio do Prata* (1903); *Viagem ao rio Purus e Baixo Acre* (1904).⁹⁰

Já no contexto da década de 1930, citamos o nome de Carlos Estevam de Oliveira, que esteve atuando no interior da Associação desde 1917. Apesar de ter ampla projeção na política paraense, de ter sido promotor em Alenquer (PA) e prefeito de Segurança Pública de Belém em 1913, foi diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi no período de quatorze anos de 1930 a 1945⁹¹.

Outro nome que evocamos é o de Genuíno Amazonas de Figueiredo, presidente do IHGP em 1932. Ele ocupou importantes funções na magistratura como promotor público da Comarca de Cintra (atualmente Maracanã/PA), como juiz substituto em Cametá/PA, procurador judicial e procurador geral do Pará. Também exerceu importantes cargos políticos,

⁹⁰ Cf. ROCQUE, 1968, p. 863/864.

⁹¹ Cf. ROCQUE, 1968, p. 658.

como secretário de Justiça, Interior e Instrução, foi senador por duas vezes, deputado estadual e secretário geral do Estado.

Apesar de sua decisiva atuação na política e na magistratura, Genuíno Amazonas de Figueiredo exerceu o magistério por longos anos na cátedra de “Legislação Comparada do Direito Privado” e de “Teoria e Prática de Processo Criminal”, além de membro da Academia Paraense de Letras, foi um dos fundadores da Escola “Teixeira de Freitas” e diretor do Colégio Paes de Carvalho e da Faculdade de Direito, publicou a obra *Tratado de Direito Romano*, que teve forte repercussão em âmbito nacional.⁹²

O nome de Henrique Jorge Hurley também tem de ser citado, pois foi o presidente do IHGP com maior número de trabalhos publicados na Revista da Associação. Depois de cumprir sua carreira militar, teve vasta atuação na magistratura, Jorge Hurley foi também membro da Academia Paraense de Letras e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo. Dentre suas obras: *A Cabanagem*, *Traços Cabanos*, e *História do Brasil e do Pará*⁹³ são as principais.

A produção dos intelectuais do IHGP, quase em sua totalidade, estava vinculada à política. Essa inferência pode ser comprovada através dos dados que são apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 3: HISTÓRIA E POLÍTICA					
Produção	1931	1932	1933	1934	1936
Conferências, discursos ou palestras	2/17	2/19	1/13	4/11	8/13
Trabalhos históricos ou historiográficos	6/17	7/19	6/13	4/11	2/13
Biografias	0/17	1/19	2/13	0/11	1/13
Total	8/17	10/19	9/13	8/11	11/13

⁹² Cf. Ibid., p. 716.

⁹³ Cf. Ibid., p. 865.

Para definimos a natureza da produção dos sócios do IHGP na Revista da Associação: (1) Consideramos conferências, discursos, palestras e biografias apenas os trabalhos identificados como tais, os demais trabalhos estão identificados como “Trabalhos históricos ou historiográficos” e “Biografias”; (2) A produção que consideramos vinculada à política trata de eventos de natureza política e/ou militar, vultos ligados à história política do Brasil, da Amazônia e do Pará, e argüições dos sócios sobre a situação política da época; (3) não inserimos a Revista de 1938 no quadro, visto que tal volume contemplou em sua íntegra a publicação da obra de Jorge Hurley, *História do Brasil e do Pará*. Resta esclarecermos que tal obra foi construída totalmente em uma perspectiva de história política.

A partir de 1931, a produção sobre história política cresce na Revista do IHGP; se em 1931, os trabalhos com viés político não conseguem chegar a 50 % dos trabalhos publicados, em 1933, eles já chegam a quase 70 %, em 1934, eles superam 70 % e em 1936, superam 80 % dos trabalhos publicados.

2.3.2) Diretorias

Na década de 30, as diretorias eram formadas pelos cargos de: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, orador, tesoureiro e bibliotecário. Em 1931, para o cargo de presidente foi eleito Luiz Estevão de Oliveira, que estava ocupando o cargo de orador na diretoria anterior. Ele deveria servir no biênio de 1931/1932, mas não foi empossado, assumindo, o vice-presidente, Luiz Barreiros, que meses depois foi eleito presidente. Em dezembro de 1931, com a renúncia de Luiz Barreiros, foi eleito para o cargo, Genuíno Amazonas de Figueiredo, que permaneceu na presidência por todo ano de 1932. Em um intervalo de dois anos, três membros foram eleitos para a presidência do IHGP (um não empossado), fato que não se repetiu durante os anos seguintes após a eleição de Henrique Jorge Hurley.

A partir de 1932, Henrique Jorge Hurley foi eleito à presidência e reeleito consecutivamente por toda década de 30. Antes de se tornar presidente, já tinha sido eleito para o cargo de vice-presidente devido à ascensão de Luiz Barreiros em 1931 (vice-presidente) à presidência do Instituto. Jorge Hurley permaneceu como vice-presidente até 1932. Após ter sido empossado na presidência, Jorge Hurley foi substituído na vice-

presidência por Raymundo Avertano Barreto da Rocha que o acompanhou nesse cargo de 1933 até 1936. Em 1937, Jorge Hurley continuou no mesmo cargo de presidente, assumindo a vice-presidência Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves de 1937 a 1939.

Um importante cargo dentro do Instituto, era o de primeiro secretário, visto que o segundo secretário só assumia em situações emergenciais em que o primeiro não podia estar presente. Para esse cargo, Paulo Eleutherio Álvares da Silva foi eleito em 1931 para a diretoria que deveria servir no biênio de 1931/1932 e permaneceu nesse mesmo cargo até

QUADRO 4: DIRETORIAS 1931-1939

1934. A partir de 1934, tal cargo passou a ser exercido até 1936 por José C. da Cunha Coimbra. No cargo de segundo secretário permaneceu Adolfo Pereira Dourado de 1931 até 1936, sendo em seguida substituído por Raul Vespasiano Carneiro de Mattos em 1936. Para os anos de 1937 a 1939, foi eleito Ernesto Cruz como primeiro secretário e como segundo secretário, José Alves Maia que já fazia parte do conselho diretor da associação.

O cargo de orador foi o que foi representado por mais sócios, durante o período de nove anos, assumiu quatro diretores diferentes. Eleito para o cargo de orador em 1931, assumiu José Thomaz de Aquino Menezes que por ter de se ausentar do estado, foi substituído em 1932 pelo coronel Apollinário Pinheiro Moreira. Em 1935, tal cargo foi assumido por Norões e Souza. E, em 1937, Paulo Eleutherio voltou a fazer parte da administração do Instituto, sendo eleito como orador para servir no período de 1937 a 1939. O cargo de orador tornou-se bastante relevante no Instituto, devido à força da retórica dentro das instituições inspiradas nas tradições do século XIX.

Quanto ao cargo de tesoureiro, não há sequer uma única mudança durante o período de 1931-39, visto que esse cargo foi desempenhado nesse recorte pelo mesmo sócio efetivo, Raymundo Fellipe de Souza. No cargo de bibliotecário, de 1931 a 1934, foi empossado Cunha Coimbra. Ao ser eleito como primeiro secretário, Cunha Coimbra foi substituído por Adalberto C. Lassance Cunha que assumiu o cargo de bibliotecário até 1936. Para os anos de 1937 a 1939, foi eleito Adolpho Pereira Dourado.

CARGOS	1931	1932	1933-34	1935	1936	1937-39
Presidente de Honra	Lauro Nina Sodré e Silva; e Henrique Americo de Santa Rosa (Presidente honorário)	Lauro Nina Sodré e Silva; Henrique Americo de Santa Rosa	Lauro Nina Sodré e Silva (Sócio-fundador); Joaquim de Magalhães Barata	Lauro Nina Sodré e Silva	Dr. Lauro Nina Sodré e Silva (Sócio-fundador)	Lauro Nina Sodré e Silva (Sócio-fundador); Joaquim de Magalhães Barata; e José Carneiro da Gama Malcher
Sócio Honorário				Joaquim de Magalhães Barata	Joaquim de Magalhães Barata (Consolidador e protetor do Instituto)	
Presidente	Dr. Luiz Barreiros	Genuíno Amazonas de Figueiredo	Henrique Jorge Hurley	Henrique Jorge Hurley	Henrique Jorge Hurley	Henrique Jorge Hurley
Vice-presidente	Henrique Jorge Hurley	Henrique Jorge Hurley	Raymundo Avertano Barreto da Rocha	Raymundo Avertano Barreto da Rocha	Raymundo Avertano Barreto da Rocha	Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves
1º Secretário	Paulo Eleutherio Alvares da Silva	Paulo Eleutherio Alvares da Silva	Paulo Eleutherio Alvares da Silva	José C. da Cunha Coimbra	Ernesto Cruz	Ernesto Cruz
2º Secretário	Adolpho Pereira Dourado	Adolpho Pereira Dourado	Adolpho Pereira Dourado	Adolpho Pereira Dourado	Raul Vespasiano Carneiro de Mattos	José Alves Maia
Orador	José Thomaz Aquino de Menezes	Appollinário Pinheiro Moreira	Apollinário Pinheiro Moreira	Appollinário Pinheiro Moreira	Norões e Souza	Paulo Eleutherio
Tesoureiro	Raymundo Felipe de Souza	Raymundo Felipe de Souza	Raymundo Felipe de Souza	Raymundo Felipe de Souza	Raymundo Felipe de Souza	Raymundo Felipe de Souza
Bibliotecário	Não havia esse cargo	José C. da Cunha Coimbra	José C. da Cunha Coimbra	Adalberto C. Lassance Cunha	Adalberto C. Lassance Cunha	Adolpho Pereira Dourado

Para visualizar melhor os membros das diretorias de 1931 a 1939, apresentamos um quadro com os nomes de todos os sócios e seus respectivos cargos, destacando as mudanças no interior das diretorias⁹⁴:

2.3.3) Conselhos diretores

⁹⁴ Essas diretorias foram eleitas após a Revolução de 1930.

Assim como as diretorias reúnem cargos, assim também os conselhos diretores do IHGP subdividiam-se em comissões: I - História e Arqueologia; II - Geografia e Etnografia; III - Admissão de sócios; IV - Finanças sociais; V - Filatelia e Numismática, VI – Redação da Revista. Essas comissões tinham a finalidade última de manter as atividades do IHGP conforme as atribuições específicas de cada uma delas, eram sócios-membros dessas comissões:

a) Comissão de “História e Arqueologia”: mantiveram-se vinculados a essa comissão de 1930 a 1932, os membros Carlos Estevão de Oliveira, Augusto Octaviano Pinto e Raymundo Avertano Barreto da Rocha e como suplente Paulo Eleutherio Álvares da Silva. Em 1932, dos três sócios citados permaneceu apenas Carlos Estevão de Oliveira, ingressando Fulgencio Simões e Argemiro Orlando Pereira Lima. Não conseguimos ter acesso aos nomes dos membros que formaram essa comissão entre 1935 e 1937. Acerca desse período, tivemos acesso apenas à lista dos sócios do conselho diretor e os membros que constam nessa lista não correspondem aos já citados. De 1937 a 1939, compuseram a comissão os antigos membros Carlos Estevão de Oliveira, Fulgencio Simões e Argemiro Orlando Pereira Lima.

b) Comissão de “Geografia e Etnografia”: no período de 1930 a 1932, tal comissão foi composta por Alcebíades Buarque de Lima, Augusto Eduardo Pinto e Domingos Acatauassú Nunes e pelo suplente José Coutinho de Oliveira. De 1932 a 1934, permaneceram Alcebíades Buarque de Lima e Augusto Eduardo Pinto e o membro Domingos Acatauassú Nunes foi substituído por Manoel Buarque. Quanto aos membros que serviriam na comissão de 1935 a 1937, já relatamos nossa dificuldade em identificar cada comissão e seus respectivos membros; porém, verificamos apenas o nome de Domingos Acatauassú Nunes como membro do conselho diretor nesse período. Nos anos de 1937 a 1939, a comissão voltou a congregar Alcebíades Buarque de Lima, Augusto Eduardo Pinto e Manoel Buarque.

c) Comissão de “Admissão de sócios”: à comissão de 1930 a 1932, estavam vinculados José Ferreira Teixeira, Angelino Rodrigues de Lima e Adalberto Lassance Cunha e como suplente José Coelho de Alverga. Para os anos de 1932 a 1934, serviram na comissão Angelino Rodrigues de Lima, Adalberto Lassance Cunha e ingressou um novo membro José Coutinho de Oliveira no lugar de José Ferreira Teixeira. No período de 1935 a 37, entre os membros que fizeram parte da comissão até então, consta apenas o nome de Angelino Rodrigues Lima. De 1937 a 1939, formaram novamente a comissão Angelino Rodrigues de Lima, Adalberto Lassance Cunha e José Coutinho de Oliveira.

d) Comissão de “Finanças sociais”: de 1930 a 1932, serviram à comissão “Finanças sociais”: Apollinário Pinheiro Moreira, José Coutinho de Oliveira, Archimimo Pereira Lima e como suplente, Sylvestre Monteiro Falcão. Nos anos de 1932 a 1934, foi a vez de José Rodrigues Pereira, Raul Vespasiano Carneiro de Matos e Joaquim Nilo D. Mattos. Entre 1937 e 1939, a comissão foi formada pelos mesmos membros.

e) Comissão “Filatelia e Numismática”: criada em 1932, foi a última comissão formada no interior do IHGP. Foi composta até 1934 por Raul da Costa Braga, Clotario de Alencar e Antonio Teixeira Gueiros. No conselho diretor de 1935 a 1937, aparece apenas o nome de Raul da Costa Braga. E no período de 1937 a 1939, voltaram a servir à comissão Raul da Costa Braga, Clotario de Alencar e Antonio Teixeira Gueiros.

f) Comissão “Redação da Revista”: nos anos de 1930 e 1931, essa comissão era formada por Abguar Bastos, João Penna de Carvalho, Jorge Hurley e Paulo Eleutherio que estavam sob a direção de Luiz Barreiros, presidente do Instituto. Esses membros foram responsáveis pela organização do volume VI da Revista do IHGP, correspondente ao primeiro semestre do ano de 1931. No ano de 1932, a comissão abrangia os mesmos redatores citados, mas sob a direção do novo presidente do Instituto, Genuíno Amazonas de Figueiredo. Sob os esforços dessa comissão de redação, publicou-se o volume VII, do primeiro semestre de 1932. Em 1933, formaram a comissão João Penna de Carvalho, Paulo Eleutherio, Alcebíades Buarque de Lima e Cunha Coimbra. Jorge Hurley que era um dos redatores, ao tornar-se presidente do Instituto, ascendeu à direção da comissão.

A seguir, reunimos os nomes de todos os membros que compuseram o conselho diretor do IHGP, desde 1930 a 1939:

QUADRO 5: CONSELHOS DIRETORES 1930-1939

1930-31	1931-32	1932-34	1935-36	1937-39
1-Abguar Bastos 2-Adalberto Lassance Cunha 3-Alcebíades Buarque de Lima 4-Angelino Rodrigues de Lima 5-Apollinário Pinheiro Moreira 6-Archimimo Pereira Lima 7-Augusto Eduardo Pinto 8-Augusto Octaviano Pinto 9-Carlos Estevão de Oliveira 10-Domingos Acatauassú Nunes 11-João Penna de Carvalho 12-Jorge Hurley 13-José Coutinho de Oliveira 14-José Ferreira Teixeira 15-Luiz Barreiros 16-Paulo Eleutherio 17-Raymundo Avertano Barreto da Rocha Suplentes 1-José Coelho de Alverga 2-José Coutinho de Oliveira 3-Paulo Eleutherio 4-Sylvestre Monteiro Falcão	1-Abguar Bastos 2-Adalberto Lassance Cunha 3-Alcebíades Buarque de Lima 4-Angelino Rodrigues de Lima 5-Apollinário Pinheiro Moreira 6-Archimimo Pereira Lima 7-Augusto Eduardo Pinto 8-Augusto Octaviano Pinto 9-Carlos Estevão de Oliveira 10-Domingos Acatauassú Nunes 11-Genuíno Amazonas de Figueiredo 12-João Penna de Carvalho 13-Jorge Hurley 14-José Coutinho de Oliveira 15-José Ferreira Teixeira 16-Paulo Eleutherio 17-Raymundo Avertano Barreto da Rocha	1-Adalberto Lassance Cunha 2-Alcebíades Buarque de Lima 3-Angelino Rodrigues de Lima 4-Antonio Teixeira Gueiros 5-Argemiro Orlando Pereira Lima 6-Augusto Eduardo Pinto 7-Carlos Estevão de Oliveira 8-Clotario de Alencar 9-Fulgencio Simões 10-João Penna de Carvalho 11-Joaquim Nilo D. Mattos 12-Jorge Hurley 13-José Coutinho de Oliveira 14-José da Cunha Coimbra 15-José Rodrigues Pereira 16-Manoel Buarque 17-Paulo Eleutherio 18-Raul da Costa Braga 19-Raul Vespasiano Carneiro de Matos	1-Adalberto Acatauassú Nunes 2-Alcebíades Buarque de Lima 3-André Benedetto 4-Angelino Rodrigues Lima 5-Antonio José Cerqueira Dantas 6-Arnaldo Augusto da Matta 7--Domingos Acatauassú Nunes 8-Eladio da Cruz Lima 9-Ettore Bosio 10-Flavio Corrêa de Guamá 11-Florêncio Dubois 12-Francisco da Cunha Coutinho 13-João Penna de Carvalho 14-Jorge Hurley 15-José Alves Maia 16-José da Cunha Coimbra 17-Manoel Braga Ribeiro 18-Raul da Costa Braga 19-Raymundo Tavares Vianna 20-Waldir Acatauassú Nunes	1-Adalberto Lassance Cunha 2-Adolpho Pereira Dourado 3-Alcebíades Buarque de Lima 4-Angelino Rodrigues Lima 5-Antonio Teixeira Gueiros 6-Argemiro Orlando Pereira de Lima 7-Augusto Eduardo Pinto 8-Carlos Estevão de Oliveira 9-Clotario de Alencar 10-Ernesto Cruz 11-Fulgencio Simões 12-Joaquim Nilo de Matos 13-Jorge Hurley 14-José Coutinho de Oliveira 15-José Rodrigues Pereira 16-Manoel Buarque 17-Paulo Eleutherio 18-Raul da Costa Braga 19-Raul Vespasiano Carneiro de Matos 20-Raymundo Avertano Barreto da Rocha

2.3.4) A renovação nos quadros institucionais do IHGP

O levantamento que ora apresentamos acerca dos membros das diretorias e dos conselhos diretores do IHGP no período de 1930 a 1939 serviu-nos para repensar a dinâmica no interior do Instituto. A disposição de cargos e comissões da Associação conservou a mesma estrutura durante a década de 30, quanto à atuação dos intelectuais nas diretorias, o que observamos é que se conservam praticamente os mesmos sujeitos em cena. Quando se realizavam eleições para a posse de uma nova diretoria, muitos sócios eram reeleitos para os mesmos cargos ou para outros cargos. Nos conselhos diretores, a situação configurou-se de uma forma um pouco diferenciada.

QUADRO 6: RENOVAÇÃO DOS QUADROS ADMINISTRATIVOS				
Diretorias				
Anos	1931-32	1932-34	1935-36	1937-39
Total de membros	9	8	10	7
Membros novos	3	1	3	2
Renovação (%)	33,33	12,5	30	28,57
Conselhos diretores				
Anos	1931-32	1932-34	1935-36	1937-39
Total de membros	17	19	20	20
Membros novos	1	10	13	2
Renovação (%)	5,88	52,63	65	10

Comparando os índices de renovação dos sócios do Instituto que fizeram parte das diretorias e dos conselhos diretores durante a década de 30, observamos que nos quadros administrativos do IHGP, em 1931-1932, o índice de renovação de membros nas diretorias superou o índice nos conselhos diretores, porém essa renovação não foi significativa, pois, permaneceu das diretorias anteriores quase 70% dos membros; nos conselhos diretores a renovação ocorreu em menos de 6%.

Já em 1932-1934, a situação inverteu-se, o índice de renovação de membros nos conselhos diretores superou o índice nas diretorias, visto que nos conselhos diretores houve uma renovação em mais de 50% quanto aos membros das comissões anteriores; nas diretorias, as mudanças ainda foram ínfimas, permanecendo mais de 80% dos membros já eleitos.

Em 1935-1937, ocorreu a maior renovação nos quadros administrativos do IHGP. No interior dos conselhos diretores houve uma renovação em 65% do número de seus membros; nas diretorias como contraponto permaneceu 70% dos membros. Somente nos anos de 1937 a 1939, o índice de renovação nas diretorias voltou a superar o índice nos conselhos diretores. Se nas diretorias a renovação foi de quase 30%, nos conselhos diretores ela atingiu apenas 10%.

QUADRO 7: ÍNDICE DE RENOVAÇÃO (%)					
Quadros administrativos	1931-32	1932-34	1935-36	1937-39	Média
Diretorias	33,33	12,5	30	28,57	26, 1
Conselhos diretores	5,88	52,63	65	10	41,93

A maior renovação que ocorreu na esfera das diretorias foi no biênio de 1931/1932 que representa sem dúvida os ventos “renovadores” da Revolução de 1930, ou melhor, que contempla o processo de ascensão de Magalhães Barata ao governo do Estado. Nos conselhos diretores, o maior índice de renovação ocorreu em 1935/1936, que contempla o processo de afastamento de Magalhães Barata da Interventoria do Pará.

Em um apanhado mais geral, durante a década de 30, a média de renovação foi cerca de 26 % nas diretorias e cerca de 42 % nos conselhos diretores. No entanto, isso não é o bastante para sustentarmos que houve, na década de 1930, uma grande renovação nos quadros administrativos do Instituto. Em verdade, levando em consideração o recorte de 1930 a 1939, sustentamos que não ocorreram grandes mudanças nos quadros institucionais do IHGP, nem do ponto de vista administrativo nem do ponto de vista social. É só atentarmos para a conclusão de Paulo Eleutherio, secretário perpétuo do IHGP, no relatório do biênio 1931-1932 oferecido aos seus consócios e ao governo do estado:

O nosso quadro social vinha repousado, ha muitos annos, apenas registando alguma vez o ingresso de novos sócios. A essa situação chegamos a *attribuir*, no começo da nossa administração, a vida pouco operosa do Instituto, no desdobramento de suas finalidades *sociaes*, parecendo mesmo que pela falta de renovação dos quadros de sócios bem que *exgottavam* ou se deprimiam as suas forças.

E, nesse pressuposto, cuidamos de trazer ao Instituto novos sócios, incumbindo-se desse trabalho de propaganda e cooperação o nosso consocio Jorge Hurley no seu *elogiavel proposito* de *injectar* novas energias no organismo social.

Nos primeiros instantes dessa renovação, assim pareceu *succeder*, mas volvidos alguns mezes de trabalho, verificamos que, dos elementos novos, apenas uma reduzida facção *comprehendera* o nosso intuito, no acolhimento *benevolo* que a todos prestamos. **Muitos apenas compareceram á sessão em que eram empossados e outros ainda não nos deram esse prazer...** (RIHGP, 1933, p. 253, grifo nosso).

Os esforços de Jorge Hurley, portanto, em renovar as forças no “organismo social” não foram suficientes para trazer novos sujeitos para a Associação, isto é, os ditos “novos tempos” da Revolução brasileira (1930) não foram capazes de estimular a entrada de novos sócios para IHGP, a “novidade” praticamente restringia-se ao discurso político difundido no interior da Associação.

Apesar de concordamos com Mônica P. Velloso (2003, p. 147), de que a Revolução de 1930 é um momento de crise que provoca mudanças históricas profundas. Nessa mesma perspectiva de crise e de mudanças, o período de 1930 é pensado por Maria Helena Capelato:

A década de 1930, (...), foi um período de grandes mudanças no país. Depois da “Revolução”, abriu-se um leque de possibilidades de caminhos e vários setores sociais propunham medidas diferentes para solucionar a crise que se abatera sobre o país (2003, p. 113/114).

Segundo Marly de A. Vianna, as transformações provocadas pela Revolução de 1930 foram sim significativas porque a Revolução de 1930 rompeu com a hegemonia da oligarquia cafeeira em especial da paulista (Cf. VIANNA, 2003, p. 67). Sugerimos, contudo, que as mudanças no interior do IHGP não acompanharam a mesma dinâmica política que se estruturou a partir da Revolução de 1930. Os quadros institucionais do IHGP podem ser tomados como exemplo dessas continuidades. Mas quanto à concepção de Amazônia construída por esses sujeitos históricos? Há novas representações de Amazônia introduzidas em 1930 pelos intelectuais sócios do Instituto? Essa é a questão que buscamos responder no próximo e último capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO III

3) VISÕES DA AMAZÔNIA: ENTRE NATUREZA E CIVILIZAÇÃO

A Amazônia, espaço histórico sobre o qual se produziram os mais diversos tipos de sentidos, torna-se, na nossa contemporaneidade, objeto especificamente privilegiado de intensa disputa discursiva travada pela miríade de atores que buscam, de diferentes contextos, dar uma definição, como que a última palavra sobre o que consideram o *real* significado desta região (DUTRA, 2002, p. 1, grifo do autor).

Assim Manuel Dutra inicia o artigo⁹⁵ que escreveu no ano de 2002 sobre a hipótese de trabalho em sua Tese de Doutorado, na qual o autor analisa os discursos presentes na mídia contemporânea acerca da região amazônica. Interessa a Dutra a busca por parte desses diferentes atores pelo “real” significado da Amazônia. Mas, ressaltamos que essa busca é bastante antiga; ela persiste ainda hoje nos discursos desses atores porque como salientou o autor, a Amazônia é um “espaço histórico” na medida em que só pode ser pensada a partir da relação entre “tempo-espaço”, isto é, como lugar de história.

O enfoque deste capítulo é para a Amazônia dos anos 30. Buscamos aqui compreender como a região amazônica foi concebida no discurso dos intelectuais vinculados ao IHGP, discurso esse que localiza tais sujeitos históricos como produtores de significados acerca da região em uma temporalidade social, na qual se constrói o imaginário da Revolução de 1930 e a legitimidade do Interventor de Magalhães Barata.

Devemos atentar para o fato de que, nesse contexto, a Amazônia aparece investida de representações e de conceitos próprios de uma historicidade, na qual se amadurece a retórica acerca das visões modernas da região. Com a força do apelo modernizador nos anos 30, a representação da Amazônia recrudescer como “natureza e civilização” através de um

⁹⁵ DUTRA, Manuel. *Re-vendo a Amazônia na TV: você já ou-viu como é difícil dizer coisas novas?* Belém: NAEA, 2002. Esse artigo é um resumo da tese de doutorado de Manuel Dutra que nesse período ainda estava em fase de conclusão, tal artigo foi apresentado pelo referido professor no curso de especialização em Direito Ambiental e Políticas Públicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (CCJ/UFPA).

processo de recriação social onde a idéia de progresso torna-se a chave de compreensão dos significados produzidos pela intelectualidade acerca dessa região.

3.1) NASCE A AMAZÔNIA

Em 1556, publicou-se em Veneza uma carta escrita por Gonzalo Fernandez de Oviedo, “La navigazione del grandissimo fui me Maragnon”, datada de 20 de janeiro de 1543 e destinada a um humanista italiano, o cardeal Pietro Bembo⁹⁶. A importância desse documento para a história da Amazônia repousa essencialmente nos seguintes aspectos: (a) essa carta localiza pela primeira vez a Amazônia do século XVI⁹⁷ em uma escala planetária⁹⁸; (b) nesse documento, a região amazônica é apresentada como uma região autônoma em relação ao Brasil (na sua totalidade); (c) a Amazônia é vista a partir de suas possibilidades econômicas sendo equiparada à Ásia; (d) nesse documento, os europeus não são os únicos protagonistas citados no processo de construção da visão global da Amazônia; e (e) essa carta teve um amplo alcance.

Como sugere o título, essa carta é um relato de navegação construído sobre as águas do rio *Maragnon*⁹⁹. Nesse documento, Oviedo defende, após percorrer 1.700 léguas de água doce, que os rios da região amazônica são importantes vias de circulação, inclusive para os europeus, não somente devido as suas gigantescas dimensões, visto que de tão extensos poderiam ligar um hemisfério a outro, mas devido principalmente às facilidades de

⁹⁶ A análise desse documento foi uma iniciativa do professor Serge Gruzinski, na aula de 18/09/2006, como ministrante da disciplina “Da *World history* à história da Amazônia” ofertada pelo Programa de Pós-graduação em História no curso de Mestrado e Doutorado em História Social da Amazônia.

⁹⁷ Sabemos que a idéia de “Amazônia” é uma construção do século XIX. Porém, acreditamos que não há prejuízos quanto ao sentido no qual empregamos o termo, mesmo quando tratamos dos séculos XVI ao XVIII. Atualmente, a historiografia refere-se à Amazônia desse período como “Amazônia colonial”.

⁹⁸ O primeiro documento acerca da Amazônia que se tem ciência até então foi produzido por volta de 1541-1542. Trata-se do relato do dominicano frei Gaspar de Carvajal, expedicionário de Francisco de Orellana. Porém, a carta de Oviedo é mais importante devido aos aspectos que citamos e analisamos em seguida.

⁹⁹ Esse nome foi dado “... ao grande rio sul-americano [...] aceitando a explicação dada por Simão Estácio da Silveira, na *Relação Sumaria* [...] Juan Rodriguez, já em 6 de Abril de 1513, havia pronunciado o nome *Marañon*, mencionado logo depois por Anghiera, em uma carta datada de 18 de Dezembro do mesmo ano. E logo repetido por outras testemunhas do processo em 1515, vulgarizado por Anghiera, Enciso e Oviedo, em seus livros, esse nome suplantou inteiramente o de *Mar Doce*. Na edição de 1516, Anghiera, depois da passagem acima citada, intercalou uma outra, na qual fala de ‘Marañon, que parecia um Mediterrâneo’. Citando Anghiera ainda na sua obra *Opus Epistolarum* (Op. cit. pág. 51) o grande brasileiro transcreve este conceito, emitido por aquele escritor: ‘O nome indígena do rio é Marañon [...]’. THEODORO SAMPAIO (Op. cit.) diz no seu vocabulário *in verb*: ‘*Maranhão* – corrupção de mara-nhã, o mar que corre, alusão ao grande caudal Amazônico que simula um mar a correr. Alteração de maranã, paranã’” (RIHGP, 1917, p. 23, grifo do autor).

navegação. Com isso, a Amazônia passa a ser pensada como um lugar perfeitamente inserido na circunavegação do globo e não se encontra isolada do mundo europeu.

Ao aparecer como parte do globo, a Amazônia surge como uma região autônoma e não apenas como uma extensão do Brasil¹⁰⁰. No relato de Ouviedo, essa região possui grandes possibilidades econômicas, sendo até comparada à Ásia, pois, há presença abundante de “canela”, uma especiaria encontrada nas Índias e comercializada em grande escala; apesar da distinção estabelecida entre a canela da Ásia e a da Amazônia, segundo Ouviedo, essa especiaria encontrada na Amazônia em nada é inferior à da Ásia.

Outro aspecto interessante desse documento é o fato de se reconhecer a forte intervenção indígena nessa região; os índios são vistos por Ouviedo como partícipes do processo de construção dessa visão global da Amazônia, visto serem eles os principais informantes capazes de revelar a região ao olhar estrangeiro e, principalmente, serem eles os agentes a selecionar o que poderia ser conhecido pelos europeus. Os índios tinham o controle das informações, podendo manipulá-las conforme desejassem. Daí a difusão entre os europeus de muitas informações falsas concedidas deliberadamente pelos próprios índios ou informações inventadas e reinventadas a partir das crenças e rituais dos indígenas.¹⁰¹

Quanto ao alcance desse documento, ressaltamos que no contexto em que a carta foi publicada, Veneza era um dos mais movimentados portos comerciais da época, sendo a ponte mais importante que ligava a Ásia ao mundo europeu. Além disso, essa cidade italiana era o lugar que mais publicava livros, inclusive em outros idiomas que não o italiano. Isso sugere que a intensa circulação de pessoas proporcionava também uma intensa circulação de informações, e, conseqüentemente, revela-nos a ampla difusão desse documento. Assim como a carta de Pero Vaz de Caminha tornou-se a certidão de nascimento do Brasil para os portugueses, a partir da carta de Gonzalo Fernandez de Ouviedo nasce a Amazônia em amplitude global.

Ao longo dos quatro primeiros séculos a partir do “descobrimento” do Brasil muitos significados foram atribuídos à Amazônia e grande parte deles produzidos por

¹⁰⁰ Em 1512, o nome *Brasil* passou a ser amplamente utilizado para se referir à “América portuguesa”, portanto, quaisquer paragens localizadas nessa parte das Américas eram concebidas de forma totalitária: “Desde o início, portanto, na visão do europeu, o que viria a ser a Amazônia, com seus povos e diferentes culturas, não existia nem por si nem para si” (DUTRA, 1999, p. 56).

¹⁰¹ Persiste, nesse sentido, uma longa tradição literária muito comum nos relatos de viagens dos séculos XII a XIV, em que ver ou ouvir dizer que alguém viu não faz diferenças para que o relato seja aceito com veracidade. [...] Entre os séculos XIV e XVI, porém, ainda era comum, nas práticas literárias, os escritos tomarem-na por verdade, sem distinguir as informações que circulavam por meio da oralidade e o conhecimento observado de forma direta (GIMENEZ, 2001, p. 211).

naturalistas e viajantes com finalidades bastante específicas; segundo Flora Süssekind (1990, p. 20), se aos primeiros cabia “classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções”; aos últimos, a tarefa era de: “narrar, fixar tipos e quadros locais” (apud. ARRUDA, 2000, p. 71). Mas nenhum desses sujeitos históricos conseguiu esquivar-se do impacto causado pela “natureza” amazônica sobre a sua visão de mundo européia.

A Amazônia nasce para o mundo europeu a partir das águas. A penetração de rios desconhecidos e caudalosos ou a sucessão de embates com índios são descrições freqüentes que aparecem nos relatos de viajantes, cronistas, e naturalistas que visitaram a Amazônia. Mas o olhar estrangeiro não se deteve apenas à concretude da região. Eles reinventaram a Amazônia a partir do imaginário europeu: inclui-se aí o encontro com o reino de súditos e tributários das amazonas: “... as guardiãs desse Éden tropical” (GONDIM, 1994, p. 84). Descrevem o reino das amazonas como sendo: “... uma terra primaveril, edênica, rica em caça, pesca e frutos, esconde tesouros indescritíveis muito bem guardados pela sociedade de castas dominada por Conhori, a matriarca das mulheres lendárias” (Ibid., p. 86).

No relato do “Descobrimento do Rio das Amazonas”, provavelmente escrito pelo jesuíta Alonso de Rojas em 1637, durante a expedição de Pedro Teixeira, a região aparece mais rica em detalhes e representa a junção das visões catequista e mercantilista dos conquistadores. O rio é o eixo da narrativa de Rojas. Para ele, tal rio é cristão por se localizar em Quito, o centro irradiador da religião católica. Mas não é somente o reino espiritual do rio das amazonas e suas dilatadas províncias que é ressaltado pelo cronista; interessa também a Rojas a natureza com valor monetário e suas benesses do usufruto o que reforça a visão mercantilista européia: “A descrição das Amazonas é humanizada. È um rio humano. Amigo, prove tudo, por obra de Deus. Até ouro” (Ibid., p. 92). As amazonas, diferentemente da descrição de Carvajal, mostram-se dóceis aos expedicionários de Pedro Teixeira o que legitima a conquista pela Coroa espanhola e conseqüentemente pela fé católica.

Outro cronista que se detém a relatar o desfecho da viagem de Pedro Teixeira é o jesuíta Cristóbal de Acuña, reitor do Colégio de Arenca. Ele e o teólogo jesuíta Andrés de Artiega tornam-se representantes da Coroa espanhola junto à expedição de Pedro Teixeira. A descrição de Acuña constitui um ensaio do que viria a ser a ciência etnográfica do século XIX, devido às informações minuciosas e precisas acerca dos aspectos comerciais, históricos, e geo-políticos da penetração e posse das terras e as observações que fez acerca também da vida dos nativos do Novo Mundo. Acuña concebe essas paragens como o “Paraíso na Terra”, pois descreve a natureza e os indígenas formando um todo harmônico. Para ele, o rio é o

grande personagem dessa narrativa e as amazonas tomam parte na história dessa região, visto que em dão nome ao rio; estão presentes nos relatos dos outros viajantes; o que confirma, de acordo com Acuña, que esse rio é de fato povoado pelas amazonas.

Um outro olhar que se destaca na descoberta dessa Amazônia é a do francês La Condamine: “Eu não poderia terminá-la (sua expedição) sem ver a verdadeira foz do Amazonas, e sem seguir sua margem setentrional até o cabo Norte, onde acaba seu curso. Esta razão e várias outras me determinaram a ir do Pará a Caiena” (CONDAMINE, 2000, p. 113).

Depois de oito anos no Peru, La Condamine prefere descer o rio Amazonas através da rota mais difícil, enfrentando inclusive o perigo dos desfiladeiros do Pongo. A sua recompensa seria o desbravamento de uma via de circulação pouco conhecida dos estrangeiros devido às dificuldades de navegação. A viagem de La Condamine tinha interesses científicos. La Condamine a partir dos estudos que realiza sobre essa região, defende que a denominação “índio” não era adequada aos nativos dessas paragens, ele refere-se ao indígena como “americano”¹⁰². Utiliza a teoria do clima para explicar a diversidade cultural entre as nações ameríndias e a influência da ação dos colonizadores. Não acredita, portanto, na fé cristã como a unificadora das raças; acredita sim, que elemento unificador era o caráter dos nativos, pois se os costumes eram diversos, mas o caráter conserva-se o mesmo.

O pesquisador francês produz uma visão negativa acerca da região devido às nuvens de mosquitos que encontrou durante a viagem, mas positivamente descreve a diversidade na flora e fauna. Ele quer fazer erigir uma única verdade sobre as terras do Novo Mundo, “E a verdade repousava sobre as maravilhas da natureza tropical” (GONDIM, 1994, p. 121). Inclui-se nessas maravilhas a existência das amazonas, para La Condamine a teoria de transmigração dos povos incluía as amazonas, mas excluía do tronco indo-europeu o homem americano.

Diante do cenário natural, o olhar dos estrangeiros dividia o foco entre o homem e a natureza na Amazônia. Ao nativo “selvagem” ou “semi-civilizado”, ora era destinado um tratamento excludente como se ele fosse um estorvo à civilização, ora era destinado um tratamento didático que era reservado aos animais e plantas. Se ao longo dos quatro séculos, a visão alienígena considerou o nativo americano como o principal agente desarmonizador da ordem social instalada pelo branco (Cf. *Ibid.*, p. 133), é porque o homem da Amazônia

¹⁰² No volume VI da RIHGP, publicado no 1º Semestre 1931, Jorge Hurley, que se tornaria vice-presidente do IHGP no ano seguinte, dedica-se no trabalho intitulado “Pré-história Americana” (p. 1-100) ao desvendamento da origem do homem americano na Amazônia, contemplando nesse trabalho muitas dos comentários de La Condamine.

“desnudava a fragilidade do europeu nos trópicos” (Ibid., p. 133). A natureza “infernamente paradisíaca” (Ibid., p. 136) fez da Amazônia: “Para o estrangeiro, (...) a mescla do início e do fim, (...) o encontro dos opostos. (...) igualmente, o refúgio da insatisfação do homem diante de seus iguais” (GODIM, 1994, p. 138). Na primeira fase da RIHGP, como discutiremos mais à frente, essa visão aparece manifesta no discurso sobre a Amazônia.

3.2) DA REDESCOBERTA DA AMAZÔNIA

(...) o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) **uma página inédita e contemporânea do Gênese**”

(EUCLIDES DA CUNHA, 2000, p. 23, grifo nosso).

A visão de Amazônia, na obra de Euclides da Cunha (1861-1909)¹⁰³, pulsa através da natureza que se torna um dos elementos centrais da narrativa euclidiana: “(...) Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza” (EUCLIDES DA CUNHA, 2000, p. 146). A natureza aparece nos estudos realistas de Euclides da Cunha como a opositora do homem; é ela que dita o significado e o avanço da civilização na Amazônia.

A Amazônia é capturada por Euclides da Cunha através da observação atenta à flora e fauna, ao clima e aos rios da região, à paisagem natural: “A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza”; a fauna por outro lado é “singular e monstruosa” (2000: 116); o rio “É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra” (Ibid.: 120). Bem antes de Roderick Nash¹⁰⁴ sustentar que “a paisagem ao nosso redor” deveria ser

¹⁰³ Nomeado chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus pelo estadista Barão do Rio Branco, Euclides da Cunha partiu do Rio de Janeiro para Manaus em 13 de dezembro de 1904. O objetivo da Comissão era fazer um levantamento de dados acerca da região brasileira fronteiriça com o Peru, apresentando esses dados em um relatório para monitorar a demarcação das fronteiras entre o Peru e o Brasil. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, Euclides da Cunha foi também colaborador na imprensa nacional através da produção de artigos e ensaios. Especificamente, “Contrastes e Confrontos” e “À Margem da História” são os escritos de Euclides da Cunha acerca da Amazônia que forma reunidos no livro “Um Paraíso Perdido”, que Euclides da Cunha pretendia publicar, mas devido sua morte prematura, acabou deixando-o incompleto.

¹⁰⁴ NASH, Roderick. “Environmental history” em Herbert J. Bass, ed. *The state of American history* (Chicago, Quadrangle Press, 1970), pp. 249-260.

encarada “como um tipo de documento histórico” (apud. WORSTER, 1991, p. 200), Euclides da Cunha já atribui um valor histórico inquestionável à paisagem natural amazônica.¹⁰⁵

Quando Euclides da Cunha veio para a Amazônia esperava encontrar um paraíso intocável e perfeito, o Éden que foi descrito pelos viajantes, cronistas e naturalistas, porém, ele vislumbra um paraíso que se encontra “perdido da civilização”, ou melhor, ignorado pela civilização: “A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante” (EUCLIDES DA CUNHA, 2000, p. 123).

A natureza amazônica é capturada em sua forma imperfeita e instável como um “gigante adormecido ou recalçado”. A visão euclidiana reconhece o domínio da horizontalidade no espaço amazônico enquanto que a verticalidade, como elemento do discurso civilizador, é imperceptível nessa região. Daí entender a Amazônia a partir do binômio “civilização-natureza”.

A Amazônia parece estar na fronteira entre a “primeira” e a “segunda natureza” idealizadas por Cícero¹⁰⁶. Percebe-se na narrativa de Euclides da Cunha, a ressalva de que é necessário que a natureza amazônica chegue ao que Márcia Naxara (2001, p. 27/28) define como “terceira natureza”, representação cunhada no Renascimento que serviu para designar a natureza totalmente domesticada e submetida pelo homem, onde as intervenções humanas são essencialmente motivadas por valores estéticos, éticos e morais.

A visão de Euclides da Cunha congrega representações da natureza construídas no século XIX, isto é, representações construídas pelos “homens de ciência”¹⁰⁷. De acordo com Jacy Seixas e Stella Bresciani (2001, p. 13/14)¹⁰⁸, na primeira metade do século XIX, os naturalistas Saint-Hilaire, Rugendas, Debret e o recém criado IHGB defenderam representações da natureza orientadas pelas concepções do “belo” e do “pitoresco”. A concepção do “belo” e a do “pitoresco” sugerem uma natureza em que prevalece a beleza e a harmonia das formas. Já na segunda metade do século XIX e início do XX, articulam-se representações da natureza orientadas pela concepção do “sublime” que prima por uma natureza rigidamente marcada pelo exagero, pelo excesso, pela grandiosidade e pela

¹⁰⁵ Para lembrar Gilmar Arruda (2000, p. 163), o estudo do espaço na América Latina e a leitura de suas paisagens acabaram por influenciar na formação de uma identidade e de uma especificidade cultural e histórica das regiões.

¹⁰⁶ A “primeira natureza” é a natureza selvagem e indócil, a dona de si mesma e da história dos homens; a “segunda” consiste na natureza já trabalhada pelas mãos do homem e, portanto, sujeita à intervenção do homem.

¹⁰⁷ SCHWARCZ, 2005, p. 23-66.

¹⁰⁸ Em apresentação à obra de Márcia Naxara: “Cientificismo e sensibilidade romântica – em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX”.

maravilha. Desse modo, a natureza que revela o assombro, a incapacidade de total desvendamento e a ausência de diálogo está presente tanto em Silvio Romero quanto no próprio Euclides da Cunha. Segundo essa concepção, a natureza é hiperbolizada e enigmática. É dessa forma que a natureza amazônica é sentida por Euclides da Cunha em “À margem da História”.

Conferindo à Amazônia, enquanto cenário, “... um drama em que os personagens são os próprios agentes naturais” (SEVCENKO, 1983, p. 131), Euclides da Cunha desperta o país para a trama heróica e complexa que se desenrola na região, concebendo-a em uma perspectiva de conflito “... entre as águas e as terras, a selva e o homem” (Ibid., p. 131). Uma vez admitindo essa perspectiva, o traço inovador da visão euclidiana sobre a Amazônia repousa na interpretação da natureza como cenário e ao mesmo tempo como personagem ativo do processo de construção da identidade da região amazônica e também do processo de formação da nação brasileira.

E quanto às sociedades humanas? O homem da Amazônia é definido por Euclides da Cunha, como um “intruso impertinente” (2000, p. 116) no sentido em que a natureza não recebe nem o acomoda em sua casa como uma boa anfitriã. Por conta disso, Euclides da Cunha dá ênfase à disputa violenta que ocorre entre a natureza e o homem. Este, por sua vez, orienta todos os seus esforços para domar a natureza insubordinada, que se revolta contra ele.

Na região amazônica, Euclides da Cunha refere-se ao brasileiro como um “estrangeiro” em sua pátria. Se as Amazonas representam, para os viajantes, cronistas e naturalistas, as protagonistas da epopéia amazônica; para Euclides da Cunha, os principais personagens dessa epopéia são sem dúvida os seringueiros, os verdadeiros conquistadores da Amazônia. Porém, mesmo representando uma importância crucial nessa região, ao longo da história eles tornaram-se os entes espoliados e submetidos à violência cabal e simbólica do “paraíso diabólico dos seringais”¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Em sua maioria, proveniente do Nordeste brasileiro, os seringueiros vinham para a Amazônia para trabalhar nos seringais em busca de melhores condições de vida. Mas já chegavam endividados com o patrão, visto que contraíam dívida desde a sua saída, com as despesas de viagem. Chegando aos seringais, os seringueiros eram obrigados a comprar víveres, ferramentas e produtos nos barracões dos seringalistas, destinando toda a borracha que extraíam exclusivamente ao dono dos seringais em que se encontravam. O princípio norteador das relações entre esses atores sociais, isto é, seringueiros e seringalistas, era a dívida do primeiro. Segundo Roberto Santos: “... ‘Estar em débito’ significava apresentar saldo devedor nas contas do seringalista. Com efeito, nos níveis intermediários e mais baixos, a cadeia do *aviamento* lançava mão de anotações mais ou menos grosseiras, a título de contabilidade. Não que os contratos entre seringalistas e seringueiros obedecessem a qualquer solenidade, ainda que de simples escritura particular. Entre ‘patrão’ e extrator, as contas só é que eram escritas, cabendo todo encargo de escrituração ao primeiro. Na posse de uma contabilidade que não podia ser fiscalizada e que se tornava indiscutível para a outra parte, o seringalista detinha a possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus interesses” (1980, p. 165/166).

Os seringueiros são condenados a uma situação de extra-legalidade: “... a mais criminosa organização do trabalho” (EUCLIDES DA CUNHA, 2000, p. 127) Na Amazônia, Euclides da Cunha vê o homem como um condenado ao nomadismo, visto que a natureza dificulta o estabelecimento humano em qualquer lugar dessa região, obrigando os grupos humanos muitas vezes a serem errantes: “A volubilidade do rio contagia o homem” (Ibid., p. 126). Daí a grande importância dos seringueiros, pois eles vencem essa luta com a natureza e tornam-se sedentários, ao contrário dos caucheros, que permanecem errantes.

Por perseguirem as condições necessárias para se estabelecerem, os seringueiros são empurrados ao trabalho que os escraviza, isto é, ao trabalho nos seringais. Quanto aos caucheros, Euclides da Cunha os define como um “tipo novo” na história, um nômade próprio da região das florestas: seu lugar de labuta, onde se associam ou lutam contra os selvagens, onde superam as doenças e conseguem acumular algum dinheiro, para gastá-lo, renovando o seu ciclo de trabalho. Segundo a concepção de Euclides da Cunha, os seringueiros e os caucheros são os tipos humanos específicos da Amazônia. Foi o sedentarismo dos seringueiros e a coragem dos caucheros que fez da Amazônia, uma região povoada.

Ele desconstruiu as verdades pré-estabelecidas acerca da Amazônia, trazendo à superfície o contexto heterogêneo e adverso da *Belle Époque* brasileira: no “centro”, é garantido o desenvolvimento das novas estruturas e relações sociais que emergem no processo de efervescência da ornamentação bellepoqueana e na “periferia”, tais forças encontram resistência.

Quando descreve a natureza e os habitantes na região amazônica nos seus mais pormenorizados traços, Euclides da Cunha permite que a Amazônia seja vista através de uma escala microscópica de análise, empenhando-se em fornecer subsídios para pensar o Brasil e sua história a partir de novos conceitos e de novos referenciais. Com isso, elabora-se um novo sentido explicativo para a formação do país e para a idéia de “civilização brasileira”, principalmente, no que concerne às paragens mais longínquas do “centro” de decisões do país como a Amazônia.

Defendendo outro papel para a Amazônia, que não o determinado à periferia, isto é, como depósito do excesso da população pobre, Euclides da Cunha critica a indiferença com que a Amazônia é tratada, percebendo o abandono ao qual está entregue. É exatamente com essa carga simbólica que a Amazônia é redescoberta pelo olhar de Euclides da Cunha,

situada “à margem da história”: “Tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta” (2000, p. 123)¹¹⁰.

A narrativa euclidiana em estilo tropical¹¹¹ caminha no sentido de pensar a história da Amazônia por um outro viés, que não o dos conceitos e fatos históricos clássicos, o que Paul Veyne (1982: 19) chamou de história não-factual, isto é, a historicidade que envolve os eventos históricos não consagrados. Apesar de um forte apelo evolucionista, o argumento de Euclides da Cunha está na contra-mão da história oficial, visto que redescobre a Amazônia, a partir de uma história das formas culturais, debruçando-se sobre as relações entre a natureza e o homem, visão essa que influenciou profundamente os intelectuais do IHGP no tocante à definição da Amazônia.

3.3) A REVISTA DO IHGP E A CONCEPÇÃO DE AMAZÔNIA

3.3.1) Primeira fase: naturalismo e evolucionismo

Em 1917, na “alocução”¹¹² proferida pelo então presidente do IHGP, Ignacio Moura, a demora com que os paraenses alcançam o exemplo dos pernambucanos (vitória da Revolução Pernambucana) é explicada a partir da dinâmica da “química social”. O que esse conceito significa para Ignacio Moura? Trata-se, em uma perspectiva evolucionista, do desenvolvimento das sociedades humanas. Segundo o presidente do IHGP, é a química social que permite a evolução das características específicas dos brasileiros na Amazônia:

... Gastamos mais de meio século para conseguir o desiderato, que os pernambucanos tinham realizado em um só dia. A química social tem dessas vagarosidades, na combinação dos elementos orgânicos e inorgânicos, físicos e morais, que entram nos seus fenômenos, para produzirem mais tarde, através do tempo e do espaço, a estrutura e a construção de um povo, sobre o mesmo aspecto social com o mesmo fim econômico (RIHGP, 1917, p. 4).

¹¹⁰ Ver o romance *Terra immatura*, obra de Alfredo LADISLAU, que lhe rendeu honras e uma Revista fundada em 1938 com o mesmo nome em sua homenagem.

¹¹¹ Segundo Roberto Ventura (1991, p. 39): “Estilo tropical é conceito sincrético, que integra a noção geográfica de trópicos, características de uma relação entre “centro” e “periferia”, a uma teoria da literatura nacional. Essa teoria inverte o modelo climático, ao valorizar a imaginação e tornar possível a construção de sociedade e cultura em espaços marginais ao modelo eurocêntrico de natureza e história”.

¹¹² Allocução proferida em seis de março de 1917, na sessão solene de refundação do IHGP.

A dinâmica das sociedades humanas é pensada, portanto, atrelada à dinâmica da natureza, sugerindo a interdependência entre homem e natureza, usando uma expressão mais adequada, história e natureza: “‘Nada se perde na natureza’. Se é impossível aniquilar o átomo, também não se pode abandonar o acontecimento mais inexpressível...” (RIHGP, 1917, p. 4). Ignácio Moura percebe, então, que há uma relação intrínseca entre a ocorrência dos fatos históricos na Amazônia e o seu cenário natural, ou seja, há uma “identidade natural”¹¹³ nessa região. Daí incentivar como perspectiva de análise a confraternização entre história e geografia:

... os acontecimentos humanos são funções dos aspectos geográficos em que eles se deram...

(...)

É por isso que o estudo da história e da geografia confraternizadas, quase em uma só ciência vai se tornando necessário e imprescindível para a análise social de um povo, estabelecendo os coeficientes necessários para o seu desenvolvimento e para a sua elevação futura (RIHGP, 1917, p. 4/5).

Essa mesma idéia é defendida por Santa Rosa no trabalho intitulado “Dados dos Geólogos e Hidrografia Paraense”. Para esse intelectual do IHGP, a Geologia e a Geografia são vistas como as duas ciências da “terra”, cujos princípios orientam o conhecimento humano acerca da “Pré - História”. Santa Rosa defende que a natureza obedece a uma obra de evolução, verificando-se um processo de transformação contínua tanto dos elementos orgânicos e inorgânicos quanto dos fatos históricos, mais uma vez aparece a relação entre história e natureza:

... não é possível desconhecer a ligação íntima entre as duas ciências da “terra” – a geografia e a geologia – uma e outra se completando, por seus princípios para o fim de orientarem o conhecimento humano na indagação de fatos pré-históricos.

(...)

Por essas “páginas lidas” *perlistramos* para salientar, com Agassiz, H Smith, F Hartt, O Derby, F Katzer e outros pesquisadores dos nossos segredos geológicos, os sinais que resistem o perpassar dos tempos, indicando aos *posterios a obra de evolução a que obedece a natureza, na transformação contínua dos elementos orgânicos e inorgânicos que a constituem* (RIHGP, 1917, p. 7/8, grifo nosso).

Os sócios do Instituto insistem no casamento entre história e geografia para dar legitimidade ao conhecimento produzido na Amazônia e sobre essa região. É verdade que a

¹¹³ Entendemos identidade natural nos termos de José Augusto Drummond (1991, p. 5): “um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante”.

veia naturalista e evolucionista que orienta os trabalhos dos sócios do Instituto é uma herança científico-metodológica do IHGB. Porém, além dessa herança, há uma preocupação com a autenticidade dos trabalhos realizados sobre a região. Para os sócios do IHGP, tais estudos uma vez voltados para a natureza contemplariam a singularidade da Amazônia. Além disso, está em jogo também a construção da cientificidade de sua produção, pois sabemos que tanto a história quanto as outras ciências humanas nasceram sob à sombra das ciências da natureza, por esse motivo no início do século XX, ainda se preservava a tradição cientificista das ciências da natureza no campo disciplinar das ciências humanas.

A importância da Amazônia, na primeira metade do século XX, repousa no fato de que essa região, para os sócios do IHGP, era o retrato das origens do país, tanto que tais intelectuais defendem, sobretudo, o registro e estudo da história da Amazônia como método de compreensão e explicação da história nacional.

No trabalho de Pedro Bezerra, engenheiro civil, intitulado “Ilha de Marajó”, a Amazônia aparece sempre como uma região a ser descoberta, devido ao processo de transformações contínuas que sofre a natureza:

A ilha de Marajó, ainda não está completa, e dadas as circunstâncias especiais por que foi constituída, é de crer que dentro de um século, a sua parte central, hoje, de brejos, suba ao nível atingido ao norte e ao sul, tornando-a completamente plana e sólida.

(...)

E assim teremos num futuro não tão remoto a pérola do *delta amazônico*, a estrela de maior brilho da constelação paraense, totalmente formada e consolidada (RIHGP, 1917, p. 48).

A mesma idéia de Amazônia como natureza desconhecida aparece na análise de Palma Muniz acerca da obra de Bernardo Pereira de Berredo, “Anais Históricos do Estado do Maranhão”, publicada por conta do dispositivo dos Estatutos do IHGP que estabelece como prioridade a reedição de obras raras importantes para o Estado do Pará e para a Amazônia. Palma Muniz defende que a Amazônia por ser uma região desconhecida, tornou-se uma região abandonada, esquecida. Destaca, portanto, o descaso que o governo trata a Amazônia, como um resquício da colonização portuguesa: “... Mesmo hoje o governo da União do Brasil, com sede mais chegada à Amazônia do que o governo português do século XVII, ainda não conseguia aquilatar do seu valor econômico, como fator vital da existência nacional” (RIHGP, 1917, p. 18, nota de rodapé).

Mas a coroação dessa visão da Amazônia como natureza aparece no trabalho intitulado “A Terra, as coisas e o homem da Amazônia” de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, publicado por partes, a primeira constando no fascículo da Revista do IHGP de 1917 e a segunda parte no fascículo de 1918. Esse trabalho é uma longa e minuciosa descrição de uma viagem pelo rio Demeueni, afluente do rio Acará.

Nessa viagem, a região amazônica é capturada por Bento Aranha como a “natureza-personagem”, tomada pelo perigo que ela representa aos homens que se aventuram nos rios da região, tendo esses de enfrentar as intempéries naturais, as doenças e a selvageria dos índios: “Extraordinária e **difícil de vencer-se a remos é a correnteza do Pagé**” (RIHGP, 1917, p. 59, grifo nosso). Continua ele, “Não só neste rio como também no Uaracá as moléstias endêmicas conhecidas são a **febre palustre benigna, defluxo e diarreia**” (Ibid., p. 66). Bento Aranha descreve também o seu encontro com um dos povos indígenas:

... observei do rio, com surpresa, um bando de homens nus, vindo do meio da mata, aos saltos de rama em rama, de galho em galho de frondosas árvores, **da maneira por que os macacos andam nas florestas**, sair a praia e de cima desta dirigir-se em **vozeria infernal** a nós, indagando quem éramos e o que pretendíamos. Entre **estes selvagens** e o meu intérprete houve um breve diálogo (RIHGP, 1917, p. 68, grifo nosso).

O tipo natural do homem da Amazônia é descrito por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, ora como os forasteiros “regatões”, isto é, os mercadores ambulantes que sobem e descem os rios, vendendo suas mercadorias; ora como os “selvagens indígenas”, tipos de homens que a própria natureza exige e esculpe. Nas duas acepções, o homem da Amazônia é sempre visto como incivilizado, como extensão dessa natureza completamente desconhecida da civilização:

No Amazonas, como também no Pará, **o mercador ambulante (...) tem a classificação oficial de regatão**, é um homem-máquina (...) Este homem extraordinário que assim afronta todos os perigos...
... não tem consciência de si; desconhece a sua temeridade e valor, não alcança por falta de instrução além de si mesmo a nobre missão que exerço, sem que a queira, de levar a **esses incultos e ignorantes habitantes dos nossos sertões** a idéia de que fora deles existe um **mundo todo de grandeza e da luz**. A ambição cega-o, (...) vai deixando visíveis exemplos de prostituição, roubo e homicídios que pratica, crime este último que só não comete entre os índios (RIHGP, 1917, p. 54/55, grifo nosso).

A categoria “sertões”¹¹⁴ é empregada pelos sócios do Instituto no sentido de denotar não somente interior, mas espaços “desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges e infiéis, onde não havia chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura” (AMADO, 1995, p. 149).

A natureza sertaneja na Amazônia apresenta-se como um mistério, pois revela somente alguns de seus aspectos, preservando uma imagem da região vinculada à expectativa de novas descobertas, constituindo-se em algo enigmático, quando se permite conhecer e entender (NAXARA, 2001). Amazônia: sertão, mistério, enigma, perigo, selvageria, região com rico potencial natural, mas esquecida e abandonada. Essa era a representação da Amazônia no início do século XX. Daí a justificativa para a existência do próprio Instituto que se responsabilizaria por revelar ao país a Amazônia de Ouviaedo à Euclides da Cunha.

3.3.2) Segunda fase: jusnaturalismo

“COMPLEXO é o problema que o Congresso da Pesca em *bôa hora instituído* no Pará pelo *benemerito official* da armada nacional *commandante* Frederico Villar, se propoz a resolver” (RIHGP, 1933, p. 25). Mas que problema esse? Jorge Hurley destaca os principais aspectos desse problema: o primeiro deles é a falta de uma identidade profissional por parte dos pescadores: “Na costa atlântica do Pará (região chamada do Salgado), a pesca é mais amena e menos arriscada e o pescador não é propriamente um profissional; reúne ele o *typo* de agricultor-pescador” (RIHGP, 1933, p. 26); o segundo aspecto destacado é a falta de integração entre os pescadores:

¹¹⁴ A categoria “sertão” está presente no pensamento social brasileiro desde o século XVI, nos relatos de viajantes e cronistas e atravessou os séculos seguintes com muita força, tornando seu uso abundante na historiografia e literatura brasileira. Se no período da colonização, essa categoria representava uma forma de compreensão do Brasil como colônia portuguesa, após o século XIX, passou a representar uma forma de entendimento do país como “nação”. No artigo “Região, Sertão, Nação” publicado em 1995 na *Revista Estudos Históricos*, Janaína Amado faz uma viagem sobre os significados da palavra “sertão”, resgatando os sentidos que foi adquirindo desde o século XIV até o século XIX e início do XX. Segundo essa autora, no século XIV, para os portugueses, “sertão” constituía áreas distantes da capital portuguesa; no século XV, denominava espaços vastos do interior, para além dos limites do território português. No século XVI, passou a ser sinônimo de “deserto” e o oposto de “litoral” e significava dentre outras definições “... aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura” (AMADO, 1995, p. 148). No século XVII e XVIII, seus significados não mudaram. No século XIX, “sertão” passou a ser empregado no sentido de espaços vastos, lugares despovoados, perdidos e escondidos. Às vésperas da Independência do país, “sertão” foi considerado lugares distintos entre si e alienígena, o que no período colonial equivalia a “terras sem fé, lei ou rei”. Com o processo de construção do sentimento de nação, como categoria cultural, “sertão” passou a representar uma categoria de afirmação de identidades, chegando ao século XX com uma pluralidade de significados.

Nos rios da região do Salgado, desde Vizeu até Vigia (município) notadamente Marapanim e Curuçá, por vezes, na época *propria*, um *tarrafiador*¹¹⁵, sozinho, não *póde* recolher a tarrafa tão cheia vem *ella* de tainhas. Muitas vezes se vêm obrigados a soltar parte do peixe (RIHGP, 1933, p. 27).

O terceiro aspecto é o fato do trabalho dos pescadores em terras paraenses exigir para a sobrevivência desses um desprendimento total de sua atividade, visto ser um trabalho condicionado às mudanças naturais, pois uma vez “Passada a <<safra>>, mais de 60 % dos pescadores paraoáras, do Salgado, deixam as águas e se destinam a outros *mesteres*” (RIHGP, 1933, p. 27).

A partir da exposição desses três aspectos do complexo problema da pesca no Pará, o presidente do IHGP, Jorge Hurley, conclui que essas populações que vivem às margens dos rios na Amazônia e que sobrevivem da pesca: “Necessitavam, de *facto*, esses homens da *assistencia* e essa, *apezar* de retardada, lhes chegou, *emfim!*” (RIHGP, 1933, p. 25). Não está apenas em jogo a sobrevivência das famílias de pescadores, pois a união dessas famílias pode trazer um grande benefício ao país, na medida em que essas famílias unidas podem defender os domínios do já constituído território brasileiro:

Inspirou-o (Frederico Villar) o desejo vencedor de bem servir á Pátria, protegendo, pela marinha de guerra, com o calor vital da assistência *directa* da União, os nossos patrícios praieiros, que habitam o *immenso* litoral do Brasil e margens dos rios e *lagôas* navegáveis, abandonadas, *ha seculos*, aos seus próprios destinos, na faina titânica da pesca, ainda sob os rudimentares *systemas aborigines e coloniaes*
A idéa de recensear, sob matricula de pescador, a família marítima do Brasil [...] soluciona, inquestionavelmente, o magno e patriótico problema da defesa da costa brasileira, levando a instrução, a palavra de civismo, o estímulo ao *amor-patrio* e, o que é mais do que tudo, a certeza de que, depois de um século de *independencia*, os poderes *publicos* se lembraram dos habitantes do Mar!
Até então, os praieiros somente eram lembrados nos dias das eleições para as *quaes* se afastavam, contrafeitos e basbaques, das dunas brancas e das feitorias [...], para dar o voto sem saber a quem e porque... (RIHGP, 1933, p. 25).

De acordo com as palavras de Jorge Hurley, os pescadores e suas famílias, até então, representavam apenas grupos isolados, presas fáceis para manobras políticas com fins eleitoreiros. Essas populações só entravam para o recenseamento do país como eleitores em potencial; a “cidadania” desses sujeitos estava restrita a sua incapacidade de votar conscientemente, apenas assinalando um voto que lhe fora imposto e nada mais. Daí a necessidade do estabelecimento de Colônias de Pescadores para pôr fim a essa prática

¹¹⁵ Tarrafiador é o pescador que utiliza a tarrafa, uma rede de malha, também conhecida como malhadeira para capturar os peixes.

perniciosa. Não somente esse, mas outros benefícios podem ser aludidos, pois: além de congrega, socializar e instruir os pescadores, o estabelecimento de tais Colônias pode despertar “o sentimento de rivalidade entre as Colônias (servindo) de *estimulo á prosperidade de todas*” (RIHGP, 1933, p. 27). Jorge Hurley congrega a idéia de prosperidade à idéia de progresso:

Virão as escolas e, com *ellas*, as regras *sociaes fructificarão* gerando-se, no animo desse povo nobre e sem ambição, (...) o desejo de progredir moral, *intellectual* e financeiramente e de melhorar o seu *habitaculo* e o conforto de sua família, *methodizando* o trabalho e despesa (RIHPG, 1933, p. 27).

Na tentativa de convencer os pescadores que vivem na Amazônia de que eles precisam aceitar essa nova organização social “sugerida” pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, Jorge Hurley passa a interpretar a visão de mundo dessas populações. Provavelmente dirigindo o seu argumento às comunidades de pescadores ainda resistentes a essa nova forma de organização social, aproxima o modo de vida das populações tradicionais - seus costumes e hábitos - ao modo de vida das populações indígenas atrasadas:

Imprevidentes por atavismo, *naturaes* e donos de uma terra *môça* e fecunda, *desfructando* um clima invejável, em que nem se padece de frio nem de calor, e habitantes á beira de um eterno viveiro de peixes *excellentes* e mariscos *optimos*, que querem mais?! Por que mais anseiam?
Não consistirá, porventura, uma vida assim um grau de felicidade *quasi* absoluta?
Não pensam no dia de amanhã. E é para *removel-os*, desse *systema* de vida primitiva, em que ainda se espreguiçam languidamente, através dos séculos, que vem em seu auxilio, num gesto de fidalgo carinho, a Mãe Pátria *symbolizada* na Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e suas Colônias e Confederações *Estaduaes*.

Essas palavras de Jorge Hurley parecem, aos nossos olhos, uma clara alusão à defesa da doutrina designada de *jusnaturalismo*¹¹⁶. Tal doutrina é bastante revisitada por juristas e profissionais do Direito para explicar a origem do Estado Moderno. Talvez pelo fato de possuir formação acadêmica e atuar na área do Direito, o presidente do Instituto acabou

¹¹⁶ Doutrina que surgiu no século XVII, tendo John Locke (1632-1704) como um de seus maiores representantes. Defensor do ideário da Revolução Gloriosa, cuja vitória significou o triunfo do liberalismo em detrimento do absolutismo, Locke ganhou projeção nos círculos eruditos da época com as idéias que deram origem ao empirismo: “doutrina segundo a qual todo conhecimento deriva da experiência” (MELLO, 2002, p. 83) e por conta também da teoria da *tábula rasa* que consiste em uma crítica à teoria de Platão das idéias inatas: “doutrina (...) retomada por Descartes, segundo a qual, determinadas idéias, princípios e noções são inerentes ao conhecimento humano e existem independentemente da experiência” (Ibid., p. 83).

reproduzindo a defesa da concepção jusnaturalista, mesmo em uma temporalidade social em que já cabe a sua justificativa.

Segundo Jorge Hurley, os pescadores viviam em um sistema de vida primitiva, usufruindo de tudo que a natureza podia oferecer, preservando a harmonia e a igualdade entre eles. Embora pareça um modo de vida de quase absoluta felicidade, tal sistema os escraviza a um estágio pré-social e pré-político¹¹⁷. Apenas a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e suas Colônias e Confederações Estaduais conduziriam os pescadores à superação desse estágio. Tal estágio aproxima-se pela descrição de Jorge Hurley do chamado “estado de natureza” elucidado por John Locke ainda no século XVII:

... os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza (...) (que é) uma situação real e historicamente determinada **pela qual passara, ainda que em épocas diversas, a maior parte da humanidade e na qual se encontravam ainda alguns povos, como as tribos norte-americanas**. Esse estado de natureza diferia do estado de guerra hobbesiano, baseado na insegurança e na violência, por ser **um estado de relativa paz, concórdia e harmonia**. Nesse estado pacífico os homens já eram dotados de *razão* e desfrutavam da *propriedade* que, numa primeira acepção genérica utilizada por Locke, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como *direitos naturais* do ser humano (MELLO, 2002, p. 85, grifo nosso).

Como profissional do Direito, Jorge Hurley defende que somente a associação (que não deixa de ser um contrato social) desses pescadores reunidos nas Colônias e Confederações poderia mantê-los em sua atividade profissional sem prejuízos. Aliás, essa associação só traria benefícios como os já mencionados. Porém, a defesa maior de Jorge Hurley quanto a tal associação reside em um benefício que está diretamente ligado à atividade profissional dos pescadores, visto que muitos desses pescadores não possuíam propriedades: “Como lavradores, raros são os que possuem terras (...) e roçam em terras devolutas do Estado ou nas terras do *patrimônio* da <<mãe velha>> (intendência)” (RIHGP, 1933, p. 26).

A argumentação de Jorge Hurley adentra ao nível de discussão que é fundamental para compreendermos os significados produzidos pela intelectualidade acerca da Amazônia: a garantia dos “direitos naturais”¹¹⁸ das populações tradicionais melhor dizendo, o direito dos pescadores usufruírem das águas, pois em 1932, Jorge Hurley já reconhece cerca de 20.000 o

¹¹⁷ Cf. nossa arguição na página 17 desta.

¹¹⁸ A expressão “direitos naturais” não significa os direitos à natureza, mas os direitos que antes de qualquer intervenção do Estado, ou independente da lógica moderna de propriedade eles já existiam.

número de pescadores matriculados na Capitania dos Portos do Pará e nas Agências de Bragança e Santarém.

Em 1932, tais pescadores estavam distribuídos em 66 (sessenta e seis) Colônias de Pescadores do Estado do Pará (Z-1 a Z-66) sob o controle da Capitania dos Portos do Pará. Tais Colônias estão listadas em um Mapa demonstrativo, apresentando 22 (vinte e dois) municípios: Abaeté, Arary, Baião, Belém, Bragança, Cametá, Castanhal, Igarapé Miry, Itaguary, Itaituba, Macapá, Maracanã, Marapanim, Muaná, Quatipurú, Salinas, Santarém, Santo Antonio de Aruans, São Domingos do Capim, Siqueira Campos, Soure, Vigia; e dois territórios: de Amapá e de Vizeu onde essas Colônias estavam estabelecidas. A proporção é quase de 3 (três) Colônias para cada localidade.

Jorge Hurley preocupou-se também em fazer um levantamento minucioso do número de escolas primárias mantidas pelas Colônias de Pescadores do Estado nessas localidades. Apresentou a descrição de 124 (cento e vinte e quatro) escolas no exercício do ano de 1932. A proporção é de quase 2 (duas) escolas para cada colônia e de 6 (seis) para cada localidade. Daí a questão: como não manter os direitos de 20.000 pescadores, organizados em 66 (sessenta e seis) Colônias, situadas em 24 (vinte e quatro) localidades?

3.4) AMAZÔNIA NO DOMÍNIO DAS ÁGUAS

É PELAS AGUAS QUE A FEDERAÇÃO, NUM LAÇO FRATERNAL, SE IDENTIFICA COM OS ESTADOS NA UNIÃO REPUBLICANA. (...) As *aguas* prolongam a Pátria (RIHGP, 1933, p. 38, grifo no original).

Essas palavras, transcritas por Jorge Hurley, fazem parte da longa reposta de Frederico Villar, capitão dos Portos do Pará, aos fazendeiros da região do Marajó/PA que pleitearam no juízo federal o exercício de propriedade sobre as águas dos igarapés ou ribeirões que nasciam em limites de suas propriedades particulares.

Segundo Frederico Villar, além de legítimo, é legal o uso das águas por parte dos pescadores quer nas terras da União quer nas propriedades particulares, porque os rios são bens públicos, isto é, são de uso comum do povo, portanto, “O aproveitamento *d’aguas* correntes *póde* ser feito desde que não prejudique *á* servidão” (RIHGP, 1933, p. 39). A partir

da defesa de Frederico Villar ao uso comum das águas, Jorge Hurley elabora quatro teses sobre os direitos naturais dos pescadores.

3.4.1) Tese 1ª (primeira): ampliação do Código Civil Brasileiro

O Código Civil Brasileiro estabeleceu em seu artigo 599, *Da Pesca*, que é lícito pescar em águas públicas e nas particulares com o consentimento do dono, assim se observem os regulamentos administrativos. Diante de tal prescrição legal, Jorge Hurley explica a sugerida distinção entre águas públicas e particulares. O Regulamento administrativo da Pesca estabelece que “as águas correntes, em leito natural, com destino ao mar (*directamente* ou por *intermediarios*) eram SIMPLEMENTE PUBLICAS” (RIHGP, 1933, p. 43, grifo no original).

À questão: “O Decreto Federal nº 16.184, de 25 de outubro de 1923, que baixou o Regulamento da Pesca no Brasil pode ampliar o *Codigo* Civil?”, Jorge Hurley responde: “... *AFFIRMAMOS QUE O REGULAMENTO DA PESCA VEIU COMPLETAR, NO ASSUMPTO, O PESNAMNTO DO LEGISLADOR DO CODIGO CIVIL, AMPLIANDO-O* (RIHGP, 1933, p. 45, grifo no original).

3.4.2) Tese 2ª (segunda): domínio público x domínio particular

De acordo com Jorge Hurley, as águas públicas que foram definidas na primeira tese distinguem-se intimamente das águas particulares, que obrigatoriamente devem obedecer às características:

- 1º) Não *navegavel* nem *fluctuavel*;
- 2º) Nascer num *predio* particular;
- 3º) Correr por *predios* particulares;
- 4º) Ser consumida nos prédios que atravessa, **não indo**, conseqüentemente, lançar-se em correntes publicas ou comuns (RIHGP, 1933, p. 52, grifo no original).

Essa distinção entre águas públicas e águas particulares não deixa dúvidas quanto à resposta da segunda pergunta-problema elaborada por Hurley: “Os rios ou igarapés que nascem em terrenos particulares e por *elles* correm até as *aguas* dos rios ou do mar são de

dominio particular?” (RIHGP, 1933, p. 47). Ele é enfático em sua resposta: “Não. Nem por sonho...” (RIHGP, 1933, p. 51).

3.4.3) Tese 3ª (terceira): os mangues

“Os *carangueijos*, turús, mexilhões (*sururus*) e caramujos, que vivem nos *manguesáes* lavados pela enchente das marés, são incorporados á propriedade da terra firme que lhes ficar adjacente?” (RIHGP, 1933, p. 57). Para Hurley, os manguezais pertencem à União, portanto, as regiões de mangues estão sob a jurisdição do Governo Federal que pelo Regulamento da Pesca considera os mangues como propriedade da nação e de uso público:

Tanto a pesca como a caça são livres, guardadas as restricções impostas pelos regulamentos administrativos (...)

Toda a fauna nativa e *typica*, que nasce ou habita os manguesáes, quer dentro do tujuco (*carangueijos* (*sic*) e *tamarús*), quer sobre a <<epiderme>> flácida da lama (*aves aquaticas* e *guaxinins*) quer no alto das ramadas verdes dos mangues (*macacos*, *pássaros* e *camaleões*) constituem **apenas cosia sem dono** (RIHGP, 1933, p. 64/65, grifo no original).

3.4.4) Tese 4ª (quarta): os terrenos da marinha

Entende Jorge Hurley por terrenos de marinha: “as terras *visinhas* das praias (*apécuns*) **onde se erigiam salinas** “(RIHGP, 1933, p. 47, grifo no original). Nessas terras, porém, não se pode simplesmente com a mesma liberdade que se tem nas praias de água doce, tomar os “*fructos* da flora e de fauna” (RIHGP, 1933, p. 70), a não ser que a pessoa que queira usufruir desses frutos seja brasileira nata ou naturalizada. Mas quanto à pratica da pesca: “Não *póde* porém, *prohibir* que o pescador dentro de sua embarcação ou nas terras lavadas pelas águas pesque; isso não!” (RIHGP, 1933, p. 69).

A partir dessa justificativa, a questão: “Os terrenos da marinha, sob *emphyreuse*, podem ser *utilizados* pelo Governo Federal, seu *legítimo* proprietário (*dirécto*) no serviço da pesca, regulamentado pela federação?” (RIHGP, 1933, p. 67) é respondida por Jorge Hurley de forma afirmativa.

Essas quatro teses construídas por Jorge Hurley serviram para contestar a justificativa dos proprietários de terras no Estado do Pará para se restringir ou mesmo proibir

a entrada dos pescadores nas propriedades particulares quer para pescar ou apenas para utilizá-las como vias de navegação. A opinião do presidente Jorge Hurley representou na época o parecer do IHGP sobre a questão.

3.5) AMAZÔNIA: ECOLOGIA E SOBERANIA

A defesa de Jorge Hurley pelo uso comum das águas conduz-nos a pensar como os direitos das populações tradicionais à navegabilidade e à pesca eram garantidos ou mesmos contestados na década de 1930; como se dava o confronto com os interesses daqueles que se intitulavam os verdadeiros donos das águas, isto é, os fazendeiros da região que possuíam terras cortadas ou banhadas por rios ou igarapés. E, como a Amazônia era pensada na lógica capitalista da primeira metade do século XX.

Resumimos o discurso do presidente do IHGP em três pontos cruciais: (1) as águas da Amazônia devem servir aos que mais necessitam delas, isto é, às populações ribeirinhas (tradicionais) que delas sobrevivem; (2) tecnicamente, as águas são *res communes* (de uso comum) e a flora e a fauna aquáticas são *res nullius* (sem dono) o que confere às populações tradicionais o direito de exercer seu trabalho, em uma perspectiva produtiva (relações sociais); (3) todos os atos concernentes ao uso das águas (navegabilidade e pesca) na região amazônica estão sob a jurisdição do governo federal e sob administração estadual, no Pará, representada pela Capitania dos Portos. E, assim, fica estabelecido que os fazendeiros não têm o direito de restringir ou proibir a entrada ou permanência dos pescadores em suas propriedades particulares quando esses estiverem pescando ou as utilizando como vias de acesso.¹¹⁹

Os dois primeiros pontos do raciocínio do presidente do IHGP acerca do uso das águas parecem sintonizados a um debate que, em verdade, só vai ganhar corpo, na segunda

¹¹⁹ Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (...) (Godelier, 1984) (apud. DIEGUES, 1998, p. 83).

metade do século XX, com a crise dos anos 70¹²⁰. Afirmamos que as teses de Jorge Hurley sobre o uso das águas na Amazônia representam os germes de um discurso ecológico em defesa de uma gestão planejada dos recursos naturais na região. Esse discurso ecológico não tem a mesma consistência do discurso empreendido na segunda metade do século XX pela utilização sustentável dos recursos naturais¹²¹ renováveis e não-renováveis.

O último ponto, que sugerimos, reporta-se à forma de governabilidade na região. Nesse sentido, na década de 30, a Amazônia surge como foco de tensão e preocupa as autoridades políticas da época. Isso devido a duas experiências mal sucedidas: a exploração mineral no Estado do Amazonas administrada pelas empresas estrangeiras a “American Brazilian Co.” e a “Canadian Co.”; e exploração da borracha no Estado do Pará através do projeto de Henri Ford, daí o nome Fordlândia. Em ambos casos, a região foi entregue aos interesses de estrangeiros, restando à região apenas perdas ambientais, econômicas e sociais.

Nesse contexto, a preocupação do presidente Jorge Hurley com o uso das águas passa a não refletir apenas uma preocupação em nível ambiental; há uma clara preocupação política que se consolida na década de 30 com o discurso nacional-estatista. Vejamos o que Carlos Rocque (1968, p. 878), em sua obra Grande Enciclopédia da Amazônia, registra quanto a uma expedição organizada por Francisco Iglesias no ano de 1931:

Oficial da Aeronáutica espanhola. No ano de 1931 organizou uma expedição científica, que percorreria o Alto-Amazonas, no trecho compreendido entre o Amazonas, o Caquetá e a Cordilheira dos Andes, em um total de 500.000 Km² de área. A idéia encontrou eco junto ao governo espanhol. Elaboraram o programa, extenso, minuciosos, sendo *nêle* incluído estudos de meteorologia (*sic*), antropologia, cartografia, geologia, geografia, botânica, minerologia, etc. Era a expedição que mais programa de pesquisa possuía com relação à Amazônia, até então. Consultados os países da área hileiana, a acolhida foi excelente. No Brasil, porém, houve reserva: o general Rondon conseguira que *Govêrno* passasse a interferir nas expedições estrangeiras: o caso da perda do monopólio da borracha servira de exemplo.

¹²⁰ “Irrompe (...) no princípio da década de 70 (setenta) uma profunda crise social, política e cultural” (ALMEIDA, 1997, s.p.). Crise que denota que o crescimento material da sociedade capitalista não implicou em uma melhora significativa nas condições de vida do homem, nem tampouco sanaria as desigualdades entre ricos e pobres (ALMEIDA, 1997). Cf. também WORSTER, 1991, p. 2: “A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre cidadãos de vários países (...) A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas do direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento”.

¹²¹ “Segundo Portugal (1992) ‘... A palavra recurso significa algo a que se possa recorrer para a obtenção de alguma coisa.’ (sic) Para esse autor, o homem recorre aos recursos naturais (...) para satisfazer suas necessidades. Para Art (1998) recurso pode ser: a) componente do ambiente (...) que é utilizado por um organismo e) qualquer coisa obtida do ambiente vivo e não-vivo para preencher as necessidades e desejos humanos” (DULLEY, 2004, p. 22).

O desfecho dessa negociação entre o governo espanhol e o governo brasileiro foi previsível: “O projeto começou a sofrer restrições até a definitiva negativa por parte do Brasil” (Ibid., 1968, p. 878). Segundo Rocque, a alegação do governo brasileiro em não concordar com a expedição recaiu sobre a falta de clareza por parte do governo espanhol quanto às finalidades da expedição: “Até hoje (1968) não se sabe as reais finalidades da expedição e o que, na verdade, havia por trás de tudo aquilo” (Ibid., 1968, p. 878).

Mesmo com um programa de pesquisa, como salientou o próprio Carlos Rocque, sendo o mais completo até então, ficaram mal explicadas as finalidades da expedição de Francisco Iglesias, visto que o mesmo trazia consigo armas de fogo, para a época, de alta potência. Ora se a mesma era de cunho científico, não havia a necessidade do arsenal bélico. O uso das armas seria necessário se os objetivos da expedição fossem outros que não os pré-estabelecidos pelo governo espanhol. Inferimos, portanto, que o governo brasileiro sentiu-se ameaçado. Daí a rejeição à expedição de 1931.

Na década de 1930, portanto, a Amazônia é concebida sob a ameaça da usurpação estrangeira; a natureza representa os seus bens rentáveis; e a sua população uma vez vitimada pela cobiça dos donos do capital precisa de porta-vozes – os intelectuais. É dessa forma que a Amazônia é inserida na lógica de progresso dos anos 30. Desse modo, os intelectuais vinculados ao Instituto surgem como os representantes e propulsores do “progresso e da civilização” na Amazônia, fornecendo as explicações históricas e geográficas que justificam a singularidade da região e a cientificidade de sua produção. Considerando-se a *intelectualidade amazônica*, os sócios do IHGP precisavam alimentar um discurso em defesa da Amazônia, o que significava defender a sua natureza e a sua população.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jozimar P. de. Ciência e Meio Ambiente: A Interdisciplinaridade na constituição do Pensamento Ecológico. *Revista de História Regional*. São Paulo, vol. 2, nº 2. 1997.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria Domingues L (orgs.). A moralidade do compromisso. *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 5, 1985.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter (org.). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? DELGADO; Lucilia de Almeida N.; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Leandro P.; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAPPINI, Ligia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15. 1995. p. 153-159. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/170.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2005.

CONDATO, Adriano N.; GUANDALINI JR., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 32. 2003. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 1981.

_____. *Rito e Memória*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 1991.

_____. *O Violino de Ingres: leitura de História Cultural*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

- CONDAMINE, Charles-Marie de La. Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas. *Coleção O Brasil visto por Estrangeiros*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CUNHA, Euclides da. Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos. *Coleção Brasil 500 anos*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato P. 1930: revoluções e golpes. *O Livro de Ouro da História do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. *Agric. São Paulo*. São Paulo, vol. 51, nº 2. jul./dez. 2004. p. 15-26.
- DUTRA, Manuel. *Re-vendo a Amazônia na TV: você já ou-viu como é difícil dizer coisas novas?* Belém: NAEA, 2002.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8. 1999. p. 177-197. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/84.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. vol 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/283.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.
- FICHTE, Johann G. Sobre a missão do erudito. BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria Domingues L (orgs.). *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia (1908-1929)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.
- _____. *Letras Insulares: leituras e formas da História no modernismo brasileiro*. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. São Paulo: Nova fronteira, 1998.
- FONSECA, Antonio Ângelo M. Em torno do conceito de região. *Sitientibus*. Feira de Santana, nº 21, jul./dez. 1999, p. 89-100. Disponível em: <http://www.uefs.r/sitientibus/pdf/21/em_torno_do_conceito_de_regiao.p> Acesso em: 16 de set. 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19ª ed. São Paulo: Graal, 2004.
- GARCIA, Luiz Felipe S. P.; TRINDADE, Diamantino F.; TRINDADE, Lais dos S. *A História e a fotografia a serviço do Estado: D.Pedro II e a afirmação da Nação*. Disponível em: <<http://www.cefetsp.r/edu/sinergia/5p3c.html>>. Acesso em: 05 mai. 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1989.
- GIMENEZ, José Carlos. A presença do imaginário medieval no Brasil Colonial: descrição dos viajantes. *Acta Scientiarum*. Maringá: UFSC, 2001.
- GONDIM, Neide. Como o mar de águas doces e suas dilatadas províncias são percorridos pelo imaginário dos cronistas viajantes. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luíz S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1. 1988. p. 5 - 27. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG IPEA, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LOPES, Marcos Antônio (org.). Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. *Grandes Nomes da História intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MALHANO, Clara Emília Santos Monteiro de B. *Da Materialização à Legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna/FAPERJ, 2002.

MENDONÇA, Kátia. A Salvação pelo Espetáculo: mito do herói e política no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, nº 8. 1991. p. 166 - 176. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/83.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

MORAES, Tarcísio C. *A memória de três séculos: civilização, modernismo e a nova história da Amazônia, 1915-1916*. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. 1ª ed. Brasília: UnB, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia L. de. Imaginário histórico e poder cultural: as Comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 26. 2000. p. 183 - 202. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/349.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

PAMPLONA, Marco A. Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 32, 2003. p.32. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. DELGADO; Lucilia de Almeida N.; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 32, 2003. p. 32. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf>> Acesso em: 12 out. 2006.

ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001.

_____. *Depoimentos para a História Política do Pará*. Belém: Mitograph, 1981.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Tramas Políticas e fundação do IHGB*. Disponível em: <<http://www.nethistoria.com>>. Acesso em: 30 ago. 2005.

- SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os Clássicos da Política*. vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 29, out.. 1995, p. 49-63.
- _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. Euclides da Cunha e o Círculo dos Sábios. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVEIRA, Rosa Maria G. Região e História: questão de método. SILVA, Marcos A da (coord.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.
- VELOSO, Monica P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. DELGADO; Lucilia de Almeida N.; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VENTURA, Roberto. Civilização nos trópicos. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VEYNE, Paul. O objeto da história. *Como se escreve a História*. Lisboa: Ed. 70, 1971.
- VIANNA, Marly de A. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. DELGADO; Lucilia de Almeida N.; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- WORSTER, Donald. Para fazer a história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 198-215.

FONTES CITADAS

Jornais: Folha do Norte e Diário do Pará

CENTENÁRIO BRASILEIRO, *Folha do Norte*, Belém, terça-feira, 27 de março de 1900, Ano 5, nº 1540, p. 1.

CENTENÁRIO BRASILEIRO, *Folha do Norte*, Belém, sexta-feira, 30 de março de 1900, Ano 5, nº 1543, p. 1.

INSTITUTO HISTÓRICO, *Folha do Norte*, Belém, sexta-feira, 26 de abril de 1900, Ano 5, nº 1570, p. 1.

CENTENÁRIO BRASILEIRO, *Folha do Norte*, Belém, sábado, 28 de abril de 1900, Ano 5, nº 1572, p. 1.

AS FESTAS DO CENTENÁRIO, *Folha do Norte*, Belém, quarta-feira, 02 de maio de 1900, Ano 5, nº 1576, p. 2.

AS FESTAS DE HOJE, *Folha do Norte*, Belém, quinta-feira, 03 de maio de 1900, Ano 5, nº 1577, p. 2.

AS FESTAS DO CENTENÁRIO, *Folha do Norte*, Belém, sexta-feira, 04 de maio de 1900, Ano 5, nº 1578, p. 2.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, *Folha do Norte*, Belém, sábado, 24 de fevereiro de 1917, nº 7860, p. 3.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ. *Folha do Norte*, Belém, domingo, 25 de fevereiro de 1917, nº 7861, p. 3.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, *Folha do Norte*, Belém, quarta-feira, 28 de fevereiro de 1917, nº 7864, p. 2.

ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA E A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA. *Folha do Norte*, Belém, terça-feira, 06 de março de 1917, nº 7870, p. 2.

OS ACONTECIMENTOS QUE EMPOLGAM A NAÇÃO BRASIELRIA. *Folha do Norte*, Belém, 30 de outubro de 1930, nº 12725, p.1.

HISTÓRIA: INSTITUTO PASSOU POR VÁRIAS FASES. *Diário do Pará*, Belém, 6 de agosto de 2003. Caderno Cidades F-2, p.6.

Revistas

Ata da instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *RIHGP*. fasc. I. Belém, 1917.

A Revista. *RIHGP*. vol. VI. Belém, 1931.

ARANHA, Bento. A Terra, as Coisas e o Homem da Amazônia. *RIHGP*, Belém, fasc. I, 1917.

_____ A Terra, as Coisas e o Homem da Amazônia - continuação. *RIHGP*, fasc.II, Belém, 1918.

BARATA, Joaquim M. C. Fragmento do discurso de s. excia. o sr. major Joaquim de Magalhães Barata, proferido a 12 de novembro de 1932, no Palácio Teatro. *RIHGP*. vol. VIII. Belém, 1933.

BASTOS, Abguar. Evolução Revolucionária e o Sentido das Legiões: Oração proferida pelo dr. Abguar Bastos, no ato da instalação da Legião de Outubro em 26 de abril de 1931. *RIHGP*. vol. VI. Belém, 1931.

BEZERRA, Pedro. Ilha de Marajó: sua origem. *RIHGP*, Belém, fasc. I, 1917.

CASTRO, Octavio Ismaelino de S. Conferência do 1º tenente Octavio Ismaelino Sarmiento de Castro realizada no teatro da paz, em 29 de março de 1931. *RIHGP*. vol. VI. Belém, 1931.

_____ Conferência feita a 13 de maio de 1931 pelo 1º tenente Ismaelino de Castro, no Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *RIHGP*. vol. VI. Belém, 1931.

CRUZ, Ernesto. Fundação de Belém. *RIHGP*. vol. XIII. Belém, 1952/1965.

Decreto nº 259 – de 31 de março de 1931. *RIHGP*. vol. VI. Belém, 1931.

ELEUTHERIO, Paulo. Relatório do Biennio 1931-1932 pelo secretario perpetuo Dr. Paulo Eleutherio alvares da Silva. *RIHGP*. vol. VIII. Belém, 1933.

HURLEY, Jorge. Noções de Historia do Brasil e do Pará: de acordo com o programma de ensino primário do estado do Pará. *RIHGP*. vol. XI. Belém, 1938.

LIMA, Angelino R. L. Discurso produzido pelo nosso illustre consocio dr. Angelino Rodrigues de Lima na inauguração do retrato a oleo de S. Exc. o Sr. Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Presidente de Honra do Instituto Hist. e Geog. do Pará, nos salões deste Instituto. *RIHGP*. vol. IX. Belém, 1934.

MELO, Alaudio de O. Recordando uma instituição cultural. *RIHGP*. vol. XIII. Belém, 1952/1965.

MOURA, Ignacio. Alocução pronunciada pelo Dr. Ignacio Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a 6 de março de 1917, no teatro da paz. *RIHGP*. fasc. I. Belém, 1917.

MUNIZ, Palma. Reflexões sobre os Anais Históricos do Estado do Maranhão de Berredo. *RIHGP*, fasc.I, Belém, 1917.

Nosso Reaparecimento. *RIHGP* . vol. XII. Belém, 1939/1951.

Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. vol. XIII. Belém, 1952/1965.

OLIVERA, Luiz Estevam de. Discurso proferido pelo Dr. Luiz Estevam de Oliveira, orador, em 06 de março de 1919. *RIHGP*. vol. III, Belém, 1919/1920.

SANTA ROSA, Henrique. Dados dos Geólogos e Hidrografia Paraense. *RIHGP*, Belém, fasc. I, 1917.

Sócios fundadores – (3 de maio de 1900). *RIHGP*. vol. XIII. Belém, 1952/1965.

Sócios fundadores – (6 de março de 1917). *RIHGP*. vol. XIII. Belém, 1952/1965.

Sobre os mosaicos do inferno. *RIHGP*. vol. IX. Belém, 1934.

CD-ROM

CD-ROM *Catálogo de Obras Raras*: Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. vol. I. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 2001.

Iconografias

SOLIVA. Interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. *RIHGP*. vol. VIII. Belém, 1933. Fotografia.

PINTO, João. Retrato a óleo de Magalhães Barata. Acervo do Museu de Artes de Belém (MABE). Pintura.

Interventor federal José da Gama Malcher. *RIHGP*. vol. XI. Belém, 1938. Fotografia.

Obras raras

CRUZ, Ernesto. *Belém: Aspectos geo-sociais do município*. vol. I. Belém: Livraria José Olympio Editora, 1945.

MEIRA FILHO, Augusto. *Contribuição à História de Belém*. Belém: 1973.

ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. vol. 3. Belém: Amazônia Editôra Ltda, 1968.

Obras literárias

ROCHA JÚNIOR, João Peregrino da. *Panorama Cultural da Amazônia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.

LADISLAU, Alfredo. *Terra Immatura*. Belém: Civilização Brasileira, 1933.

Documentos de governo

PARÀ. Governador, 1935-1943 (José da Gama Malcher). Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Pará em 16 de julho de 1936. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1948. 125 p.

ÚLTIMAS PALAVRAS

O século XX foi o século dos IHGs. No âmbito historiográfico, essas instituições empenharam-se em reconstituir de forma positiva o passado brasileiro. A atuação dos IHGs insere-se no processo de consolidação do território brasileiro. Na primeira metade do século XX, o processo de construção de uma identidade nacional incluía também a definição das regiões como parte desse território nacional. Desse modo, a concepção de “território/nação” mescla-se à de “território/região”. Portanto, no interior dos IHGs, o registro da história nacional estava diretamente ligada ao registro da história regional e vice-versa.

O IHGP, como Instituto Estadual, não contrariou essa lógica. Fundado em 1900, em comemoração ao Centenário Brasileiro; e refundado em 1917, em comemoração ao Centenário da Revolução Pernambucana, o IHGP tornou-se uma instituição científico-cultural bastante atuante no Pará. A comemoração do Centenário da Revolução Pernambucana, em verdade, serviu para camuflar as tensões entre os sócios do IHGP, visto que se levantaram duas vezes nessa ocasião, uma pela fundação e outra pela refundação do Instituto em 1917.

O discurso pela “fundação” do Instituto em 1917 foi empreendido por Ignacio Moura e Luiz Barreiros, encontrando resistência no discurso pela “refundação”, cujo representante foi Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Nesse embate, venceu o discurso pela “fundação” do IHGP. Daí alguns documentos atestarem a sua fundação em seis de março de 1917. Nessa ocasião, lança-se o “primeiro” número da Revista do IHGP que, em verdade, já é o terceiro número.

A RIHGP foi publicada de 1900 até 1970. Apesar da publicação esparsa, a RIHGP foi o veículo de maior importância para os membros da Associação. A aproximação entre o Instituto e o Estado acabou por determinar a trajetória não somente da Revista, mas também do próprio Instituto. As interrupções na publicação da RIHGP estão, portanto, relacionadas não apenas à falta de recursos para a manutenção do Instituto, mas estão ligadas também à dinâmica das relações estabelecidas entre o Instituto e o Estado.

Essa aproximação entre o IHGP e o Estado tornou-se mais visível na década de 1930, na primeira Interventoria de Magalhães Barata, o que fez do periódico da Associação um veículo promotor dos ideais de seu governo. Nesse período em que os esforços de Magalhães Barata eram canalizados no sentido de garantir sua permanência no governo, não ocorreram mudanças significativas nos quadros institucionais do IHGP. Porém, os sócios do

IHGP construíram significados acerca da Amazônia baseados em dois novos elementos: o discurso ecológico em defesa da gestão dos recursos naturais na região e o discurso político contra a apropriação da Amazônia por iniciativas estrangeiras e conseqüentemente em defesa da nacionalização da Amazônia.

ANEXOS

1) Ata de reinstalação do IHGP

ACTA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Aos seis dias do *mez* de Março de mil e novecentos e *dezecete*, em sessão magna *commemorativa* da Revolução Pernambucana de 1817, promovida em homenagem aos *Heroes* pernambucanos, pela Associação da Imprensa do Pará, por *incumbencia* do Exmo. Sr. Lauro Sodré, preclaro governador do Estado, celebrada no Teatro da Paz, presentes o Excelentíssimo Senhor Doutor Lauro Sodré, que presidiu o *acto*, Doutores Ignacio Moura, Presidente deste Instituto; Luis Barreiros, Presidente da Associação da Imprensa do Pará; Luiz Estevam de Oliveira, representante do Instituto *Archeologico* Pernambucano, *Auctoridades* civis e militares, representantes de Associações, membros deste Instituto, e *pessôas* gradas, o Presidente da sessão, depois de usarem da palavra brilhantemente sobre o glorioso Feito *Historico* Nacional, vários oradores e o senhor Doutor Ignacio Moura, que discursou proficiente e *eloquentemente* sobre a elevada importância e fins destinados a este Instituto, declarou *officialmente* instalado o Instituto *Historico* e *Geographico* do Pará, do que para constar lavrei em livro *proprio* a presente acta que vai *assignada* pela meza que presidiu a sessão, sócios fundadores do Instituto e *principaes* pessoas presentes (*Assignado*) o 2º *secretario* – Joaquim de Arruda Falcão. (*Assignado*) Lauro Sodré, Ignacio Moura, Luiz Estevam de Oliveira, Antonio Martins Pinheiro, José Joaquim Pereira de *Araujo*, Napoleão Simões de Oliveira, Abel Chermont, 1º *secretario* interino Palma Muniz, Ophir Loyola, D. Bertholdo Nunes, *Pharmaceutico* Manoel Luiz de Paiva, João José Monteiro, Augusto Eduardo Pinto, José de Castro Figueredo, Eneas Calandrini Pinheiro, Bento Aranha, Americo Dantas Ribeiro, Manoel Manços da Silva Villaça, João Alfredo de Mendonça, Heraclito Ferreira, Alvaro Antonio Pires, J. Eustachio d’ Azevedo, Aldebaro d’ Albuquerque, Moreira de Castro, Genaro Ponte e Souza, José Maria Lemos, Moreira dos Santos, Constantino Wan-Meil (?), Augusto Ferreira, Nunes Pereira, Antenor Cavalcante, Raymundo José Martins Bessa, Honorato Remigio de Castro Figueiras, Luiz Barreiros, Manoel Braga Ribeiro, Cônego Raymundo Ulysses de Pennafort, Pedro d’ Almeida Genú, Lucidio Freitas, Raymundo Fernandes, Manoel Dias Maia, Saturnino (...) Fernandes, Ludgero d’Azevedo, Hygino Amanajás, Padre Antonio Candido da Rocha, Raymundo Bertholdo Nunes, João Baptista Cearence Cylleno, Theodoro Bra a, João Pereira de Castro, Emmanuel de Almeida Sodré, Te Dr. Ezequiel L. Antunes da Silveira, Dr. Caribe da Rocha, Augusto Octaviano Pinto, Henrique Américo Santa Rosa, Dr. João Baptista de Carvalho, Justos H.- (...) Manoel Valente de Cordeiro, José Coutinho de Oliveira, Dr. Américo Campos, Nilo Baptista Vieira, Mário Lima, Agyone Costa, Lauro Chaves, Benedicto Duarte Sociro. João Caetano Barreto, Gilberto da Silveira Moreira, Augusto de Matos Pereira, Ignacio Gonçalves Nogueira, João Baptista de Moura Carvalho, Renato Santa Rosa, Conego Ricardo da Rocha.

Confere com o original lavrado no livro de actas do Instituto.

Fonte: RIHGP, Ano I, fasc. I. nov. Belém, 1917. p. 1-2.

2) Notícia sobre a sessão comemorativa do Centenário Brasileiro que instalou o Instituto Histórico e Geográfico do Pará

AS FESTAS DO CENTENÁRIO

[...]

No Theatro da Paz

[...]

- Às 8 horas da noite *realisou-se* a sessão *commemorativa*

Presidiu-a o sr. dr. Henrique S. Rosa, vice-presidente do Instituto Histórico

[...]

No palco, em *logar* especial, estavam o Instituto Histórico, a Academia Paraense e a *directoria* da Liga Humanitária, associações essas que se *installavam*.

Falaram o sr. dr. H. Santa Rosa, abrindo a sessão, o sr. dr. Ignácio Moura, pela comissão do centenário, o sr. dr. Passos Miranda pela Academia, e o sr. Dr. Castro Pinto, pela Liga.

Em nome do Instituto Histórico falou o sr. dr. Barroso Rebello, que *proferio* primorosa oração, finamente laborada que publicaremos em outra edição.

O programa da sessão foi cumprido a risca, executando bons trechos *musicaes* a *Orchestra* do *Lyrice* sob a direção de Gama Malcher.

Terminou a sessão às 11 horas.

Fonte: FOLHA DO NORTE, Belém, sexta-feira, 4 de maio de 1900, Ano 5, nº 1578, p. 2.

3) Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1938)

ARTIGOS/ AUTORES

Volume VI - 1º Semestre, Belém, 1931

- 1) Pré-história Americana - Jorge Hurley
- 2) Conferência 13 de maio - Ismaelino de Castro
- 3) Evolução Revolucionária e o Sentido das Legiões - Abguar Bastos
- 4) Serviço Hospitalar do Pará - Jorge Hurley
- 5) Discursos - Thomaz de Aquino
- 6) Saudação a Emile Brunpt - Luiz Barreiros
- 7) O acordo ortográfico entre Portugal e Brasil - Xavier de Carvalho
- 8) 2º Congresso de História Nacional - Lauro Sodré
- 9) Palma Muniz e o Instituto Histórico - Jorge Hurley
- 10) Camutá- Tapéra - Braga Ribeiro
- 11) Dom Romualdo de Souza Coelho - Palma Muniz
- 12) O Cabeça de Cuia - Jonathas Baptista
- 13) Independência do Pará - Barão de Studart
- 14) As primeiras Ruas de Belém - Manoel Barata
- 15) Saudação ao Arcebispo de Vila Real - Luiz Barreiros
- 16) Documentos para a História do Pará - Comissão da Revista
- 17) O 14 de abril - Luiz Barreiros
- 18) Lista de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Volume VII - 1º Semestre, Belém, 1932

- 1) Chorographia do Pará e Maranhão - Jorge Hurley
- 2) A palavra sincera e evangelizadora de Joarez Távora - Joarez Távora
- 3) Discurso - Ismaelino de Castro
- 4) Aerostação (*sic!*) na guerra do Paraguai - Lysias Rodrigues
- 5) Assuntos da História do Pará - Theodoro Braga
- 6) Documentos para a história dos Municípios do Pará - Palma Muniz
- 7) Notas históricas - Braga Ribeiro
- 8) Literatura regional amazônica - Eustachio de Azevedo
- 9) Municipalidades Brasileiras - Paulo Eleutherio
- 10) Luiz Demetrio Juvenal Tavares (notas biográficas)
- 11) As Igrejas de Belém - Braga Ribeiro

- 12) As pedras verdes das Amazonas - Paul Le Cointe
- 13) O passado e o futuro da Raça Americana - Jacob Cohen
- 14) Antonio Raposo Tavares - Palma Muniz
- 15) Vocabulário Paricuru - Eurico Fernandes
- 16) Dialeto dos índios Oyanpis, do alto do rio Oyapoc - Pedro Moura
- 17) Prol catequese do aborígine brasileiro - Jorge Hurley
- Vocabulário dos aborígines dos rios Trombetas, Cachorro e Jacyuhy - Jorge Hurley
- Eu e o meu professor de Apinagé - Jorge Hurley
- Dialeto urubu, amerábas da raça Tupy, do Gurupy - Jorge Hurley
- 18) Uma Advertência ao meu País - Nogueira de Faria
- 19) Às portas do Templo - Nilo Matos
- 20) Índice Explicativo - Paulo Eleutherio

Volume VIII – Belém, 1933

- 1) Fragmento do discurso de s. excia. o sr. major Joaquim de Magalhães Barata, proferido a 12 de novembro de 1932, no Palácio Teatro
- 2) No domínio das Águas - Jorge Hurley
- 3) Município de Macapá - Palma Muniz
- 4) Biografia do tenente-coronel Raymundo Ciriaco Alves da Cunha - Adolfo Pereira Dourado
- 5) A Arte no Pará - Theodoro Braga
- 6) Memória Histórica - Paulo Eleutherio Alves da Silva
- 7) Cônego João Baptista Gonçalves Campos – Cônego Andrade Pinheiro
- 8) Henrique Gurjão e Carlos Gomes – Farmacêutico Manoel Luiz de Paiva
- 9) Dom Romualdo de Seixas - Manuel Buarque
- 10) Serzedello Corrêa - Pantoja Leite
- 11) O princípio Feminino da Religião Tupy - Rubem Almeida
- 12) Biografia do professor Henrique Camillo Salgado (continuação do VII volume) - Nilo Matos
- 13) Greenfeld e a Hecatombe do “Palhaço” - Augusto Meira
- 14) Relatório do Biênio 1931-1932 - Paulo Eleutherio

Volume IX – Belém, 1934

- 1) Relatório oferecido pelo sr. dr. Mirandolino Caldas, secretário geral da Liga Brasileira de Higiene Mental e diretor de Clínica do Rio de Janeiro, ao sr. Ministro de Educação e Saúde Pública / Dr. Mirandolino Caldas
- 2) Itarãna - Jorge Hurley

- 3) Sobre os mosaicos do Inferno - Drs. Angelino Lima, Cunha Coimbra e Prof. Manoel Braga Ribeiro
- 4) Discurso - Dr. Avertano Rocha
- 5) Etnografia do Pará - Dr. Ignácio Moura
- 6) Cultura Pátria - Cônego Andrade Pinheiro
- 7) Discurso - Dr. Angelino Lima
- 8) Conferência - Cap. Dr. Francisco Iglesias
- 9) No Pantheon da História - Prof. Braga Ribeiro
- 10) Uma palestra na Galeria Histórica - Eustachio de Azevedo
- 11) Barão de Guamá – Major Nilo Mattos

Volume X – Belém, 1936

- 1) Traços Cabanos- 1º Centenário da ocupação de Belém, pelas forças legais do General Soares de Andréa, em 13 de Maio de 1836 – Desembargador Jorge Hurley
- 2) Notícias das festas comemorativas de 1º Centenário da chegada a Belém das tropas do General Andréa, em 13 de Maio de 1836
- 3) Farrapos e Cabanos – Discurso proferido pelo desembargador Jorge Hurley, no Radio, em comemoração da “Guerra dos Farrapos”, no Rio Grande do Sul
- 4) Francisco Pedro Vinagre – Discurso do escritor Ernesto Cruz, 1º secretário do Instituto Histórico
- 5) Felix Malcher e Antonio Vinagre – Ligeira palestra pronunciada no Radio Club, pelo professor Alves Maia
- 6) João Baptista Gonçalves Campos, Prudêncio José das Mercês Torres e Bento Martel – Discurso proferido pelo dr. Avertano Rocha em comemoração da Cabanagem
- 7) Discurso da professora Alzira Pernambuco Nogueira, na “Noite de Andréa”, no Teatro da Paz
- 8) “No Tempo da Cabanagem” – Discurso pronunciado pelo major dr. João Palmeira, nos festejos do Centenário da Cabanagem
- 9) 1º Centenário da Extinção da Cabanagem – Discurso proferido pelo deputado dr. João Botelho, por ocasião da inauguração do monumento ao General Andréa
- 10) Raymundo Joaquim Pantoja, (O Pantojão) – Discurso proferido pelo sr. Nélio Reis, no Teatro da Paz
- 11) Etimologia Indígena – “Na Terra das Igaçabas” – Ernesto Cruz
- 12) Primeira Batalha de Tuyuty – Conferência feita pelo desembargador Jorge Hurley, no Palácio Teatro, na noite de 24 de Maio de 1934 - Jorge Hurley
- 13) Traços biográficos do Monsenhor Arcediago João Ferreira de Andrade Muniz – Nilo Matos
- 14) Lista dos Sócios do Instituto Histórico, organizada em Maio de 1936

Volume XI – Belém, 1938

Noções de História do Brasil e do Pará de acordo com o programa de ensino primário do estado do Pará e em comemoração ao tricentenário da partida de Cameté, a 28 de outubro de 1637, da expedição de Pedro Teixeira, à conquista da Alta Amazônia para o Brasil - Jorge Hurley